

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	10
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	32
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	117

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	122

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	299.075
Preferenciais	0
Total	299.075
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	31.798.375	31.088.445
1.01	Ativo Circulante	7.389.674	7.226.027
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	279.224	440.940
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.465	1.974
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	3.465	1.974
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	3.465	1.974
1.01.03	Contas a Receber	4.550.410	4.653.018
1.01.03.01	Clientes	4.391.545	4.465.984
1.01.03.01.01	Consumidores, revendedores e outros	4.391.545	4.465.984
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	158.865	187.034
1.01.04	Estoques	38.278	42.010
1.01.04.01	Almoxarifado	38.278	42.010
1.01.06	Tributos a Recuperar	850.367	1.051.178
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	850.367	1.051.178
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	292.903	296.490
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	557.464	754.688
1.01.07	Despesas Antecipadas	101.387	39.656
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.566.543	997.251
1.01.08.03	Outros	1.566.543	997.251
1.01.08.03.03	Outros créditos	522.525	415.405
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	370.767	0
1.01.08.03.05	Serviços em curso	325.061	272.180
1.01.08.03.06	Operação com instrumentos derivativos	348.190	309.666
1.02	Ativo Não Circulante	24.408.701	23.862.418
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.691.524	19.906.244
1.02.01.04	Contas a Receber	27.991	30.622
1.02.01.04.01	Consumidores, revendedores e outros	27.991	30.622
1.02.01.07	Tributos Diferidos	821.482	861.696
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	821.482	861.696
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	19.842.051	19.013.926
1.02.01.10.03	Benefício fiscal	1.632.789	1.650.704
1.02.01.10.04	Depósitos vinculados	782.354	764.868
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	2.605.140	2.604.013
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	11.565.669	11.037.645
1.02.01.10.09	Outros créditos	127.622	126.900
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	2.909.552	2.572.390
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	218.925	257.406
1.02.02	Investimentos	38.736	38.736
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	38.736	38.736
1.02.03	Imobilizado	416.247	447.043
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	416.247	447.043
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	395.378	430.717
1.02.03.01.02	Imobilizado em serviço	20.869	16.326
1.02.04	Intangível	3.262.194	3.470.395

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1.02.04.01	Intangíveis	3.262.194	3.470.395
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.262.194	3.470.395

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	31.798.375	31.088.445
2.01	Passivo Circulante	9.491.903	9.749.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	162.897	142.767
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	162.897	142.767
2.01.02	Fornecedores	3.633.214	3.950.304
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.633.214	3.950.304
2.01.03	Obrigações Fiscais	548.315	567.312
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	149.944	151.388
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	149.944	151.388
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	392.501	408.750
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.870	7.174
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.494.028	2.062.944
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.187.380	885.187
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	489.326	473.042
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	698.054	412.145
2.01.04.02	Debêntures	1.306.648	1.177.757
2.01.05	Outras Obrigações	2.509.320	2.861.850
2.01.05.02	Outros	2.509.320	2.861.850
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	239.234	239.234
2.01.05.02.05	Consumidores - desconto CDE	211.895	423.790
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	527.409	605.310
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	1.050.508	910.482
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial	0	192.026
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	4.464	4.463
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	129.477	159.396
2.01.05.02.14	Operação com instrumentos derivativos	180.365	102.979
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	165.968	224.170
2.01.06	Provisões	144.129	164.513
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.234	160.706
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	140.234	160.706
2.01.06.02	Outras Provisões	3.895	3.807
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.895	3.807
2.02	Passivo Não Circulante	14.743.345	14.030.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.440.085	8.967.298
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.271.561	4.849.950
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.092.133	2.501.158
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.179.428	2.348.792
2.02.01.02	Debêntures	4.168.524	4.117.348
2.02.02	Outras Obrigações	4.497.329	4.249.685
2.02.02.02	Outros	4.497.329	4.249.685
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	1.067.068	1.118.678
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	139.019	133.118
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	171.310	149.587
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	210.923	79.259
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	302.688	305.748

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.494.153	2.442.799
2.02.02.02.17	Operação com instrumentos derivativos	112.168	20.496
2.02.04	Provisões	805.931	813.786
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	803.483	811.338
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	803.483	811.338
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	7.563.127	7.307.986
2.03.01	Capital Social Realizado	4.532.525	4.532.525
2.03.02	Reservas de Capital	638.674	638.674
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	638.127	638.127
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	1.713.739	1.713.739
2.03.04.01	Reserva Legal	47.200	47.200
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.666.539	1.666.539
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	268.208	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	415.618	590.515
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-5.637	-167.467

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.633.508	5.059.516
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.591.534	-3.911.392
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-2.338.554	-2.099.160
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-736.088	-674.557
3.02.07	Pessoal e Administradores	-165.894	-161.850
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-1.653	-1.087
3.02.09	Serviços de Terceiros	-325.236	-252.517
3.02.10	Material	-21.485	-19.043
3.02.11	Custo de Construção	-713.712	-473.580
3.02.16	Depreciação e Amortização	-190.263	-221.609
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-98.649	-7.989
3.03	Resultado Bruto	1.041.974	1.148.124
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-259.853	-381.401
3.04.01	Despesas com Vendas	-179.558	-161.636
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-167.976	-150.996
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	87.681	-68.769
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	782.121	766.723
3.06	Resultado Financeiro	-394.696	-387.879
3.06.01	Receitas Financeiras	277.213	309.338
3.06.02	Despesas Financeiras	-671.909	-697.217
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-674.182	-698.400
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	2.273	1.183
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	387.425	378.844
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-133.026	-11.691
3.08.01	Corrente	-75.280	117.809
3.08.02	Diferido	-57.746	-129.500
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	254.399	367.153
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	254.399	367.153
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,8506	1,2276

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	254.399	367.153
4.02	Outros Resultados Abrangentes	742	7.902
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	1.125	11.973
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-383	-4.071
4.03	Resultado Abrangente do Período	255.141	375.055

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-345.920	-1.380.244
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.046.486	1.264.388
6.01.01.01	Lucro líquido do período	254.399	367.153
6.01.01.02	Depreciação e amortização	285.407	293.351
6.01.01.03	Variações cambiais - instrumento derivativo	157.901	156.190
6.01.01.04	Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	11.490	-110.390
6.01.01.05	Variações monetárias	-6.363	32.582
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-203.779	-182.699
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	58.538	79.786
6.01.01.08	Provisões para processos judiciais e outros riscos	17.486	26.051
6.01.01.09	Amortização dos custos de transação	3.818	2.619
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos	318.665	213.278
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	32.352	131.858
6.01.01.12	Atualização processos judiciais	21.377	22.466
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	7.953	23.057
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	57.746	129.500
6.01.01.15	Variações cambiais - empréstimos	-157.877	-156.170
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	15.465	5.885
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	70.919	46.824
6.01.01.18	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	121.020	81.850
6.01.01.20	Ajuste a valor de mercado empréstimos e debêntures	-20.031	101.197
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.041.339	-853.791
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-100.431	-266.840
6.01.02.02	Consumidores - desconto CDE	-211.895	0
6.01.02.03	Almoxarifado	3.732	-1.550
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	81.084	-118.730
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	196.097	82.203
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-61.731	-53.613
6.01.02.07	Créditos a receber - subvenção e outros	28.169	65.698
6.01.02.08	Outros créditos	-249.013	-137.639
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	-370.767	0
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	20.130	29.381
6.01.02.11	Fornecedores	-317.090	-487.966
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	-18.997	50.712
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	-60.362	44.821
6.01.02.15	Serviços em curso	-52.881	-6.748
6.01.02.16	Encargos setoriais	-82.285	20.507
6.01.02.19	Outras obrigações	161.749	56.416
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-6.848	-130.443
6.01.03	Outros	-351.067	-1.790.841
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-51.175	-27.923
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-62.882	-12.732
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-83.961	-1.644.958

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-67.102	-39.661
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-15.777	-5.767
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-70.170	-59.800
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-593.602	-445.330
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-702.093	-489.357
6.02.02	Consumidores participação financeira	113.641	39.487
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-1.491	1.932
6.02.04	Adição de imobilizado	-4.857	0
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-838	-89
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	2.036	2.697
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	777.806	1.840.649
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.030.472	2.156.800
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-220.000	-295.496
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento	-32.666	-16.151
6.03.08	Amortizações de operação com instrumento derivativo	0	-4.504
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-161.716	15.075
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	440.940	1.014.632
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	279.224	1.029.707

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.532.525	638.674	1.713.739	0	423.048	7.307.986
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.532.525	638.674	1.713.739	0	423.048	7.307.986
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	254.399	742	255.141
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	254.399	0	254.399
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	742	742
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	1.125	1.125
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-383	-383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.809	-13.809	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.924	-20.924	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.115	7.115	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	638.674	1.713.739	268.208	409.981	7.563.127

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.532.525	638.674	0	0	458.071	5.629.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.153	7.902	375.055
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.153	0	367.153
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.902	7.902
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	11.973	11.973
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-4.071	-4.071
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	15.883	-15.883	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	24.065	-24.065	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.182	8.182	0
5.07	Saldos Finais	4.532.525	638.674	0	383.036	450.090	6.004.325

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	8.721.423	7.613.664
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.444.630	4.427.540
7.01.02	Outras Receitas	3.742.639	2.874.180
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	713.712	473.580
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-179.558	-161.636
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.417.781	-3.859.525
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.356.339	-3.019.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.060.821	-697.950
7.02.04	Outros	-621	-141.718
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.303.642	3.754.139
7.04	Retenções	-300.024	-307.682
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-300.024	-307.682
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.003.618	3.446.457
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	277.213	309.338
7.06.02	Receitas Financeiras	277.213	309.338
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.280.831	3.755.795
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.280.831	3.755.795
7.08.01	Pessoal	173.925	172.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	108.924	108.986
7.08.01.02	Benefícios	58.378	54.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.623	8.580
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.142.489	2.508.470
7.08.02.01	Federais	1.913.655	1.364.995
7.08.02.02	Estaduais	1.220.497	1.136.678
7.08.02.03	Municipais	8.337	6.797
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	710.018	707.981
7.08.03.01	Juros	671.910	697.217
7.08.03.02	Aluguéis	38.108	10.764
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	268.208	383.036
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	268.208	383.036
7.08.05	Outros	-13.809	-15.883
7.08.05.01	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-13.809	-15.883

Comentário do Desempenho

São Paulo, 29 de abril de 2026 – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (cerca de 18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2026 (“1T26”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES



+ 11,3% na Receita Líquida do 1T26 vs. 1T25;



R\$ 690,3 milhões de investimentos no 1T26, alta de 42,5% frente ao mesmo período de 2025;



20.466 colaboradores, crescimento de 2,3% sobre o mesmo período de 2025, dos quais 5.051 próprios, 7,9% acima do 1T25, ratificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede;



405 equipamentos de tele controles instalados no 1T26 (364 vs. 1T25);



144 mil podas de árvores realizadas no 1T26.

DESTAQUES NO PERÍODO

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Receita Bruta (R\$ mil)	8.900.981	7.775.300	14,5%	9.660.582	-7,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	5.633.508	5.059.516	11,3%	6.083.408	-7,4%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	1.067.528	1.060.074	0,7%	989.248	7,9%
Margem EBITDA (%)*	18,9%	21,0%	-2 p.p.	16,3%	2,7 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)*	21,7%	23,1%	-1,4 p.p.	19,3%	2,4 p.p.
EBIT (3) (R\$ mil)*	782.121	766.723	2,0%	885.830	-11,7%
Margem EBIT (%)*	13,9%	15,2%	-1,27 p.p.	14,6%	-0,7 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	254.399	367.153	-30,7%	269.754	-5,7%
Margem Líquida (%)	4,5%	7,3%	-2,7 p.p.	4,4%	1,8%
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	5,2%	8,0%	-2,8 p.p.	5,3%	-1,8%
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	11.311	11.628	-2,7%	11.008	2,8%
CAPEX (R\$ mil)*	690.275	484.463	42,5%	970.445	-28,9%
DEC - horas (12 meses)*	6,91	6,39	8,1%	6,83	1,1%
FEC - vezes (12 meses)*	4,03	3,15	27,9%	3,82	5,4%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,14%	98,85%	-0,7 p.p.	98,58%	-0,4 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)*	11,83%	10,93%	0,9 p.p.	11,62%	0,21 p.p.
PMSO (4) /Consumidor*	99,4	97,2	2,1%	105,5	-6,6%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

(2) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Prorrogação da Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O Decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão. Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no referido Decreto. Em 23 de setembro de 2025, as áreas técnicas da ANEEL emitiram a Nota Técnica Conjunta nº 44/2025-SCE-SFF-SFT-STR/ANEEL concluindo que Enel Distribuição São Paulo atende aos critérios e requisitos formais e de habilitação estabelecidas no Decreto nº 12.068/2024 para a prorrogação da concessão, com a antecipação dos seus efeitos.

Em 07 de abril de 2026, a Diretoria Colegiada da ANEEL deliberou pela instauração de um Procedimento Administrativo para avaliar possível recomendação ao Poder Concedente da caducidade do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em São Paulo.

Dessa forma, a Companhia esclarece que não há neste momento qualquer recomendação da ANEEL ao Poder Concedente para declaração da caducidade do Contrato de Concessão, a qual ficará subordinada à conclusão do Procedimento Administrativo, assegurado à Companhia o direito à ampla defesa e contraditório na forma da legislação aplicável.

A Enel Distribuição São Paulo terá até 13 de maio de 2026, para apresentar sua defesa quanto à possibilidade de a ANEEL recomendar a aplicação de penalidade de caducidade do Contrato de Concessão.

A prorrogação antecipada do Contrato de Concessão segue suspensa até que o Procedimento Administrativo seja concluído.

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, com presença em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiro do país. A área de concessão, de 4.526 km², conta com aproximadamente 8,1 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população estimada de cerca de 18,0 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	1T26	1T25	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	42.761	42.663	0,2%
Linhas de Transmissão (Km)	1.852	1.846	0,3%
Subestações (Unid.)	163	163	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	44.070	44.876	-1,8%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (1)	8,88%	8,75%	0,13 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	7,81%	7,98%	-0,17 p.p.

(1) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADEE

(2) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE

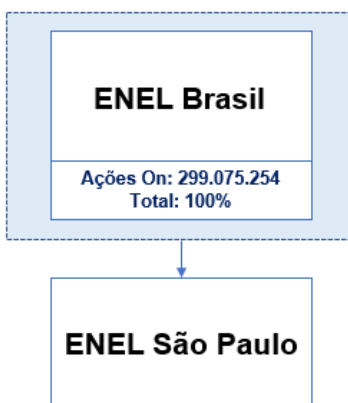
- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



Organograma Societário Simplificado

Posição em 31 de março de 2026

Controlador



*Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia*

Unidades Consumidoras

NÚMERO DE CONSUMIDORES*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Mercado Cativo	8.140.290	8.026.165	1,4%	8.123.083	0,2%
Residencial	7.652.980	7.550.787	1,4%	7.639.041	0,2%
Industrial	24.774	24.097	2,8%	24.546	0,9%
Comercial	442.409	430.902	2,7%	439.246	0,7%
Rural	526	542	-3,0%	529	-0,6%
Setor Público	19.601	19.837	-1,2%	19.721	-0,6%
Clientes Livres	7.694	6.566	17,2%	7.380	4,3%
Residencial	4	-	n.a	4	0,0%
Industrial	2.042	1.722	18,6%	1.982	3,0%
Comercial	5.444	4.642	17,3%	5.222	4,3%
Setor Público e outros	204	202	1,0%	176	15,9%
Total - Número de Consumidores (faturados)	8.147.984	8.032.731	1,4%	8.130.463	0,2%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

A Companhia registrou um aumento de 1,4%, no número de unidades consumidoras faturadas no 1T26 em relação ao 1T25.

O crescimento do mercado cativo concentrou-se principalmente na classe residencial (aproximadamente 102 mil clientes) seguido pela classe Comercial com um crescimento de aproximadamente 12 mil clientes. Em relação ao mercado livre, destacam-se as classes industrial e comercial, com aumentos de 18,6% e 17,3% respectivamente, reflexo principalmente da migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão²

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Mercado Cativo	7.163	7.570	-5,4%	6.900	3,8%
Clientes Livres	4.148	4.058	2,2%	4.108	1,0%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.311	11.628	-2,7%	11.008	2,8%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Mercado Cativo

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Residencial	4.639	4.799	-3,3%	4.447	4,3%
Industrial	242	311	-22,0%	273	-11,1%
Comercial	1.884	2.011	-6,3%	1.786	5,5%
Rural	2	2	-12,1%	2	0,3%
Setor Público	396	447	-11,3%	393	0,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	7.163	7.570	-5,4%	6.900	3,8%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O mercado cativo totalizou 7.163 GWh no 1T26, redução de 5,4% frente ao mesmo período de 2025 (7.570 GWh), impactado pela migração de consumidores para o mercado livre e por temperaturas mais amenas (1,9°C menor entre os períodos).

A classe residencial apresentou redução de 3,3% no trimestre reflexo da redução da temperatura conforme mencionado acima.

As demais classes apresentaram retração com destaque para a classe industrial, em função da migração para o mercado livre.

² Não Inclui Consumo Próprio

Earnings Release 1T26

Comentário do Desempenho

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Residencial	0,3	-	n.a	0,2	32,5%
Industrial	1.503	1.554	-3,3%	1.657	-9,3%
Comercial	2.156	2.022	6,6%	1.977	9,1%
Setor Público e outros	489	482	1,5%	474	3,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	4.148	4.058	2,2%	4.108	1,0%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O mercado faturado dos clientes livres totalizou um volume de 4.148 GWh no 1T26, um aumento de 2,2% quando comparado ao 1T25, devido principalmente à migração de clientes do mercado cativo.

A classe industrial apresentou redução de 3,3% no período, atrelado a redução no consumo de setores específicos, tais como: metalurgia, químicos e veículos. Já a classe comercial, apresentou crescimento de 6,6%, reflexo da migração e também do aumento de consumo de segmentos específicos como data centers, transporte e condomínios.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Itaipu	1.629	1.682	-3,1%	1.727	-5,7%
Angra I e II	189	341	-44,6%	349	-45,8%
Proinfa	142	152	-6,4%	178	-20,4%
Leilões e Quotas	6.751	6.529	3,4%	6.907	-2,3%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	8.711	8.704	0,1%	9.163	-4,9%
Liquidação na CCEE	195	541,1	-64,0%	-431,1	-145,2%
Total - Compra de Energia	8.906	9.245	-3,7%	8.732	2,0%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA (GWh)*

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Energia Requerida (GWh)	13.092	13.316	-1,7%	12.778	2,5%
Energia Distribuída (GWh)	11.439	11.743	-2,6%	11.126	2,8%
Mercado Cativo	7.289	7.684	-5,1%	7.017	3,9%
Mercado Livre	4.150	4.060	2,2%	4.109	1,0%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.654	1.573	5,1%	1.652	0,1%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	12,63%	11,81%	0,8 p.p.	12,93%	-0,3 p.p.

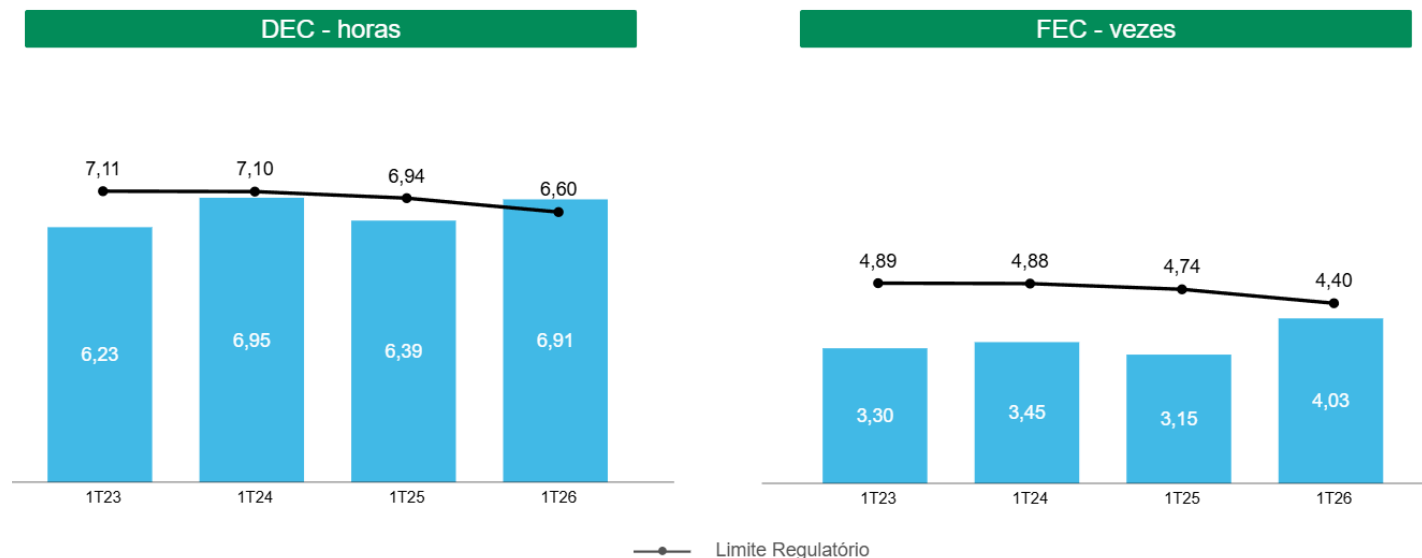
(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26.

* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 1T26. 3 O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORÉT 10.2.

Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento*



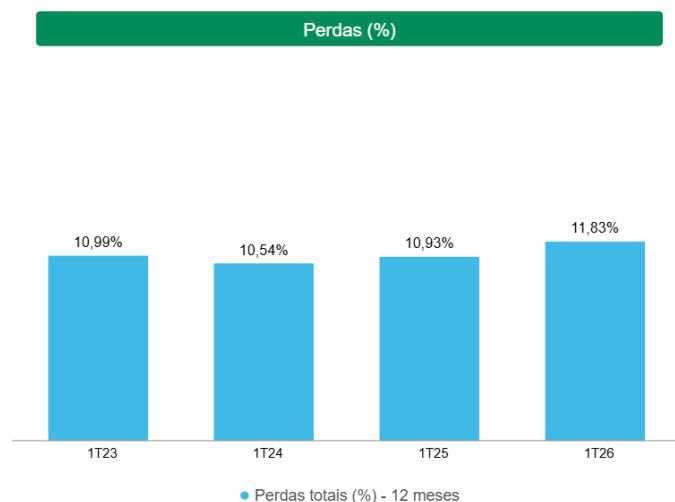
Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

No 1T26, considerando os últimos 12 meses, os indicadores DEC e FEC apresentaram uma alta de 8,1% e 27,9% respectivamente em relação ao mesmo período em 2025, reflexo, principalmente, do evento climático registrado em 10 de dezembro que impactou os indicadores.

A Enel São Paulo tem investido em diversas ações que contribuirão para a redução do DEC. As ações abaixo elencadas têm como foco a melhoria dos indicadores que medem a qualidade do serviço, considerando os limites regulatórios e a maior severidade de eventos climáticos. Dentre as ações realizadas nos últimos 12 meses, destacam-se:

- Plano de redução do (Tempo Médio de Atendimento Emergencial) TMAE com constante redução do indicador;
- Acréscimo no plano de instalação de tele controle (405 equipamentos no 1T26 vs. 41 no 1T25);
- Execução de 144 mil podas preventivas no 1T26.

Disciplina de Mercado*



As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 11,83% no 1T26, um aumento de 0,90 p.p. em relação às perdas registradas no 1T25 que foram de 10,93%.

Cabe salientar que devido a ocorrência de cenários de instabilidades climáticas adversas em São Paulo, tornou-se necessário o empréstimo de equipes de perdas para atuar no restabelecimento da energia nas regiões afetadas. Esse contingente emergencial das equipes de perdas, ao longo do período, gerou um impacto aproximado de 75 GWh no indicador de perdas.

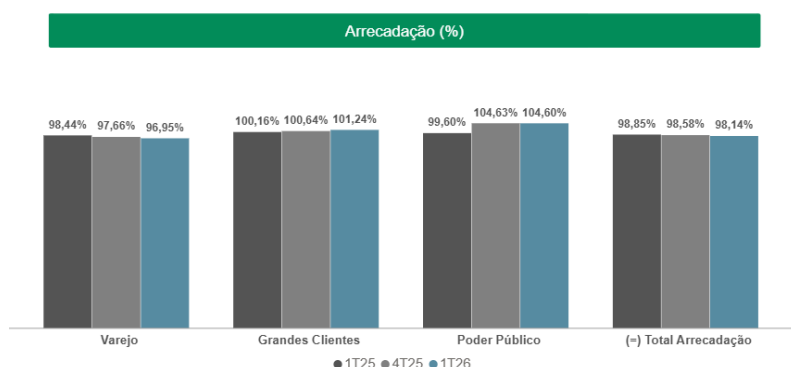
O plano de combate às perdas de energia da Enel São Paulo mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/auto religadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular, (iii) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 321 GWh de energia no 1T26.

Arrecadação*

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.

O índice de arrecadação da companhia atingiu 98,14% no 1T26 contra 98,85% no mesmo período do ano anterior, apresentando uma redução de 0,71 p.p, puxado principalmente pelo setor de varejo, impactado pela redução da arrecadação relacionada à devedores de perfil recorrente e localizados em área de risco.

A Companhia reforça que segue atuante com sua estratégia de cobrança para recuperação desse tipo de cobrança, mantendo a realização constante de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:



- Realização de 391 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- Negativações de 4,6 milhões de faturas;
- 14 milhões de interação por meio de robôs, contato humano e whatsapp através das assessorias de cobrança;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- Negociações para 90 mil consumidores;

Além disso, a Enel São Paulo disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	6.155.063	5.709.979	7,8%	6.420.054	-4,1%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(28.826)	(18.724)	54,0%	(28.832)	-0,0%
Subvenção baixa renda	103.098	92.349	11,6%	121.424	-15,1%
Subvenção de recursos da CDE	193.620	174.437	11,0%	201.412	-3,9%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	1.018.891	879.959	15,8%	1.042.275	-2,2%
Receita de construção	713.712	473.580	50,7%	959.540	-25,6%
Atualização do ativo financeiro da concessão	203.779	182.699	11,5%	60.763	>100,0%
Ativo e passivo financeiro setorial	456.254	199.718	>100,0%	638.316	-28,5%
Outras receitas originadas de contratos com clientes	85.390	81.303	5,0%	245.630	-65,2%
Total - Receita Operacional Bruta	8.900.981	7.775.300	14,5%	9.660.582	-7,9%
ICMS	(1.216.705)	(1.130.930)	7,6%	(1.229.934)	-1,1%
COFINS	(511.169)	(446.803)	14,4%	(544.768)	-6,2%
PIS	(110.811)	(96.948)	14,3%	(118.146)	-6,2%
ISS	(95)	(85)	11,8%	(86)	10,5%
Total - Tributos	(1.838.780)	(1.674.766)	9,8%	(1.892.934)	-2,9%
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(45.961)	(42.019)	9,4%	(50.146)	-8,3%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.383.359)	(989.743)	39,8%	(1.389.272)	-0,4%
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(7.285)	(6.982)	4,3%	(7.285)	-
Encargos do consumidor - PROINFA	-	1.586	-100,0%	10.495	-100,0%
Encargos do consumidor - CCRBT	7.912	(3.860)	<-100,0%	(248.032)	<-100,0%
Total - Encargos Setoriais	(1.428.693)	(1.041.018)	37,2%	(1.684.240)	-15,2%
Total - Deduções da Receita	(3.267.473)	(2.715.784)	20,3%	(3.577.174)	-8,7%
Total - Receita Operacional Líquida	5.633.508	5.059.516	11,3%	6.083.408	-7,4%
Total - Receita Operacional Líquida desc. Receita de Construção	4.919.796	4.585.936	7,3%	5.123.868	-4,0%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

A receita operacional líquida da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5,6 bilhões no 1T26, representando um aumento de 11,3% (R\$ 574,0 milhões) em relação ao 1T25. Excluindo o efeito da receita de construção, a receita operacional líquida da Companhia, no 1T26, alcançou o montante de R\$ 4,9 bilhões, um aumento de R\$ 333,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4,6 bilhões. Este incremento é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Aumento de 7,8% no Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo no 1T26 frente ao mesmo período do ano anterior, ou seja, um incremento de R\$ 445,1 milhões, explicado pela maior tarifa vigente no 1T26 em comparação ao 1T25 (13,94% vs. -2,43%) - principalmente pelo componente encargos. Nesse trimestre o efeito preço mais que compensou o impacto das temperaturas mais amenas registradas no período;
- Aumento na rubrica do ativo financeiro setorial líquido na ordem de R\$ 256,5 milhões, relacionado principalmente ao aumento do custo com compra de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas e aumento nos encargos setoriais, principalmente CDE;
- Aumento na rubrica de disponibilidade do sistema – TUSD, – mercado livre em R\$ 138,9 milhões, explicado pelo aumento de clientes e do consumo nesta classe.

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Aumento linha de deduções referentes à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE no 1T26, na ordem de R\$ 393,6 milhões, em função do aumento da cota da CDE, homologada em agosto de 2025;
- Aumento de 9,8% (R\$ 164,0 milhões) no total de tributos, decorrente principalmente do aumento na rubrica do ICMS e COFINS;

Custos e Despesas Operacionais

CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(2.338.554)	(2.099.160)	11,4%	(2.533.801)	-7,7%
Encargos do Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(736.088)	(674.557)	9,1%	(707.411)	4,1%
Total - Não Gerenciáveis	(3.074.642)	(2.773.717)	10,8%	(3.241.212)	-5,1%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(173.161)	(189.693)	-8,7%	(132.232)	31,0%
Desp de Pessoal	(238.626)	(238.346)	0,1%	(255.545)	-6,6%
Capitalização de Pessoal	65.465	48.653	34,6%	123.313	-46,9%
Previdência Privada	(2.011)	(1.378)	45,9%	(2.215)	-9,2%
Material e Serviços de Terceiros	(397.272)	(335.752)	18,3%	(438.122)	-9,3%
Depreciação e Amortização (D&A)	(285.407)	(293.351)	-2,7%	(103.418)	176,0%
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-	(68.010)	-100,0%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(58.538)	(79.786)	-26,6%	(90.841)	-35,6%
Custo de Construção	(713.712)	(473.580)	50,7%	(959.540)	-25,6%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(14.656)	(23.980)	-38,9%	(6.586)	122,5%
Perda de recebíveis de clientes	(121.020)	(81.850)	47,9%	(98.492)	22,9%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	34.617	29.991	15,4%	34.671	-0,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(45.585)	(69.697)	-34,6%	(91.581)	-50,2%
Total - Gerenciáveis	(1.776.745)	(1.519.076)	17,0%	(1.956.366)	-9,2%
Total - Gerenciáveis desc. custo de construção e D&A (Opex)	(777.626)	(752.145)	3,4%	(893.408)	-13,0%
Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(4.851.387)	(4.292.793)	13,0%	(5.197.578)	-6,7%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Os custos do serviço e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo totalizaram R\$ 4,9 bilhões no 1T26, um aumento de R\$ 558,6 milhões em comparação com o 1T25. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Custos e Despesas Não Gerenciáveis, totalizaram R\$ 3,1 bilhões no 1T26, registrando um crescimento de 10,8% ou R\$ 300,9 milhões em relação ao registrado no 1T25, as principais variações foram:

- Aumento de energia elétrica comprada para revenda na ordem de R\$ 239,4 milhões devido ao aumento do custo de energia no período;
- Aumento na rubrica de Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição na ordem de R\$ 61,5 milhões.

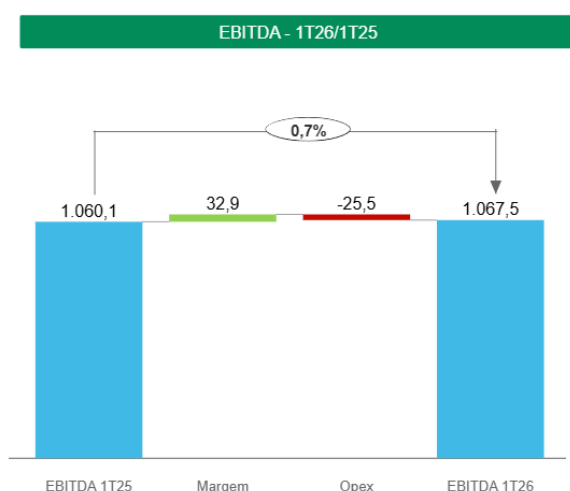
Os Custos e Despesas Gerenciáveis no 1T26, excluindo o efeito de custo de construção, permaneceram praticamente estáveis, registrando um leve crescimento de R\$ 17,5 milhões (1,7%). As principais variações podem ser explicadas pelo:

- Aumento de R\$ 61,5 milhões na linha de Materiais e Serviços de Terceiros, explicado por: (i) materialização de custos relacionados ao evento climático ocorrido em dezembro/2025, (ii) intensificação das podas que totalizaram mais de 144 mil no período e (iii) correção inflacionária de contratos com fornecedores;
- Aumento de R\$ 17,9 milhões na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas de Recebíveis de Clientes, atribuído principalmente ao maior volume de *write-off* de cobranças relacionadas ao período da pandemia, que ultrapassaram o período de cinco anos. Tal efeito foi parcialmente compensado por efeitos positivos relacionados ao aumento das ações de corte e a MP 1300, que influenciou na melhora a arrecadação da classe baixa renda;

Tais efeitos foram parcialmente compensados por:

- Redução de R\$ 24,1 milhões na rubrica de outras despesas operacionais devido principalmente à redução de: (i) R\$ 22,9 milhões em Perdas Líquidas na alienação de bens e direitos, (ii) R\$ 15,9 milhões perdas na desativação de bens e direitos e (iii) R\$ 13,0 milhões em despesas com seguros. Tais efeitos foram parcialmente compensados por um aumento líquido de R\$ 25,8 milhões em despesas relacionadas à arrendamento e aluguéis de máquinas, equipamentos e veículos;
- Redução de R\$ 16,5 milhões em despesa de pessoal reflexo do maior nível de capitalização no período, que apresentou um aumento de R\$ 16,8 milhões.

EBITDA



O EBITDA da Enel São Paulo no 1T26 atingiu o montante de R\$ 1,1 bilhão, ficando praticamente estável em relação ao 1T25 (+0,7% ou R\$ 0,7 milhões). O crescimento da margem é reflexo do aumento do fornecimento de energia elétrica. Tal crescimento foi parcialmente compensado pelo aumento do Opex (custos operacionais gerenciáveis ex-custo de construção e depreciação e amortização), impactado pelo crescimento dos custos de serviços de terceiros e perda de recebíveis, conforme explicado anteriormente.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Renda de Aplicações Financeiras	8.000	17.039	-53,0%	9.605	-16,7%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	10.570	6.674	58,4%	(14.897)	<-100,0%
Atualização de Créditos Tributários	4.197	21.078	-80,1%	17.525	-76,1%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	16.648	14.449	15,2%	15.294	8,9%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	76.230	25.348	>100,0%	57.699	32,1%
Ajuste MTM Dívida	78.567	154.630	-49,2%	(10.869)	<-100,0%
Juros e variações monetárias - outros	59.195	59.636	-0,7%	58.557	1,1%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	2.543	30	>100,0%	5.556	-54,2%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	26.398	15.881	66,2%	33.634	-21,5%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(5.135)	(5.427)	-5,4%	(5.044)	1,8%
Total - Receitas Financeiras	277.213	309.338	-10,4%	167.060	65,9%
Despesas Financeiras					
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(259.570)	(149.934)	73,1%	(239.137)	8,5%
Variação Monetária - Empréstimos e Derivativos	(62.913)	(65.963)	-4,6%	(30.445)	>100,0%
Instrumentos Financeiros de hedge	(140.945)	(192.261)	-26,7%	(159.448)	-11,6%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(15.465)	(5.885)	>100,0%	(5.586)	>100,0%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(13.864)	(11.592)	19,6%	(14.391)	-3,7%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	15.804	3.591	>100,0%	24.223	-34,8%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(18.948)	(13.497)	40,4%	(24.238)	-21,8%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(21.377)	(22.466)	-4,8%	(71.359)	-70,0%
Custo dos Juros (Líquidos) do Plano de Pensão	(32.047)	(130.796)	-75,5%	11.200	<-100,0%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(2.907)	(42)	>100,0%	(3.562)	-18,4%
Juros e variações monetárias - outros	(56.668)	(54.215)	4,5%	(47.935)	18,2%
Outras Despesas Financeiras	(25.207)	(4.041)	>100,0%	(53.569)	-52,9%
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	(40.075)	(51.299)	-21,9%	(27.651)	44,9%
Total - Despesas Financeiras	(674.182)	(698.400)	-3,5%	(641.898)	5,0%
Variações Cambiais	2.273	1.183	92,1%	874	160,1%
Variações cambiais - Empréstimos	157.877	156.170	1,1%	(102.632)	<-100,0%
Variações cambiais - Instrumentos Financeiros de Hedge	(157.901)	(156.190)	1,1%	102.634	<-100,0%
Outras Variações Cambiais	2.297	1.203	90,9%	872	>100,0%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(394.696)	(387.879)	1,8%	(473.964)	-16,7%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

O Resultado Financeiro da Companhia encerrou o 1T26 com uma despesa líquida de R\$ 394,7 milhões, um aumento de R\$ 6,8 milhões em comparação ao mesmo período do ano anterior. Tal variação é explicada, principalmente, por:

- Aumento líquido de despesa no montante de R\$ 131,3 milhões nas rubricas de dívida (dívida marcação a mercado, instrumento financeiro de hedge, ajuste MTM dívida, encargos de dívidas e variação monetária, variações cambiais – empréstimos e instrumentos financeiros de hedge) devido, principalmente, ao aumento no volume da dívida e do CDI (3,41% 1T26 vs. 2,98% 1T25) entre os períodos analisados;
- Aumento de R\$ 21,1 milhões na rubrica de outras despesas financeiras decorrente, principalmente, de (i) maiores despesas com IOF (R\$ 14,8 milhões), considerando o aumento no volume da dívida contratada entre os períodos analisados; e de (ii) um aumento nas despesas com tarifas bancárias (R\$ 3,4 milhões);
- Redução de R\$ 16,8 milhões na rubrica de atualização de créditos tributários, uma vez que em Dezembro/24, com base no posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem Imposto de Renda

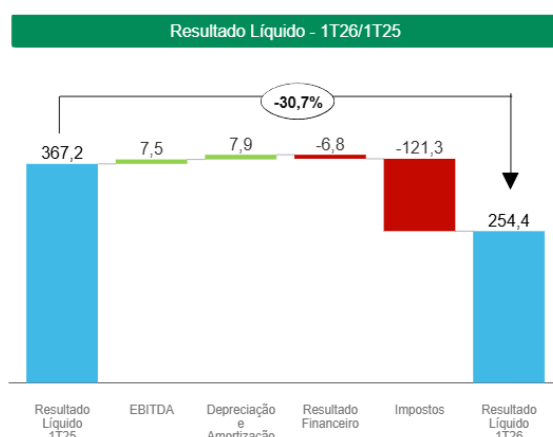
Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre a parcela da taxa SELIC na repetição de débitos tributários, foi registrado um crédito tributário no ativo referente aos valores que a Companhia pagou a maior de imposto entre 2021 e 2024 ao considerar a correção pela taxa Selic sobre valores que deveriam ser devolvidos pelo governo. Com este aumento do crédito, consequentemente, tivemos uma maior atualização monetária ocorrida no 1T25, o que não aconteceu para o 1T26;

- Redução de R\$ 9,0 milhões na rubrica de renda de aplicações financeiras em razão, principalmente, de uma diminuição no volume do caixa entre os períodos analisados;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pela:

- Aumento líquido de receita de R\$ 62,1 milhões nas rubricas de atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial em virtude, principalmente, do aumento nos custos com compra de energia por conta de um regime hidrológico desfavorável em relação ao mesmo período do ano anterior; e um aumento dos encargos setoriais, principalmente CDE;
- Aumento de R\$ 12,2 milhões na rubrica de juros capitalizados transferidos para o intangível em curso, tendo em vista que no final de 2025 foi contratada uma dívida do BNDES que tem por objetivo a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição, ou seja, os juros desta dívida foram capitalizados como parte importante do custo total referente ao desenvolvimento do ativo imobilizado da Companhia;
- Redução de R\$ 98,7 milhões na rubrica de custos dos juros (líquidos) do plano de pensão decorrente principalmente de um ajuste relacionado a atualização de premissas atuariais, além da redução da dívida atuarial entre os períodos comparados.

Resultado Líquido



O resultado líquido da Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 254,4 milhões no 1T26, o que representa uma redução de 30,7% em relação ao 1T25 (R\$ 112,8 milhões), explicada principalmente pelo aumento nos tributos devido em grande parte ao impacto positivo não recorrente de R\$ 117,8 milhões na linha de impostos, registrado no 1T25, relacionado à exclusão da base de cálculo do IRPJ/CSLL da atualização financeira da Taxa SELIC sobre débitos tributários, conforme detalhado na nota explicativa 9.1 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	11.659.531	9.324.140	25,05%	10.586.645	10,13%
(-) Disponibilidades	(282.689)	(1.034.169)	-72,67%	(442.914)	-36,18%
Dívida Líquida	11.376.842	8.289.971	37,24%	10.143.731	12,16%
EBITDA (2)	4.047.893	4.181.076	-3,19%	4.040.439	0,18%
Dívida Bruta / EBITDA	2,88	2,23	29,16%	2,62	9,93%
Dívida Líquida / EBITDA	2,81	1,98	41,75%	2,51	11,95%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,61	0,61	-0,29%	0,59	2,53%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,60	0,58	3,57%	0,58	3,34%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25; (2) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

A Dívida Bruta³ da Companhia o 1T26 em R\$ 11.659 milhões, um aumento de R\$ 2.335 milhões em relação ao 1T25. Essa variação deve-se principalmente às (i) novas captações no montante de R\$ 6.145 milhões para financiamento de investimentos e refinanciamento de investimentos e (ii) provisões de encargos de R\$ 1.480 milhões. Estes efeitos foram compensados por liquidações de dívidas e juros no valor total de R\$ 5.224 milhões. Adicionalmente, a Companhia

³ Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

reconheceu no período o valor de R\$ 66 milhões referentes a ajuste positivo relacionado aos SWAPs de dívidas vigentes e à custos de transação, líquido das apropriações.

Dentre às liquidações realizadas, destacam-se: (i) empréstimos com o BNP Paribas e Scotiabank no valor de R\$ 1.350 milhões e R\$ 509 milhões, respectivamente; (ii) liquidação da 1ª série da 24ª emissão de debêntures no total de R\$ 350 milhões, realizadas no primeiro semestre de 2025; (iii) liquidações realizadas em setembro de 2025 no valor de R\$ 400 milhões com o Scotiabank e de R\$ 52 milhões com Banco Europeu de Investimentos – BEI; (iv) liquidações da *Enel Finance International* realizadas em outubro de 2025 e do Credit Agricole em novembro de 2025, nos valores de R\$ 508 milhões e R\$ 800 milhões, respectivamente; e (v) liquidações do Itaú CCB realizadas no primeiro trimestre de 2026 no valor total de R\$ 220 milhões.

A Companhia encerrou 1T26 com o custo médio da dívida em 15,49% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia manteve limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2026 era de R\$ 500 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas (locais e dos controladores indiretos), no valor de até R\$ 5.250 milhões, conforme Despacho Nº 1.989/2025.

Do total de dívida no passivo circulante, parte refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 208 milhões, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da *Enel Finance International* (EFI), que pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro, utilizando o limite autorizado pela Aneel para a realização de mútuos financeiros.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da ANEEL, caso necessário, conforme a regulamentação vigente.

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 31 de março de 2026 dos Controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas e a Enel Brasil em 20 de abril de 2026 no montante de USD 2 bilhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA(bra) para 'AA+(bra)', com perspectiva negativa.

Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.7 das Demonstrações Contábeis referentes ao 1T26, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 31 de março de 2026. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas emissões de debêntures e empréstimos bancários:

INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

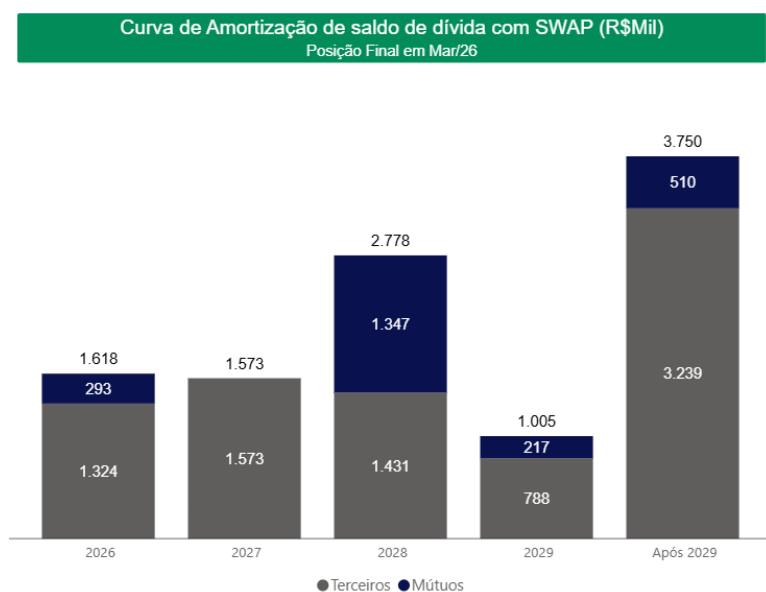
	1T26
Empréstimos, Financiamentos, Deb. e Derivativos	11.659.531
Fundo de Pensão	2.449.221
(-) Disponibilidades	(282.689)
Dívida Líquida	13.826.063
EBITDA (1) (12 meses)	4.047.893
(+)PDD	672.662
(+)Contingências	87.826
(+)Despesas com Entidade de Previdência Privada (últimos 12 meses)	8.085
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	23.373
EBITDA (12 meses) - Ajustado 24^a, 25^a, 26^a, 27^a, 28^a e 29^a Emissão de Debêntures	4.839.839

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

Covenant Financeiro

Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24 ^a , 25 ^a , 26 ^a , 27 ^a ,28 ^a e 29 ^a Debênture, SCOTIA	2,86
---	-------------

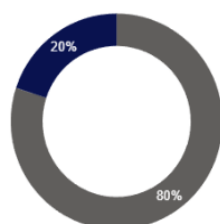
Cronograma de Amortização (R\$ milhões)⁴



⁴ Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar.

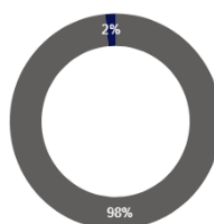
⁵ Não Considera Previdência

Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em Mar/26



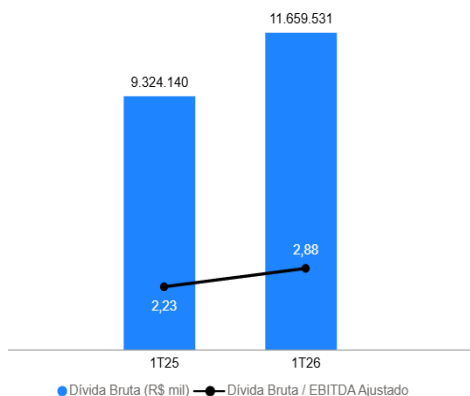
● Longo Prazo ● Curto Prazo

Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em Mar/26



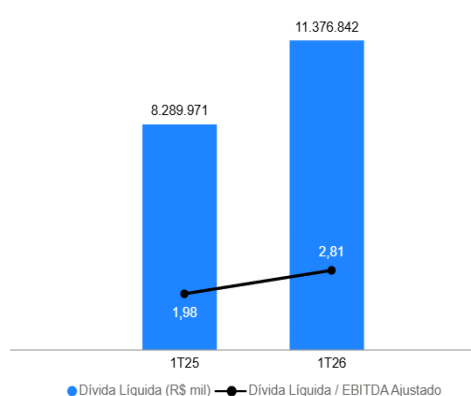
● CDI ● TR

Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA (Vezes)
Evolução 1T25 - 1T26



● Dívida Bruta (R\$ mil) ● Dívida Bruta / EBITDA Ajustado

Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 1T25 - 1T26



● Dívida Líquida (R\$ mil) ● Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

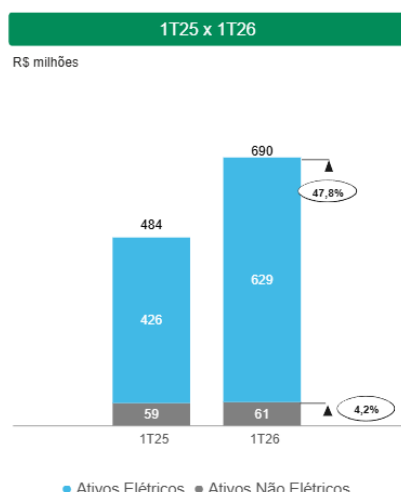
Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Manutenção	129.683	138.590	-6,4%	234.500	-44,7%
Crescimento	393.390	221.160	77,9%	484.604	-18,8%
Novas Conexões	162.801	114.208	42,5%	228.652	-28,8%
Financiado pela Companhia	685.873	473.958	44,7%	947.756	-27,6%
Financiado pelo Cliente	4.402	10.504	-58,1%	22.689	-80,6%
Total	690.275	484.463	42,5%	970.445	-28,9%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

Ativos Elétricos e Não Elétricos



A Companhia investiu no 1T26 o total de R\$ 690,3 milhões na área de concessão, voltados principalmente para atividades de crescimento e manutenção.

Para manutenção, foram investidos R\$ 129,7 milhões, dos quais R\$ 77,6 milhões foram direcionados para as atividades relacionadas a emergência. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 393,4 milhões, com R\$ 177,4 milhões direcionados para o programa Smart Meter).

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

A Enel Brasil se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environment, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, e uma avaliação dos impactos, riscos e oportunidades ESG que a Enel pode provocar ou sofrer, realizada com base na metodologia de dupla materialidade ESG. A metodologia de dupla materialidade define como as empresas devem relatar seu desempenho nos temas ambientais, sociais e de governança considerando tanto as atividades da empresa que impactam o meio ambiente e a sociedade (materialidade de impacto ou "de dentro para fora"), quanto aquilo que afeta o desempenho financeiro da organização (materialidade financeira, ou "de fora para dentro").

A partir disso, os objetivos são definidos e desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazos, compondo o Plano de Sustentabilidade revisto anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel Brasil, abrange o ciclo 2026-2028 e estabelece objetivos ESG específicos em 3 pilares temáticos. Sendo 2 pilares ambientais sobre Mudanças Climáticas e Capital Natural, e um terceiro pilar voltado para o tema social com foco na Transição Justa e Inclusiva. Esses pilares são sustentados, de maneira transversal, por duas bases temáticas. Governança Sólida é a primeira delas a fim de garantir as melhores e mais atuais práticas de integridade, transparência e de gestão quanto ao respeito dos direitos humanos em todas as nossas operações. E a segunda, Aceleradores de Crescimento, para garantir a adoção de práticas de inovação, digitalização e economia circular, a fim de fortalecer a estratégia do Grupo.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – Assessment Ambiental, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a Enel e o programa ECoS - Extra-checking on site que verifica a performance ambiental dos processos Enel. Importante destacar que estes programas compõem do Sistema de Gestão ambiental certificado, ISO 14001.

A fim de contribuir com uma Transição energética Justa e Inclusiva e gerar valor compartilhado para a sociedade e comunidades locais, onde a Enel está inserida, em especial nas regiões de maior vulnerabilidade social, a companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e

Comentário do Desempenho

empregabilidade, ambos alinhados aos compromissos de sustentabilidade e à estratégia de negócio do Grupo Enel no Brasil.

Dessa forma, ao final do primeiro trimestre de 2026, a Enel Distribuição São Paulo acumulou o investimento de R\$ 7,7 milhões e beneficiou 111.050 pessoas, por meio de 10 projetos. Como destaque do período, relacionamos algumas ações de eficiência energética:

Enel lança Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética– ODS 7

Em fevereiro, a Enel lançou a Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética (CPP) de 2026, destinando até R\$ 80 milhões para projetos que promovam o uso eficiente da energia em prédios públicos e privados, instituições filantrópicas, iluminação pública e clientes residenciais. As ações contemplam a modernização de sistemas de iluminação, climatização e sistemas motrizes, e implementação de sistemas fotovoltaicos. As instituições têm até o dia 1º de junho para apresentar suas propostas de projeto.

Lançamento e entrega de projetos de Eficiência Energética – ODS 7

Em março foram realizados eventos de lançamento e encerramento de projetos de eficiência energética, viabilizados via Chamada Pública de Projetos. Com investimento de R\$ 3,9 milhões, foi finalizado o projeto de Iluminação Pública de Vargem Grande, uma ação que promoveu uma economia energética de 1,6GWh/ano e proporcionou uma economia financeira de R\$ 808 mil ao município. Aprovado na CPP 2024, foi iniciado o projeto na CEAGESP, que consistirá em ações de eficiência energética em iluminação e climatização, com uma economia de energia estimada de 1,1GWh/ano, que proporcionará uma economia financeira de R\$ 534 mil à instituição. O projeto será finalizado até dezembro/26 e contará com investimento de R\$ 3 milhões do Programa de Eficiência Energética da Enel, viabilizado pela ANEEL.

Enel Compartilha Eficiência – Troca de refrigeradores e lâmpadas – ODS 7

O Programa Enel Compartilha Eficiência tem como objetivo contribuir para a redução do impacto da conta de energia no orçamento de famílias de baixa renda, por meio da substituição de equipamentos antigos por modelos mais eficientes e econômicos. No primeiro trimestre de 2026, o programa realizou 83 eventos, promovendo a troca de 2.211 geladeiras e 77.482 lâmpadas por modelos com tecnologia LED. As ações ocorreram nos municípios de Cajamar, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, Mauá, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, São Bernardo do Campo e São Paulo, beneficiando diretamente 3.186 pessoas.

Enel São Paulo retoma Enel Compartilha Energia na Escola – ODS 4

A Enel São Paulo retomou no primeiro trimestre de 2026 o projeto educacional Enel Compartilha Energia na Escola, promovendo ações educativas voltadas à eficiência energética, sustentabilidade e aos princípios da Agenda 2030. Por meio de gincanas interativas e oficinas práticas, envolvendo atividades lúdicas que incluem a utilização de óculos de realidade virtual, tablet interativo, entre outros. A iniciativa engaja alunos, professores e gestores escolares, estimulando a conscientização sobre o uso responsável da energia e a construção de hábitos mais sustentáveis no dia a dia. Além das atividades pedagógicas, o projeto também se fortalece por meio da articulação com prefeituras municipais, ampliando o alcance das ações e garantindo maior capilaridade no território.

Enel promove tema de empregabilidade nas comunidades – ODS 8

O projeto Enel Compartilha Oportunidade realizou 108 oficinas de empregabilidade, com o objetivo de fortalecer a preparação de participantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho. Durante as oficinas, foram abordados temas relacionados à empregabilidade, como elaboração de currículo, preparação para entrevistas, comportamento profissional e orientações sobre oportunidades no mercado de trabalho. Além disso, também foram promovidas ações de sensibilização sobre consumo consciente de energia e recursos nas comunidades atendidas, contribuindo para ampliar o acesso à informação, incentivar práticas mais sustentáveis e apoiar o desenvolvimento social e profissional dos participantes.

Comentário do Desempenho

Indicadores ASG - Enel São Paulo*

Indicadores

	1T26	1T25
Força de trabalho	20.466	20.010
Colaboradores Próprios (Unid)	5.051	4.680
Colaboradores terceirizados (Unid)	15.415	15.330
% de mulheres na Empresa	13,3%	14,0%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	32,0%	30,9%
Taxa de Rotatividade (2)	1,0%	5,8%
Número de membros no conselho (Unid)	7	8
Número de membros independentes no conselho (Unid)	1	1
% de mulheres no conselho	28,6%	25,0%
Beneficiados pelos projetos sociais**	111.050	18.615
Resíduos perigosos enviados para recuperação	97%	100%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	99%	98%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)	2	2
Realização de ECoS Ambiental (4)	-	-

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2026: 9 ; (4) Meta 2026: 1

**Nota sobre o número de Beneficiados pelos projetos sociais: A Companhia considera, na apuração de beneficiados, tanto os beneficiados diretos quanto os indiretos, refletindo o alcance ampliado de suas iniciativas.

No 4T25, houve uma mudança nos critérios de apuração de beneficiados, realizada à nível Holding, aumentando significativamente a contabilização de beneficiados indiretos, que são estimados com base em métricas específicas, que consideram o impacto das ações sobre as famílias e o investimento financeiro associado aos projetos. A mudança realizada expandiu o número de categorias de projetos, acompanhando o aumento do escopo e do volume de investimentos da Companhia.

6 ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2025

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 04 de julho de 2025, Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 13,94%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	+6,44%
Energia Comprada	+1,38%
Encargos de Transmissão	-0,52%
Parcela A	+7,31%
Parcela B	+1,02%
Reajuste Econômico	+8,32%
CVA Total	+0,78%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Outros Itens Financeiros	-3,13%
Reajuste Financeiro	-2,35%
Índice de Reajuste Total	+5,97%
Componentes Financeiros do Processo Anterior	+7,97%
Efeito para o consumidor	+13,94%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +10,34%, representando +7,31% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 6.518 milhões. Um aumento de +27,81%, representando +6,44% no reajuste econômico em função principalmente do encargo CDE Uso e GD;
- Energia Comprada: R\$ 8.287 milhões. Aumento de +3,81% decorrem principalmente da elevação do montante contratual dos CCEAR por quantidade. O custo de compra de energia representa +1,38% no reajuste econômico, e;
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.358 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de -4,61%, correspondendo a um efeito de -0,52% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +3,47%, representando uma participação de +1,02% no reajuste econômico. Ademais, foi homologado o Fator X de 2,61%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,014%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,11%; e componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,49%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 190.140; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

O reajuste tarifário médio de +13,94% a ser percebida pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+15,77%
Baixa Tensão	+13,47%
Efeito Médio	+13,94%

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Desde dezembro de 2024 até abril de 2025 as condições hidrológicas brasileiras estavam favoráveis, consequentemente sem necessidade de acionamento das bandeiras tarifárias, estando o patamar em verde. Em maio de 2025 o acionamento da bandeira foi amarela devido a redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano, tornando as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios, para os próximos meses, abaixo da média. Já em junho de 2025 o acionamento da bandeira tarifário foi vermelha patamar 1, pois o cenário de afluições estava abaixo da média em todo o Brasil, reduzindo a projeção de geração hidráulica e aumentando a geração térmica.

Este mesmo cenário permaneceu em julho de 2025, o que acarretou na manutenção do acionamento da bandeira tarifária em vermelha patamar 1. Porém em agosto e em setembro de 2025 o cenário de escassez se agravou, sendo necessário o acionamento do patamar 2 da bandeira vermelha.

A partir de outubro de 2025 as condições começaram a ficar mais favoráveis rebaixando a bandeira para vermelha patamar 1, se mantendo assim até novembro de 2025. Com condições cada vez mais favoráveis, em dezembro se fixou a bandeira amarela.

A bandeira tarifária vigente no mês de janeiro foi verde, graças a manutenção do volume de chuvas e do nível dos reservatórios das usinas, não sendo necessário despachar as usinas termelétricas no mesmo nível do mês anterior. A bandeira verde se manteve também para os meses de fevereiro a março de 2026.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2025 e 2026, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2026	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
PLD gatilho - R\$/MWh	183,05	354,65	427,08	258,01								

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

ANEXO 1

	1T26	1T25	Var
Receita Operacional Bruta	8.900.981	7.775.300	14,5%
Fornecimento de Energia e Disp. do Sistema (TUSD) - Mercado Cativo	6.155.063	5.709.979	7,8%
CVA	456.254	199.718	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres	1.018.891	879.959	15,8%
Receita de Construção	713.712	473.580	50,7%
Outras Receitas	557.061	512.064	8,8%
Deduções da Receita Operacional	(3.267.473)	(2.715.784)	20,3%
Receita Operacional Líquida	5.633.508	5.059.516	11,3%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.074.642)	(2.773.717)	10,8%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.338.554)	(2.099.160)	11,4%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(736.088)	(674.557)	9,1%
Custo/Despesa Operacional	(1.776.745)	(1.519.076)	17,0%
Pessoal	(173.161)	(189.693)	-8,7%
Material e Serviços de terceiros	(397.272)	(335.752)	18,3%
Depreciação e amortização	(285.407)	(293.351)	-2,7%
Provisões	(73.194)	(103.766)	-29,5%
Custo de construção	(713.712)	(473.580)	50,7%
Outros	(88.414)	(53.237)	66,1%
Outras receitas/despesas operacionais	(45.585)	(69.697)	-34,6%
EBITDA	1.067.528	1.060.074	0,7%
	19%	21%	
EBIT	782.121	766.723	2,0%
Resultado Financeiro	(394.696)	(387.879)	1,8%
Receita Financeira	277.213	309.338	-10,4%
Despesa Financeira	(674.182)	(698.400)	-3,5%
Variações Cambiais	2.273	1.183	92,1%
Resultado antes dos impostos	387.425	378.844	2,3%
IR/CS	(133.026)	(11.691)	>100,0%
Lucro/Prejuízo Líquido	254.399	367.153	-30,7%

Notas Explicativas

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Enel Distribuição São Paulo

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

Formulário de informações trimestrais em 31 de março de 2026

Com relatório dos auditores independentes

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	279.224	440.940
Títulos e valores mobiliários	6	3.465	1.974
Contas a receber de clientes	7	4.391.545	4.465.984
Ativo financeiro setorial	10	370.767	-
Créditos a receber - subvenção e outros	8	158.865	187.034
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	9	292.903	296.490
Outros tributos compensáveis	9	557.464	754.688
Despesas pagas antecipadamente		101.387	39.656
Almoxarifado		38.278	42.010
Serviços em curso		325.061	272.180
Instrumentos financeiros derivativos	28	348.190	309.666
Outros créditos		522.525	415.405
Total do ativo circulante		7.389.674	7.226.027
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	7	27.991	30.622
Outros tributos compensáveis	9	2.605.140	2.604.013
Depósitos vinculados		782.354	764.868
Tributos diferidos	26	821.482	861.696
Benefício fiscal	11	1.632.789	1.650.704
Instrumentos financeiros derivativos	28	218.925	257.406
Outros créditos		127.622	126.900
Investimento		38.736	38.736
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.909.552	2.572.390
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	11.565.669	11.037.645
Imobilizado	13	416.247	447.043
Intangível	12.3	3.262.194	3.470.395
Total do ativo não circulante		24.408.701	23.862.418
Total do ativo		31.798.375	31.088.445

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Passivo circulante			
Fornecedores	14	3.633.214	3.950.304
Empréstimos e financiamentos	16	1.187.380	885.187
Debêntures	17	1.306.648	1.177.757
Obrigações por arrendamentos		129.477	159.396
Outras obrigações fiscais		548.315	567.312
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		239.234	239.234
Salários, provisões e encargos sociais		162.897	142.767
Consumidores - desconto CDE	8.1	211.895	423.790
Encargos setoriais	15	527.409	605.310
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	165.968	224.170
Passivo financeiro setorial	10	-	192.026
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	4.464	4.463
Instrumentos financeiros derivativos	28	180.365	102.979
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	144.129	164.513
Outras obrigações		1.050.508	910.482
Total do passivo circulante		9.491.903	9.749.690
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	5.271.561	4.849.950
Debêntures	17	4.168.524	4.117.348
Obrigações por arrendamentos		302.688	305.748
Encargos setoriais	15	139.019	133.118
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	18	2.494.153	2.442.799
Passivo financeiro setorial	10	210.923	79.259
Obrigações com benefícios pós-emprego	19	1.067.068	1.118.678
Instrumentos financeiros derivativos	28	112.168	20.496
Provisões para processos judiciais e outros riscos	20	805.931	813.786
Outras obrigações		171.310	149.587
Total do passivo não circulante		14.743.345	14.030.769
Patrimônio líquido	21		
Capital social		4.532.525	4.532.525
Reserva de capital		638.674	638.674
Reserva de lucros		1.713.739	1.713.739
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial		409.981	423.048
Lucros acumulados		268.208	-
Total do patrimônio líquido		7.563.127	7.307.986
Total do passivo		31.798.375	31.088.445

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Receita líquida	23	5.633.508	5.059.516
Custo	24	(4.591.534)	(3.911.392)
Lucro bruto		1.041.974	1.148.124
<u>Receitas (despesas) operacionais</u>	24		
Despesas gerais e administrativas		(167.976)	(150.996)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(179.558)	(161.636)
Outras receitas (despesas) operacionais		87.681	(68.769)
Total despesas operacionais		(259.853)	(381.401)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		782.121	766.723
<u>Resultado financeiro</u>	25		
Receitas financeiras		277.213	309.338
Despesas financeiras		(674.182)	(698.400)
Variações cambiais líquidas		2.273	1.183
Total do resultado financeiro		(394.696)	(387.879)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		387.425	378.844
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(75.280)	117.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(57.746)	(129.500)
Total dos tributos sobre o lucro		(133.026)	(11.691)
Lucro líquido do período		254.399	367.153
Lucro líquido por ação em R\$ - básico e diluído	22	0,8506	1,2276

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Lucro líquido do período		254.399	367.153
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	28	1.125	11.973
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	26	(383)	(4.071)
Total dos resultados abrangentes do período, líquido de impostos		255.141	375.055

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Benefício fiscal proveniente de Incorporação	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.532.525	638.127	547	-	-	-	458.071	5.629.270
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	367.153	-	367.153
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	11.973	11.973
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(4.071)	(4.071)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	24.065	(24.065)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(8.182)	8.182	-
Saldo em 31 de março de 2025	4.532.525	638.127	547	-	-	383.036	450.090	6.004.325
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.532.525	638.127	547	47.200	1.666.539	-	423.048	7.307.986
Resultado abrangente total:								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	254.399	-	254.399
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	1.125	1.125
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(383)	(383)
Mutações internas do patrimônio líquido								
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	20.924	(20.924)	-
Tributos diferidos sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(7.115)	7.115	-
Saldo em 31 de março de 2026	4.532.525	638.127	547	47.200	1.666.539	268.208	409.981	7.563.127

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido do período	254.399	367.153
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais</u>		
Depreciação e amortização	285.407	293.351
Variações monetárias	(6.363)	32.582
Variações cambiais da dívida	(157.877)	(156.170)
Marcação a mercado da dívida	(20.031)	101.197
Instrumento financeiro derivativo - <i>hedge/swap</i> - variação cambial	157.901	156.190
Instrumento financeiro derivativo - <i>hedge/swap</i> - marcação a mercado	11.490	(110.390)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(203.779)	(182.699)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	58.538	79.786
Perda de recebíveis de clientes	121.020	81.850
Atualização monetária de processos judiciais	21.377	22.466
Provisões para processos judiciais e outros riscos	17.486	26.051
Juros sobre obrigações de arrendamento	15.465	5.885
Juros sobre empréstimos e financiamentos	318.665	213.278
Juros sobre operações com instrumento derivativo	70.919	46.824
Benefício pós-emprego	32.352	131.858
Baixa de ativo financeiro	2.458	8.487
Baixa de ativo intangível	5.495	14.570
Amortização dos custos de transação	3.818	2.619
Tributos e contribuições sociais diferidos	57.746	129.500
<u>Redução (aumento) dos ativos</u>		
Contas a receber de clientes	(100.431)	(266.840)
Ativo financeiro setorial	(370.767)	-
Créditos a receber - subvenção e outros	28.169	65.698
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	81.084	(118.730)
Outros tributos compensáveis	196.097	82.203
Despesas pagas antecipadamente	(61.731)	(53.613)
Almoxarifado	3.732	(1.550)
Serviços em curso	(52.881)	(6.748)
Outros créditos	(249.013)	(137.639)
<u>Redução (aumento) dos passivos</u>		
Fornecedores	(317.090)	(487.966)
Outras obrigações fiscais	(18.997)	50.712
Salários, provisões e encargos sociais	20.130	29.381
Consumidores - desconto CDE	(211.895)	-
Encargos setoriais	(82.285)	20.507
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	(6.848)	(130.443)
Passivo financeiro setorial	(60.362)	44.821
Outras obrigações	161.749	56.416
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(51.175)	(27.923)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(15.777)	(5.767)
Pagamento de juros de obrigações com derivativo	(70.170)	(59.800)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(62.882)	(12.732)
Pagamento de outras obrigações com benefício pós-emprego	(83.961)	(1.644.958)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(67.102)	(39.661)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(345.920)	(1.380.244)
<u>Atividades de investimentos</u>		
Adições para ativo imobilizado	(4.857)	-
Adições para ativo contratual	(690.275)	(480.794)
Adições para ativo intangível	(11.818)	(8.563)
Consumidores participação financeira	113.641	39.487
Aplicações/resgates em investimento de curto prazo	(1.491)	1.932

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	(838)	(89)
Recebimento de venda de ativo imobilizado	2.036	2.697
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(593.602)	(445.330)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.030.472	2.156.800
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(220.000)	(295.496)
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	(32.666)	(16.151)
Pagamento de instrumento financeiro derivativo (principal)	-	(4.504)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	777.806	1.840.649
Variação no caixa líquido	(161.716)	15.075
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	440.940	1.014.632
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	279.224	1.029.707

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas



Enel Distribuição São Paulo

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
1. Receitas	8.721.423	7.613.664
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	8.900.981	7.775.300
Fornecimento de energia elétrica	4.444.630	4.427.540
Outras receitas - originadas de contratos de clientes	2.700.498	2.143.674
Outras receitas	1.042.141	730.506
Receita relativa à construção de ativos próprios	713.712	473.580
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(179.558)	(161.636)
2. Insumos adquiridos de terceiros	(4.417.781)	(3.859.525)
Materiais	(415.806)	(159.812)
Outros custos operacionais	(621)	(141.718)
Custo de energia comprada e transmissão	(3.356.337)	(3.019.857)
Serviço de terceiros	(645.015)	(538.138)
3. Valor adicionado bruto	4.303.643	3.754.139
4. Retenções	(300.024)	(307.682)
Depreciação e amortização	(300.024)	(307.682)
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.003.619	3.446.457
6. Valor adicionado recebido em transferência	277.213	309.338
Receitas financeiras	277.213	309.338
7. Valor adicionado total a distribuir	4.280.831	3.755.795
8. Distribuição do valor adicionado	4.280.831	3.755.795
Empregados (Colaboradores)	173.925	172.191
Salários e encargos	99.174	104.852
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	9.750	4.134
Benefícios	58.378	54.625
FGTS	6.623	8.580
Tributos (Governo)	3.142.490	2.508.470
Federais	484.963	323.977
Imposto de renda e contribuição social	133.026	11.690
COFINS	257.985	224.623
PIS	55.843	48.712
INSS	30.048	28.417
Encargos sociais - outros	8.061	10.535
Estaduais	1.220.497	1.136.678
ICMS	1.216.705	1.132.024
Outros estaduais	3.792	4.654
Municipais	8.337	6.797
ISS	95	85
IPTU	8.242	6.712
Encargos setoriais	1.428.692	1.041.018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.383.359	989.743
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	45.960	42.019
Encargos do consumidor - PROINFA	-	(1.586)
Encargos do consumidor - CCRBT	(7.912)	3.860
Taxa de fiscalização - ANEEL	7.285	6.982
Remuneração de capitais de terceiros	710.018	707.981
Juros	671.910	697.217
Aluguéis	38.108	10.764



Enel Distribuição São Paulo

Notas Explicativas

Remuneração de capitais próprios	254.399	367.153
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(13.809)	(15.883)
Lucros retidos	268.208	383.036

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

1. Contexto Operacional

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos, com vencimento em 15 de junho de 2028 (nota explicativa nº 1.2).

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente, e entram em vigor a partir do dia 4 de julho de cada ano. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023, e o último reajuste tarifário anual ocorreu em 04 de julho de 2025 (vide nota explicativa nº 4.1).

1.1 Eventos climáticos

Nos últimos anos, a área de concessão da Companhia enfrentou eventos climáticos severos, com tempestades acompanhadas por ventos de elevada magnitude, o que provocou danos graves na rede de distribuição da Companhia, principalmente pela queda de árvores de grande porte, galhos e objetos lançados a rede, impactando extensamente o sistema de distribuição da Companhia, com quedas de postes e fortes danos a condutores, chaves seccionadoras, religadores e transformadores.

Plano de melhoria

Em abril de 2024, a Companhia apresentou um plano estruturado de ações que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos. As medidas, que começaram a ser implementadas de imediato pela Companhia, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

Dentre as iniciativas apresentadas, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e da modernização da rede elétrica. As principais ações apresentadas pela Companhia são: aumento de pessoal próprio, investimento em infraestrutura, novos protocolos de atuação em caso de contingência e podas de árvores.

Frente a essa situação, a Companhia vem fortalecendo de forma contínua sua infraestrutura e seus protocolos de resposta a emergências, buscando mitigar os impactos causados por eventos climáticos adversos. Reforçamos que, apesar da gravidade do evento, mantemos a nossa capacidade plena de garantir a continuidade operacional. Para isso, implementamos novas medidas com o objetivo de sustentar e aprimorar nossa performance operacional, inclusive melhorando indicadores como tempo médio de atendimento ao cliente.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A Companhia cumpre integralmente todas as suas obrigações contratuais e regulatórias. Todas as informações solicitadas pela ANEEL estão sendo prontamente fornecidas, com os devidos esclarecimentos prestados pela Companhia.

Penalidades e ações judiciais

Em fevereiro de 2024, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 02/2024 ("AI") determinando a aplicação de multa de R\$ 165.808 em decorrência de supostas infrações relacionadas ao evento climático ocorrido em novembro de 2023. O referido AI foi avaliado como risco de perda possível – vide nota explicativa nº 20.2.3 (c).

Ainda relacionado ao evento climático, identificou-se o início de procedimentos administrativos e o ajuizamento de ações judiciais de ordem individuais e coletivas. O efeito destas ações para o trimestre findo em 31 de março de 2026 foi avaliado de acordo com CPC 25 / IAS 37, considerando opinião dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. As diversas ações, decorridas de tais eventos climáticos, foram classificadas como risco de perda possível - vide nota explicativa nº 20.2.2 (e).

Em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu o Termo de Intimação nº 0049/2024-SFT ("TI"), emitido pela Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT da ANEEL, relacionado ao evento climático do dia 11 de outubro de 2024, para que ela se manifestasse sobre o Relatório de Falhas e Transgressões – RFT – anexo ao TI. Em novembro de 2024, a Companhia apresentou sua manifestação ao TI e, apesar de entender que, segundo a regulação vigente, não há fundamentos para a emissão do TI, a Companhia subsidiariamente também apresentou um Plano de Recuperação de forma a atender o prazo e os requisitos técnicos apontados.

Ao longo do prazo do Plano de Recuperação, a Companhia apresentou resultados satisfatórios, tal como reconhecido pela própria área técnica da ANEEL, tendo sido por ela recomendado a extensão do Plano de Recuperação até março de 2026 (encerramento do período úmido), com o objetivo de avaliar o desempenho e a consolidação das ações estruturais implementadas pela Companhia. Em razão de deliberação pública realizada pela Diretoria da ANEEL em 04 de novembro de 2025 - 38ª Reunião Pública Ordinária de 2025 e após debate entre os membros do Colegiado da ANEEL, houve pedido de vistas do processo pelo Diretor Gentil Nogueira Sá.

A Companhia prestou todas as informações requisitadas pelas equipes de fiscalização técnica da ANEEL, incluindo o evento iniciado em 10 de dezembro de 2025 em que a área de Concessão da Companhia foi severamente impactada por um evento climático extremo, atípico e sem precedentes, caracterizado por ventos intensos e, sobretudo, pela sua duração extensa e excepcionalmente prolongada, impactando severamente a rede elétrica e seu respectivo restabelecimento.

Em 07 de abril de 2026, a Diretoria Colegiada da ANEEL deliberou, dentre outros, pela instauração de um procedimento administrativo ("Procedimento Administrativo") para avaliar possível recomendação ao Poder Concedente da caducidade do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em São Paulo. Dessa forma, a Companhia esclarece que não há neste momento qualquer recomendação da ANEEL ao Poder Concedente para declaração da caducidade do Contrato de Concessão – informações sobre o processo de renovação da concessão vide nota explicativa nº 1.2.

1.2 Decreto 12.068/2024 e o novo Contrato de Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O referido decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão, formalizada por meio do Despacho nº 517/2025. Em 25 de março de 2025, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o envio do requerimento de prorrogação à agência reguladora. Dessa forma, a Companhia protocolou na ANEEL em 28 de março de 2025, o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no Decreto 12.068/2024. O processo de prorrogação da concessão da Companhia está em tramitação perante a Aneel, de acordo com a regulamentação vigente.

Em 23 de setembro de 2025, as áreas técnicas da ANEEL emitiram a Nota Técnica Conjunta nº 44/2025-SCE-SFF-SFT-STR/ANEEL com o objetivo de apresentar a análise do pedido da Enel SP para prorrogar a concessão e antecipar os efeitos dessa prorrogação, conforme Decreto nº 12.068/2024 e Lei nº 9.074/1995. Na referida Nota Técnica as Superintendências da ANEEL atestaram que a Enel SP apresentou o pedido de forma tempestiva, em conformidade com o rito estabelecido. Foram analisados os documentos e certidões exigidos, concluindo-se pelo atendimento aos requisitos formais e de habilitação estabelecidas no Decreto para a prorrogação da concessão, com a antecipação dos seus efeitos, estando a concessionária apta a celebrar o Termo Aditivo.

Em 06 de agosto de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal com um pedido de medida cautelar para suspender o processo de renovação da concessão da Companhia, alegando a má qualidade dos serviços prestados e a necessidade de cumprir critérios e análises específicas para a renovação da concessão da Companhia. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida liminar, atualmente vigente, que suspende o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e, após, determina que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da Companhia. Foram interpostos recursos contra a liminar pela Companhia, União Federal e ANEEL, entre outubro e novembro de 2025, os quais encontram-se pendentes de julgamento (vide detalhes na nota explicativa nº 20.2.2 (f)).

Além da referida decisão liminar judicial que atualmente se encontra vigente para suspender o processo de renovação antecipada do Contrato de Concessão, a Diretoria da ANEEL, na deliberação ocorrida em 07 de abril de 2026 determinou que a análise do processo de renovação ficará suspensa até a decisão definitiva acerca da correspondente apuração no Procedimento Administrativo na ANEEL – informações sobre o termo de intimação e procedimento administrativo vide nota explicativa nº 1.1.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitidas em 24 de fevereiro de 2026 (última demonstração financeira anual). As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Contudo, as informações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações financeiras intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão.

A Companhia, sempre que aplicável, se utiliza das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2026.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.1.4 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3. Principais políticas e estimativas

As normas, políticas contábeis, e estimativas relevantes aplicadas à estas informações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, devem ser lidas em conjunto (com exceção das normas divulgadas na nota 3.1).

As normas contábeis listadas abaixo emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia, não produziram efeitos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias no trimestre findo em 31 de março de 2026, bem como sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo 31 de dezembro de 2025, aprovadas pela Administração em 24 de fevereiro de 2026.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

3.1 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2026

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.	1º de janeiro de 2026
	Requisitos de classificação e mensuração no IFRS 9 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.	
<i>Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11</i> (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao Volume 11)	Emenda sobre contas a receber pode levar a mudança na política contábil. As alterações do IASB eliminam o conflito entre o IFRS 9 e o IFRS 15 sobre o valor pelo qual um recebível comercial é inicialmente mensurado.	
	Outras alterações incluem o desreconhecimento de passivos de arrendamento. Se um passivo de arrendamento for desreconhecido, então o desreconhecimento é contabilizado de acordo com o IFRS 9. Entretanto, quando um passivo de arrendamento é modificado, a modificação é contabilizada de acordo com o IFRS 16 Arrendamentos.	1º de janeiro de 2026

Notas Explicativas **EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

IFRS 7 - Contratos de compra de energia (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 7)	As alterações visam ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, que frequentemente são estruturados como contratos de compra de energia (PPAs). Esses contratos ajudam as empresas a garantir seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes como energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada sob esses contratos pode variar com base em fatores incontroláveis, como condições climáticas. Para permitir que as empresas reflitam melhor esses contratos nas demonstrações financeiras, foram realizadas alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações. As alterações incluem: esclarecimento da aplicação dos requisitos de "uso próprio"; permissão da contabilidade de <i>hedge</i> caso esses contratos sejam utilizados como instrumentos de <i>hedge</i>; e o incremento de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores entendam o efeito desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa.	1º de janeiro de 2026
--	---	-----------------------

3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras	Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2027

Notas Explicativas **ATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios**4.1 Reajuste Tarifário Anual 2025**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 1º de julho de 2025, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2025 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2025, conforme Resolução Homologatória nº 3.477/2025.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia de 5,97% composto por reajuste econômico de 8,32% e componente financeiro de -2,35%. Considerando o componente financeiro do último processo tarifário, 7,97%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 13,94%, sendo 15,77% para alta tensão e 13,47% para baixa tensão. O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	6,44%
Energia comprada	1,38%
Encargos de transmissão	-0,52%
Parcela A	7,30%
Parcela B	1,02%
Reajuste econômico	8,32%
CVA total	0,78%
Outros itens financeiros	-3,13%
Reajuste financeiro	-2,35%
Índice de reajuste total	5,97%
Componentes financeiros do processo anterior	7,97%
Efeito para o consumidor	13,94%

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 10,34%, representando 7,30% no reajuste econômico.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 3,47%, representando uma participação de -1,02% no reajuste econômico. Ademais, foi homologado o Fator X de 2,61%, composto por:

- Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 0,14%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia;
- Componente X-Q (qualidade do serviço) de 0,11%; e
- Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de 2,49%.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante negativo de R\$ 525.035, dentre os quais destacam-se: negativos da reversão de risco hidrológico de R\$ 624.013; negativo de PIS/COFINS de R\$ 190.140; e R\$ 218.369 negativos de reversão da cobertura excedente da Conta Escassez Hídrica; sendo estes valores parcialmente compensados por meio de R\$ 174.595 positivos, referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"); e do componente de previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 660.724.

O Despacho ANEEL nº 3.832, de 18 de dezembro de 2025, publicou a atualização das tarifas dos clientes baixa renda, considerando a redução do custo atual da cota da energia de Angra I e II. Adicionalmente, também, publicou as novas tarifas a serem aplicadas para a subclasse residencial desconto social, devendo ser aplicadas à parcela de consumo de energia elétrica menor ou igual a 120 kWh/mês, conforme inciso I, §4º, art. 179 da Resolução Normativa nº 1.000/2021. Ambas as tarifas passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026, observando o período de vigência das respectivas Resoluções Homologatórias de cada distribuidora do Sistema Interligado Nacional (SIN).

4.2 Bandeira tarifária

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.306/2024 a ANEEL estabeleceu novos valores para os patamares de acionamento das bandeiras tarifárias, vigentes a partir de 1º de abril de 2024, sendo:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O ano de 2026 começou com níveis de reservatório e projeções hidrológicas favoráveis, mantendo o patamar de bandeira verde.

4.3 Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, estabelecendo a substituição dos tributos atuais por um modelo baseado em um Imposto sobre Valor Adicionado dual:

- (i) Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, em substituição ao PIS e à Cofins;
- (ii) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição ao ICMS e ao ISS.

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar - LC nº 214/2025, derivada do PLP 68/2024, regulamentando dispositivos centrais da reforma, instituindo formalmente o IBS, a CBS, o IS e o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS). Posteriormente, a Lei Complementar -LC nº 227/2026 detalhou a organização, atribuições e o processo administrativo tributário vinculado ao CG-IBS.

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

A legislação estabelece que o Comitê Gestor deve centralizar a arrecadação, a fiscalização e a distribuição do IBS, assegurando uniformidade nacional e simplificação no cumprimento das obrigações acessórias. A Companhia segue adequada às exigências já previstas, incluindo as adaptações relacionadas à emissão de documentos fiscais. O período de transição para o novo modelo ocorrerá entre 2026 e 2032, com coexistência dos sistemas antigo e novo. Durante essa fase, haverá aplicação gradual das alíquotas do IBS e da CBS e redução progressiva das alíquotas de ICMS e ISS, conforme cronograma definido por lei complementar e pela regulamentação do Comitê Gestor.

Os impactos da reforma sobre os tributos mencionados dependem da definição das alíquotas finais da CBS e do IBS, que serão fixadas por leis ordinárias da União, estados e municípios dentro dos parâmetros estabelecidos pela LC 214/2025, inclusive considerando as alíquotas de referência definidas pelo Senado Federal. Assim, eventuais efeitos contábeis somente poderão ser reconhecidos quando a etapa regulatória estiver integralmente concluída.

Consequentemente, não há efeitos da reforma nas demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, permanecendo a necessidade de monitoramento contínuo da regulamentação complementar necessária à plena aplicação do novo sistema tributário.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Aplicações financeiras	5.1		
CDB (Aplicações diretas)		202.120	242
Operações compromissadas		211	366.113
		202.331	366.355
Numerário			
Numerário disponível		826	25.144
Numerário em trânsito	5.2	76.067	49.441
		76.893	74.585
Total		279.224	440.940

5.1 Representadas por compromissadas e CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. No trimestre findo em 31 de março de 2026, os certificados de depósitos bancários e operações compromissadas foram remunerados em média a 98,14% e 97,33% do CDI, respectivamente (98,35% e 96,28% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

5.2 Representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente).

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

6. Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se aos ativos adquiridos por meio de carteira em fundo de investimento exclusivo. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Fundos de investimentos não exclusivos	6.1	3.427	1.906
		3.427	1.906
Fundos de investimentos exclusivos	6.2		
Operações compromissadas		-	32
Títulos públicos		23	21
CDB-DI		8	8
LF - Letra Financeira		7	7
		38	68
Total		3.465	1.974

6.1 Fundos de investimento não exclusivos: Estes fundos de investimento não exclusivo, são administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

6.2 Fundos de investimento exclusivos: O saldo refere-se a fundo exclusivo das empresas do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,05% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de março de 2026 (0,45% em 31 de dezembro de 2025).

As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas em 31 de março de 2026, em média, a 99,95% do CDI (99,25% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. Contas a receber de clientes

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.



Enel Distribuição São Paulo

Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1 Consumidores, revendedores, parcelamentos e outros

A composição do saldo de consumidores e outras contas a receber é como segue:

	Nota	A vencer	Vencidos					Total	PECLD	31.03.2026
			até 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
Classe de consumidores										
Residencial		707.151	486.262	80.636	186.819	311.447	1.860.923	3.633.238	(1.895.975)	1.737.263
Industrial		31.289	15.069	1.000	4.456	6.103	159.954	217.871	(195.142)	22.729
Comercial		231.783	67.768	6.640	18.195	25.593	157.302	507.281	(170.792)	336.489
Rural		274	116	13	33	32	213	681	(195)	486
Poder público		53.756	9.055	2.175	8.513	3.915	14.182	91.596	(14.979)	76.617
Iluminação pública		2.223	1.177	1.966	2.090	3.038	8.468	18.962	(1.172)	17.790
Serviço público		14.635	967	58	30	7	580	16.277	(326)	15.951
Fornecimento faturado		1.041.111	580.414	92.488	220.136	350.135	2.201.622	4.485.906	(2.278.581)	2.207.325
Receita não faturada	23	1.710.433	-	-	-	-	-	1.710.433	(826)	1.709.607
Parcelamento de débitos		237.778	49.429	14.083	41.617	72.368	601.044	1.016.319	(536.675)	479.644
Agente de cobrança da iluminação pública		-	-	-	-	-	11.048	11.048	(82)	10.966
Serviços cobráveis		1.860	1.894	153	422	8	14	4.351	(409)	3.942
Encargos de uso da rede		696	-	-	-	-	113	809	-	809
Participação financeira - consumidor		1.627	259	-	204	1.770	1.428	5.288	-	5.288
Ressarcimento - leilões de energia		1.955	-	-	-	-	-	1.955	-	1.955
Total		2.995.460	631.996	106.724	262.379	424.281	2.815.269	7.236.109	(2.816.573)	4.419.536
Circulante										4.391.545
Não circulante										27.991



Notas Explicativas ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de marzo de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PÁGINA: 53 de 122

Notas Explicativas **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa – PECLD

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Contas a receber de clientes	Outros ativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.428.233)	(33.712)	(2.461.945)
Provisões	(170.467)	8.138	(162.329)
Perda	82.045	498	82.543
Saldo em 31 de março de 2025	(2.516.655)	(25.076)	(2.541.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.755.978)	(25.650)	(2.781.628)
Provisões/reversões	(182.018)	1.659	(180.359)
Perda	121.423	398	121.821
Saldo em 31 de março de 2026	(2.816.573)	(23.593)	(2.840.166)

O Grupo Enel tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes do cenário econômico e regulatório brasileiro e seus reflexos sobre a perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

A provisão para perdas esperadas em contas a receber reflete a melhor estimativa do Grupo e é determinada com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações financeiras intermediárias, retratando a situação de risco de crédito de seus consumidores. Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis são aplicados de forma consistente na determinação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

O Grupo Enel tem intensificado ações de conscientização e cobrança para aumentar a eficiência e a recuperação de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia; (ii) planos de parcelamentos e campanhas negociais; (iii) intensificação e constante revisão da política de corte; e, (iv) proporção aos consumidores de alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo cartão de crédito e PIX.

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Provisões	(180.359)	(162.329)
Receita com recuperação de perdas	801	693
Total	(179.558)	(161.636)

8. Créditos a receber - subvenção e outros

Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Baixa renda - subsídio CDE		66.033	76.028
Previsão ajuste CDE - ciclo corrente		55.375	38.431
CDE a receber - diferença ciclo anterior		35.118	70.236
Bônus - redução voluntária de consumo		2.339	2.339
Total		158.865	187.034

Notas Explicativas **EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

8.1 Subvenção da CDE – repasse CCEE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de custear políticas públicas do setor elétrico, tais como subsídios tarifários para consumidores de baixa renda, descontos para irrigantes e aquicultores, entre outros. Os recursos da CDE são operacionalizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e homologados pela ANEEL nos processos anuais de reajuste tarifário das distribuidoras, conforme previsto no contrato de concessão e regulamentação vigente.

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.477/2025, de julho de 2025, definiu o montante anual da subvenção da CDE destinado à Companhia, a ser repassado pela CCEE até o 10º dia útil do mês subsequente a cada competência. Com a publicação da referida resolução, cria-se um direito líquido e certo de recebimento pela Companhia do valor total homologado da subvenção, bem como uma obrigação presente de conceder os descontos tarifários correspondentes aos consumidores elegíveis ao desconto. Dessa forma, visando refletir a substância econômica do ato homologatório, que gera direito de recebimento e obrigação de repasse, a Companhia efetuou o reconhecimento integral do valor da subvenção da CDE homologada, mediante registro de ativo financeiro a receber da CCEE e passivo com consumidores. O passivo é realizado de acordo com os descontos aplicados aos consumidores, conforme apresentado a seguir:

	Nota	Passivo consumidores - desconto CDE	
		31.03.2026	31.12.2025
Valor homologado ANEEL		847.580	847.580
Descontos aplicados aos consumidores	8.1.1	(635.685)	(423.790)
Total		211.895	423.790

8.1.1 Os descontos tarifários aplicados ocorrem de forma proporcional aos meses de concessão efetiva aos consumidores, a partir de julho de 2025 – data da homologação dos valores anuais.

Com relação ao ativo financeiro a receber, em setembro de 2025, a Companhia realizou operação de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, de parte dos créditos homologados da CDE junto a instituição financeira, com o objetivo de antecipar fluxos de caixa futuros. Dessa forma, não há saldo a receber registrado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. A operação não alterou a base regulatória, nem os valores futuros de subvenção a serem repassados pela CCEE.

9. Imposto de renda e contribuição social e outros tributos compensáveis

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de março de 2026, o saldo líquido é a compensar, conforme quadro a seguir:

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
<u>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</u>			
Imposto de renda	9.1	166.165	117.001
Contribuição social		65.725	47.524
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		136.293	131.965
		368.183	296.490
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>			
Imposto de renda		(55.351)	-
Contribuição social		(19.929)	-
		(75.280)	-
Total		292.903	296.490

Notas Explicativas

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

9.1 Contempla o montante de R\$ 117.809 de imposto a compensar, reconhecido em março de 2025, referente ao saldo negativo relacionado a reapuração do ano de 2021, 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2022 e do ano de 2023. O referido montante está relacionado à exclusão da atualização financeira da Taxa SELIC sobre o indébito tributário, referido na nota explicativa nº. 18, em razão do posicionamento do Supremo Tribunal Federal – STF, no sentido de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela da Taxa SELIC na repetição de indébitos tributários (Tema 962). Quanto ao tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, relacionados ao mesmo tema, a Companhia segue discutindo judicialmente, conforme detalhado na nota explicativa nº 20.3. No trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia registrou o montante de R\$ 3.982 referente à atualização financeira, dos impostos a compensar.

A composição de outros tributos compensáveis, está demonstrada a seguir:

	Nota	31.03.2026		31.12.2025	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		160.496	268.619	138.270	245.753
PIS e COFINS		62.970	-	60.541	-
PIS e COFINS (ICMS)	9.2	292.374	2.336.521	292.374	2.358.260
INSS		331	-	331	-
ICMS - Compra de créditos		41.293	-	263.172	-
Total		557.464	2.605.140	754.688	2.604.013

9.2 A Companhia vem adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota explicativa nº 18).

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do período, representando o diferimento e amortização.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Notas Explicativas

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Distribuição São Paulo

	Nota	31.12.2025	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2026	Valores em amortização	Valores em constituição	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA											
Custos de aquisição de energia	10.1	451.618	246.280	(66.592)	(3.077)	59.587	687.816	48.230	639.586	540.760	164.830
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA		29.243	(17.846)	(23.349)	-	10.442	(1.510)	15.951	(17.461)	2.855	(4.365)
Transporte de energia pela rede básica		42.624	35.577	17.161	-	(6.519)	88.843	(10.545)	99.388	63.996	24.847
Transporte de energia - Itaipu		(7.262)	5.770	6.606	-	(5.047)	67	-	67	50	17
Energia Itaipu - custo/variação cambial		(71.964)	(53.469)	-	-	(1.814)	(127.247)	(5.019)	(122.228)	(96.691)	(30.556)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR		(52)	(28.391)	(13.949)	-	3.307	(39.085)	9.231	(48.316)	(27.006)	(12.079)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10.2	299.806	170.461	17.164	-	4.708	492.139	(15.402)	507.541	365.254	126.885
		744.013	358.382	(62.959)	(3.077)	64.664	1.101.023	42.446	1.058.577	849.218	269.579
Demais passivos financeiros setoriais											
Neutralidade da parcela A		127.110	(3.901)	274	-	1.905	125.388	(274)	125.662	93.973	31.415
Sobrecontratação de energia		(95.530)	7.915	(6.961)	-	(3.406)	(97.982)	6.961	(104.943)	(71.747)	(26.235)
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(437.358)	(25.917)	21.606	-	(11.097)	(452.766)	(108.032)	(344.734)	(86.426)	(366.340)
Risco hidrológico		(631.632)	(161.178)	156.003	-	(12.793)	(649.600)	(156.003)	(493.597)	(526.201)	(123.399)
Outros		22.112	(9.731)	124.518	-	(3.118)	133.781	117.544	16.237	129.724	4.057
		(1.015.298)	(192.812)	295.440	-	(28.509)	(941.179)	(139.804)	(801.375)	(478.451)	(480.502)
Total		(271.285)	165.570	232.481	(3.077)	36.155	159.844	(97.358)	257.202	370.767	(210.923)

10.1 Custo de Aquisição de Energia: O saldo da CVA ativa decorre do fato de que, em determinados períodos, custos efetivamente incorridos pela Companhia na aquisição de energia elétrica para atendimento ao mercado regulado, superam a cobertura tarifária vigente, influenciados por condições hidrológicas, volume contratado, pela disponibilidade do parque gerador e/ou pelas condições de mercado.

10.2 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE: CVA ativa em decorrência do aumento do custo, devido a homologação das novas cotas para o ciclo 2026, ficando acima da cobertura tarifária.

	31.12.2024	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	31.03.2025	Valores em amortização	Valores em constituição	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA										
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - PROINFA	(9.158)	24.953	4.907	-	(307)	20.395	(4.945)	25.340	14.061	6.334
Transporte de energia pela rede básica	39.889	(16.094)	(28.185)	-	5.602	1.212	28.327	(27.115)	7.992	(6.780)
Transporte de energia - Itaipu	50.631	(14.273)	(28.674)	-	5.404	13.088	33.001	(19.913)	13.088	-
Energia Itaipu - custo/variação cambial	14.529	(12.052)	-	-	203	2.680	-	2.680	2.010	670
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/ERR	131.220	(52.006)	(41.434)	-	9.129	46.909	47.158	(249)	46.972	(63)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(119.295)	128.503	(27.010)	-	4.960	(12.842)	27.421	(40.263)	(2.775)	(10.067)
Custos de aquisição de energia	(10.637)	(407.418)	183.850	(172.216)	(29.641)	(436.062)	(209.067)	(226.995)	(386.414)	(49.648)
	97.179	(348.387)	63.454	(172.216)	(4.650)	(364.620)	(78.105)	(286.515)	(305.066)	(59.554)
Demais passivos financeiros setoriais										
Neutralidade da parcela A	(62.988)	(49.527)	55.734	-	(1.115)	(57.896)	(55.734)	(2.162)	(57.356)	(540)
Sobrecontratação de energia	89.610	324.910	19.331	(5.006)	(720)	428.125	(19.331)	447.456	316.258	111.867
Ultrapassagem demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(407.872)	(25.430)	21.606	-	(6.223)	(417.919)	(194.458)	(223.461)	(86.425)	(331.494)
Risco hidrológico	(718.855)	(154.289)	211.167	-	(9.535)	(671.512)	(211.167)	(460.345)	(556.426)	(115.086)
Outros	(314.405)	(19.930)	59.395	-	(3.390)	(278.330)	(71.987)	(206.343)	(230.590)	(47.740)
	(1.414.510)	75.734	367.233	(5.006)	(20.983)	(997.532)	(552.677)	(444.855)	(614.539)	(382.993)
Total	(1.317.331)	(272.653)	430.687	(177.222)	(25.633)	(1.362.152)	(630.782)	(731.370)	(919.605)	(442.547)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

11. Benefício fiscal

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

AES Elpa S.A. (“AES Elpa”) e Brasiliana Participações S.A. (“Brasiliana Participações”) - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”) - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019. A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	31.03.2026	31.12.2025
Ágio da incorporação	2.401.630	2.413.457
Amortização acumulada	(225.247)	(219.159)
Provisão sobre o ágio	(543.594)	(543.594)
Total	1.632.789	1.650.704

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A movimentação do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

			31.03.2026	31.12.2025
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(414.697)	273.697	(141.000)	(137.190)
	100.873	(66.578)	34.295	38.105
Brasiliana Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(247.787)	163.540	(84.247)	(81.970)
	60.271	(39.779)	20.492	22.769
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.758)	1.881.559	1.881.559
Amortização acumulada	(880.990)	577.433	(303.557)	(291.729)
	5.269.327	(3.691.325)	1.578.002	1.589.830
Total	5.430.471	(3.797.682)	1.632.789	1.650.704

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

12. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2023.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	12.1	2.909.552	2.572.390
Ativo financeiro indenizável (concessão)	12.2	11.565.669	11.037.645
Intangível	12.3	3.262.194	3.470.395
Total		17.737.415	17.080.430

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

12.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados, e subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os juros cumulativos sobre esse valor, calculados utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações, de acordo com o ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 0,71% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2026 (0,97% a.a. no trimestre findo em 31 de março de 2025), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

Notas Explicativas

31 de março de 2026
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A composição do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Custo	Obrigações especiais	31.03.2026	31.12.2025
Em curso				
Direito de uso da concessão	2.712.621	(91.963)	2.620.658	2.312.635
Software	288.894	-	288.894	259.755
Total	3.001.515	(91.963)	2.909.552	2.572.390

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Custo	(-) Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024		2.108.389	(52.032)	2.056.357
Adições		509.476	(39.487)	469.989
Capitalização de juros de empréstimos		3.591	-	3.591
Transferências para o ativo intangível	12.3	(188.577)	5.386	(183.191)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(247.142)	34.346	(212.796)
Saldo em 31 de março de 2025		2.185.737	(51.787)	2.133.950
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.664.605	(92.215)	2.572.390
Adições		811.549	(113.641)	697.908
Capitalização de juros de empréstimos		15.804	-	15.804
Transferências para o ativo intangível	12.3	(159.452)	109.605	(49.847)
Transferências para o ativo financeiro	12.2	(330.991)	4.288	(326.703)
Saldo em 31 de março de 2026		3.001.515	(91.963)	2.909.552

12.1.1 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2025, a Administração procedeu ao ajuste dos valores registrados como ativos de contrato, de modo a refletir de forma mais adequada a estimativa atualizada de benefícios econômicos futuros esperados, considerando as condições vigentes.

Os efeitos dessa perda estão refletidos nos saldos patrimoniais apresentados em 31 de março de 2026, no montante de R\$ 68.010. Não foram identificados indicadores adicionais que ensejassem novo reconhecimento ou reversão de perda por redução ao valor recuperável.

12.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), estabelecido e homologado pelo órgão regulador ("ANEEL") no processo de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), que ocorre de quatro em quatro anos de acordo com os termos do contrato de concessão e legislação pertinente, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Em 31 de março de 2026 e 2025 a movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	Nota	31.03.2026	31.03.2025
Saldo inicial		11.037.645	9.324.702
Baixas		(2.458)	(8.769)
Transferências do ativo contratual	12.1	326.703	212.796
Atualização financeira	23	203.779	182.699
Saldo final		11.565.669	9.711.428

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12.3 Ativo intangível da concessão

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões da infraestrutura, conforme aplicação do ICPC 01 e IFRIC 12 - Contratos de Concessão, corresponde ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão e são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

			Em serviço	31.03.2026	31.12.2025
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Total	Total
Direito de uso da concessão	11.427.971	(7.916.854)	(385.780)	3.125.337	3.333.579
Software	608.634	(492.646)	-	115.988	120.490
Bens de renda	24.951	(4.082)	-	20.869	16.326
Total	12.061.556	(8.413.582)	(385.780)	3.262.194	3.470.395

A movimentação do ativo intangível é como segue:

			Em serviço	
	Nota	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais
Saldo em 31 de dezembro de 2024		11.124.402	(7.215.230)	(359.214)
Adições		8.563	(315.656)	-
Baixas		(88.125)	73.555	-
Transferências do ativo contratual	12.1	188.577	-	(5.386)
Amortizações de obrigação especial		-	23.672	-
Saldo em 31 de março de 2025		11.233.417	(7.433.659)	(364.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		11.897.620	(8.151.050)	(276.175)
Adições		11.818	(287.494)	-
Baixas		(7.334)	1.839	-
Transferências do ativo contratual	12.1	159.452	-	(109.605)
Amortizações de obrigação especial		-	23.123	-
Saldo em 31 de março de 2026		12.061.556	(8.413.582)	(385.780)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Software	20,00%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

13. Imobilizado

O imobilizado da Companhia refere-se a bens que não estão vinculados à atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação:

	31.12.2025	Adições	Depreciação	31.03.2026
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	4.857	-	24.951
	20.094	4.857	-	24.951
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(3.768)	-	(314)	(4.082)
	(3.768)	-	(314)	(4.082)
Total do imobilizado	16.326	4.857	(314)	20.869
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	105.515	-	(4.630)	100.885
Veículos	325.202	-	(30.709)	294.493
	430.717	-	(35.339)	395.378
Total	447.043	4.857	(35.653)	416.247

	31.12.2024	Adições	Depreciação	31.03.2025
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	20.094	-	-	20.094
	20.094	-	-	20.094
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(2.512)	-	(314)	(2.826)
	(2.512)	-	(314)	(2.826)
Total do imobilizado	17.582	-	(314)	17.268
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	83.121	-	(3.970)	79.151
Veículos	79.670	19.704	(11.412)	87.962
	162.791	19.704	(15.382)	167.113
Total	180.373	19.704	(15.696)	184.381

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	%
Máquinas e equipamentos	6,25%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de março de 2026:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Imóveis	3,08
Veículos	2,00

14. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores – vide nota explicativa nº 28.1.1.

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Compra de energia		1.264.041	1.271.390
Compra de energia - partes relacionadas	27	50.117	9.496
Encargo de uso da rede		216.998	258.022
		1.531.156	1.538.908
Materiais e serviços		1.138.278	1.543.765
Materiais e serviços - partes relacionadas	27	963.780	867.631
		2.102.058	2.411.396
Total		3.633.214	3.950.304

Alguns fornecedores da Companhia efetuaram operações de antecipação de direito de recebimento com instituições financeiras. No entanto, não houve nenhuma alteração de prazo ou condição de pagamento para a Companhia. Assim, a essência original da transação comercial não foi alterada e continua sendo classificada como atividade operacional, ou seja, permanece como contas a pagar para fornecedores. Em 31 de março de 2026, o montante destas operações é de R\$ 268.259 (R\$ 396.228 em 31 de dezembro de 2025).

15. Encargos setoriais

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

	31.03.2026	31.12.2025
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	50.015	50.015
Programa de Eficiência Energética - PEE	487.753	464.416
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	122.342	177.124
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FNDCT	-	6.818
Ministério de Minas e Energia - MME	3.857	3.894
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.428	2.428
Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT	-	33.703
Outros	33	30
Total	666.428	738.428
Circulante	527.409	605.310
Não circulante	139.019	133.118

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

16. Empréstimos e financiamentos

Os saldos de empréstimos e financiamentos são registrados pelo custo amortizado – vide nota explicativa nº 28.1.1.

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Nota	Circulante					Não circulante					31.03.2026		Circulante					Não circulante					31.12.2025				
		Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante
Moeda nacional																												
MUFGI		150.000	18.697	-	-	168.697	-	-	-	-	-	168.697	150.000	12.880	-	162.880	-	-	-	-	-	162.880	-	-	-	-	-	162.880
BNDES Inovação		-	199	-	-	199	181.111	-	-	-	181.111	181.310	-	369	-	369	180.266	-	-	-	-	180.266	-	-	-	-	-	180.635
BNDES FINEM		-	1.331	-	-	1.331	180.000	-	7.259	-	187.259	188.590	-	1.398	-	1.398	180.000	-	8.465	-	-	188.465	-	-	-	-	-	189.863
BNDES FINAME		-	1.817	-	-	1.817	240.000	-	13.230	(15.404)	237.826	239.643	-	1.840	-	1.840	240.000	-	15.066	(15.806)	-	239.260	-	-	-	-	-	241.100
		150.000	22.044	-	-	172.044	601.111	-	20.489	(15.404)	606.196	778.240	150.000	16.487	-	166.487	600.266	-	23.531	(15.806)	607.991	774.478						
Moeda nacional - partes relacionadas																												
27																												
Mútuo ELP - Enel BR V		-	-	-	-	202.278	68.044	-	-	-	270.322	270.322	-	-	-	-	202.278	58.652	-	-	260.930	260.930	-	-	-	-	-	260.930
Mútuo ELP - Enel BR VI		-	-	-	-	30.226	10.089	-	-	-	40.315	40.315	-	-	-	-	30.226	8.688	-	-	38.914	38.914	-	-	-	-	-	38.914
Mútuo ELP - Enel BR VII		-	-	-	-	-	25.189	8.151	-	-	33.340	33.340	-	-	-	-	25.189	6.974	-	-	32.163	32.163	-	-	-	-	-	32.163
Mútuo ELP - Enel BR VIII		-	-	-	-	216.631	69.573	-	-	-	286.204	286.204	-	-	-	-	216.631	59.470	-	-	276.101	276.101	-	-	-	-	-	276.101
Mútuo ELP - Enel BR IX		-	-	-	-	105.797	32.828	-	-	-	138.625	138.625	-	-	-	-	105.797	27.935	-	-	133.732	133.732	-	-	-	-	-	133.732
Mútuo ELP - Enel BR X		-	-	-	-	302.276	85.110	-	-	-	387.386	387.386	-	-	-	-	302.276	71.373	-	-	373.649	373.649	-	-	-	-	-	373.649
Mútuo ELP - Enel BR XI		-	-	-	-	201.509	54.259	-	-	-	255.768	255.768	-	-	-	-	201.509	45.195	-	-	246.704	246.704	-	-	-	-	-	246.704
Mútuo ELP - Enel BR XII		-	-	-	-	1.008	222	-	-	-	1.230	1.230	-	-	-	-	1.008	180	-	-	1.188	1.188	-	-	-	-	-	1.188
Mútuo ELP - Enel BR XIII		-	-	-	-	201.518	44.317	-	-	-	245.835	245.835	-	-	-	-	201.518	35.884	-	-	237.402	237.402	-	-	-	-	-	237.402
Mútuo ELP - Enel BR XIV		-	-	-	-	40.302	8.553	-	-	-	48.855	48.855	-	-	-	-	40.302	6.866	-	-	47.168	47.168	-	-	-	-	-	47.168
Mútuo ELP - Enel BR XV		-	-	-	-	20.153	4.003	-	-	-	24.156	24.156	-	-	-	-	20.153	3.169	-	-	23.322	23.322	-	-	-	-	-	23.322
Mútuo ELP - Enel BR XVI		70.791	5.814	-	-	76.605	-	-	-	-	76.605	76.605	70.792	3.224	-	74.016	-	-	-	-	74.016	74.016	-	-	-	-	-	74.016
Mútuo ELP - Enel BR XVII		121.347	9.893	-	-	131.240	-	-	-	-	131.240	131.240	121.347	5.455	-	126.802	-	-	-	-	126.802	126.802	-	-	-	-	-	126.802
Mútuo ELP - Enel BR XVIII		-	-	-	-	-	62.094	3.063	-	-	65.157	65.157	-	-	-	-	-	62.094	1.383	-	63.477	63.477	-	-	-	-	-	63.477
Mútuo ELP - Enel BR XIX		-	-	-	-	-	155.236	8.871	-	-	164.107	164.107	-	-	-	-	155.236	3.181	-	-	158.417	158.417	-	-	-	-	-	158.417
Mútuo ELP - Enel BR XX		-	-	-	-	227.680	7.208	-	-	-	234.888	234.888	14.158	645	-	14.803	-	-	-	-	14.803	14.803	-	-	-	-	-	14.803
Mútuo ELP - Enel BR XXI		-	-	-	-	-	82.793	2.274	-	-	85.067	85.067	21.238	967	-	22.205	-	-	-	-	22.205	22.205	-	-	-	-	-	22.205
Mútuo ELP - Enel BR XXII		-	-	-	-	103.491	2.230	-	-	-	105.721	105.721	11.124	507	-	11.631	-	-	-	-	11.631	11.631	-	-	-	-	-	11.631
Mútuo ELP - Enel BR XXIII		-	-	-	-	96.509	1.852	-	-	-	98.361	98.361	18.203	829	-	19.032	-	-	-	-	19.032	19.032	-	-	-	-	-	19.032
Mútuo I ELP - Apacae Energia		14.158	1.163	-	-	15.321	-	-	-	-	15.321	15.321	3.034	138	-	3.172	-	-	-	-	3.172	3.172	-	-	-	-	-	3.172
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 03		21.237	1.744	-	-	22.981	-	-	-	-	22.981	22.981	2.023	92	-	2.115	-	-	-	-	2.115	2.115	-	-	-	-	-	2.115
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 05		11.124	914	-	-	12.038	-	-	-	-	12.038	12.038	5.057	230	-	5.287	-	-	-	-	5.287	5.287	-	-	-	-	-	5.287
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 2		18.204	1.495	-	-	19.699	-	-	-	-	19.699	19.699	5.057	230	-	5.287	-	-	-	-	5.287	5.287	-	-	-	-	-	5.287
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 4		-	3.034	-	-	249	-	-	-	-	3.263	3.263	13.147	599	-	13.746	-	-	-	-	13.746	13.746	-	-	-	-	-	13.746
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 13		2.023	166	-	-	2.189	-	-	-	-	2.189	2.189	6.068	276	-	6.344	-	-	-	-	6.344	6.344	-	-	-	-	-	6.344
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 17		5.057	415	-	-	5.472	-	-	-	-	5.472	5.472	2.023	92	-	2.115	-	-	-	-	2.115	2.115	-	-	-	-	-	2.115
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 25		5.057	415	-	-	5.472	-	-	-	-	5.472	5.472	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuo I ELP - EGP V.S. Roças 13		13.147	1.080	-	-	14.227	-	-	-	-	14.227	14.227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuo I ELP - Enel Soluções Energéticas		-	6.068	-	-	6.566	-	-	-	-	6.566	6.566	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mútuo I ELP - Usina Eólica Pedra Pintada D		2.023	166	-	-	2.189	-	-	-	-	2.189	2.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		293.270	24.012	-	-	317.282	2.074.690	411.247	-	-	2.485.937	2.803.219	293.271	13.284	-	306.555	1.564.217	328.950	-	-	1.893.167	2.199.722						
Moeda estrangeira																												
Sociobank 4131 B		291.525	675	-	-	292.200	-	-	-	-	292.200	292.200	306.398	2.794	-	309.192	-	-	-	-	309.192	309.192	-	-	-	-	-	309.192
European Investment Bank I		10.471	376	-	-	10.847	115.177	-	(9.921)	-	105.256	116.103	11.005	1.621	-	12.626	121.053	-	(8.042)	-	113.011	125.637	-	-	-	-	-	125.637
European Investment Bank II		38.661	1.441	-	(29)	40.073	463.928	-	(43.439)	(301)	420.188	460.261	44.019	6.216	(29)	50.206	484.211	-	(36.325)	(308)	447.578	497.784	-	-	-	-	-	497.784
European Investment Bank III		10.111	5.638	-	-	7.089	67.656	-	(3.312)	-	64.344	71.433	5.925	667	-	6.592	71.108	-	(1.890)	-	69.218	75.810	-	-	-	-	-	75.810
European Investment Bank IV		10.111	22.552	-	-	28.193	270.625	-	(15.072)	-	255.553	283.746	23.702	2.594	-	26.296	284.432	-	(9.590)	-	274.842	301.136	-	-	-	-	-	301.136
European Investment Bank V		10.111	-	-	-	1.929	94.235	-	(96)	-	94.139	96.068	-	696	-	696	99.043	-	2.457	-	101.500	102.196	-	-	-	-	-	102.196
European Investment Bank VI		10.111	-	-	-	7.577	376.941	-	(2.478)	-	374.463	382.040	-	2.732	-	2.732	396.173	-	7.516	-	403.689	406.421	-	-	-	-	-	406.421
European Investment Bank VII		10.111	-	-	-	249	41.901	-	-	-	41.901	42.150	-	894	-	894	44.591	-	-	-	44.591	45.485	-	-	-	-	-	45.485
European Investment Bank VIII		10.111	-	-	-	64	10.475	-	-	-	10.475	10.539	-	229	-	229	11.148	-	-	-	11.148	11.377	-	-	-	-	-	11.377
Credit Agricole 4131		10.111	-	-	-	9.264	819.196	-	(8.087)	-	813.109	822.373	-	2.682	-	2.682	883.918	-	(703)	-	883.215	885.897	-	-	-	-	-	885.897
BNP 4131 VI		10.111	301.183	596	(1.210)	300.569	-	-	-	-	300.569	300.569	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
		670.030	29.263	(1.210)	(29)	698.054	2.260.134	-	(80.405)	(301)	2.179.428	2.877.482	391.049	21.625	-	412.145	2.396.677	(29)	(46.577)	(308)	2.348.792	2.760.937						
Total		1.113.300	76.319	(1.210)	(29)	1.187.380	4.935.935	411.247	(59.916)	(16.705)	5.271.561	6.458.941	834.320	50.896	(29)	885.187	4.560.160	328.950	(23.046)	(16.114)	4.849.950	6.735.137						

16.1.1 Os contratos *European Investment Bank (BEI)*, *Credit Agricole*, *EFI – Credit Agreement III* e *BNP VI* são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Garantias: As dívidas relacionadas aos contratos com *European Investment Bank (BEI)* contam com a garantia da Enel SpA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(a) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o trimestre findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Mútuo ELP - Enel BR XX	227.680	12/01/2026	11/01/2030	CDI + 0,69%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XXI	82.793	21/01/2026	21/01/2030	CDI + 0,68%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XXII	103.491	04/02/2026	04/02/2030	CDI + 0,68%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XXIII	96.509	10/02/2026	11/02/2030	CDI + 0,68%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
BNP 4131 VI	300.000	12/03/2026	12/03/2027	EUR + 3,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil

(b) Empréstimos e financiamentos obtidos em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
Scotiabank 4131 III – ELETROPAULO	300.000	27/08/2021	27/08/2026	USD + 2,605%	Bullet	Semestral	Reforço de capital de giro	N/A
European Investment Bank I	134.654	01/09/2022	01/09/2037	USD + 3,713%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank II	538.616	01/09/2022	01/09/2037	USD + 3,56%	Semestral a partir de setembro 2025	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank III	68.740	20/04/2023	20/04/2038	USD + 4,456%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank IV	274.960	20/04/2023	20/04/2038	USD + 4,329%	Semestral a partir de setembro 2026	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank V	92.070	13/05/2024	13/05/2039	USD + 5,38%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank VI	368.280	13/05/2024	13/05/2039	USD + 5,282%	Semestral	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank VII	43.578	13/08/2025	13/08/2040	USD SOFR + 0,988%	Semestral a partir de agosto 2029	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
European Investment Bank VIII	10.895	13/08/2025	13/08/2040	USD SOFR + 1,116%	Semestral a partir de agosto 2029	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel SpA
Mútuo ELP - Enel BR V	202.278	04/01/2024	03/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VI	30.226	10/01/2024	09/01/2028	CDI + 0,75%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VII	25.189	06/02/2024	05/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR VIII	216.631	14/02/2024	13/02/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas

 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Mútuo ELP - Enel BR IX	105.797	11/03/2024	10/03/2028	CDI + 0,99%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR X	302.276	10/06/2024	09/06/2028	CDI + 1,06%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XI	201.509	10/07/2024	09/07/2028	CDI + 1,05%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XII	1.008	11/10/2024	10/10/2028	CDI + 0,57%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIII	201.518	14/10/2024	13/10/2028	CDI + 0,56%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIV	40.302	05/11/2024	04/11/2028	CDI + 0,66%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XV	20.153	10/12/2024	09/12/2028	CDI + 0,67%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XVI	70.791	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XVII	121.347	10/09/2025	10/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XVIII	62.094	05/11/2025	02/11/2029	CDI + 0,72%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo ELP - Enel BR XIX	155.236	10/11/2025	09/11/2029	CDI + 0,72%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - Apiacas Energia	14.158	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 03	21.237	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP Cumaru 05	11.124	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 2	18.204	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. ANGELA 4	3.034	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 13	2.023	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 17	5.057	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Esperança 25	5.057	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - EGP V.S. Roque 13	13.147	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - Enel Soluções Energéticas	6.068	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Mútuo I ELP - Usina Eólica Pedra Pintada D	2.023	09/09/2025	09/09/2026	CDI + 0,35%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	N/A
Credit Agricole 4131	850.000	28/11/2025	26/11/2027	EUR + 3,31%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
MUFG II	150.000	10/06/2025	10/06/2026	CDI + 0,64%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
BNDIS Inovação	180.000	03/12/2025	15/10/2035	TR + 2,70%	Mensal pós carência	Trimestral durante carência; Mensal pós carência	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel Brasil
BNDIS FINEM	180.000	03/12/2025	15/10/2035	IPCA + 8,88%	Mensal pós carência	Trimestral durante carência; Mensal pós carência	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel Brasil
BNDIS FINAME	240.000	04/12/2025	16/11/2035	IPCA + 9,32%	Mensal pós carência	Trimestral durante carência; Mensal pós carência	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.	Aval da Enel Brasil

As operações de mútuo com Enel Brasil que tinham vencimento até 31 de dezembro de 2025 foram prorrogadas de acordo com condições estabelecidas em processo realizado de acordo com as boas práticas de mercado, dentro do limite aprovado pela ANEEL por meio do despacho nº 3.037/2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(c) Empréstimos e financiamentos obtidos e liquidados durante o trimestre findo em 31 de março de 2026:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia
CCB ITAÚ	100.000	10/02/2026	27/03/2026	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil
CCB ITAÚ	120.000	04/03/2026	31/03/2026	CDI + 2,65%	Bullet	Bullet	Reforço de capital de giro	Aval da Enel Brasil

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Moeda nacional				
CDI	2.971.916	46,01%	2.362.600	41,20%
IPCA	428.233	6,63%	430.965	7,51%
TR	181.310	2,81%	180.635	3,15%
Moeda estrangeira				
Dólar	1.701.853	26,34%	1.818.180	31,70%
Euro	1.122.941	17,39%	885.894	15,45%
SOFR	52.688	0,82%	56.863	0,99%
Total	6.458.941	100,00%	5.735.137	100,00%

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais, vide nota explicativa nº 28.1.1.

16.4 Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos, financiamentos e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Empréstimos e financiamentos	962.599	1.917.449	417.556	714.004	1.275.658	5.287.266
Custo a amortizar	(946)	(1.877)	(1.877)	(1.877)	(9.128)	(15.705)
Total	961.653	1.915.572	415.679	712.127	1.266.530	5.271.561

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

16.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2026
		%
CDI	(b)	14,65%
TJLP	(b)	9,19%
IPCA	(b)	3,81%
SELIC	(b)	14,75%
USD	(a)	5,22
EUR	(a)	6,01
SOFR	(a)	3,68
TR	(b)	2,03%

(a) Índice do último dia do período.

(b) Índice acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2026.

16.6 Movimentações dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.187.587	260.348	807.935	1.957.083	4.212.953
Captações	-	-	2.156.800	-	2.156.800
Encargos provisionados	26.422	20.624	34.959	-	82.005
Encargos pagos	-	-	(24.332)	-	(24.332)
Variação cambial	-	-	(7.384)	(148.786)	(156.170)
Transferências	(382.865)	382.865	(14.406)	14.406	-
Pagamentos / amortizações	-	-	(295.496)	-	(295.496)
Amortização custos de transação	-	-	-	7	7
Marcação a mercado	-	-	-	43.998	43.998
Saldo em 31 de março de 2025	831.144	663.837	2.658.076	1.866.708	6.019.765
Saldo em 31 de dezembro de 2025	473.042	2.501.158	412.145	2.348.792	5.735.137
Captações	220.000	510.472	300.000	-	1.030.472
Encargos provisionados	35.047	82.295	25.706	-	143.048
Encargos pagos	(18.761)	-	(16.253)	-	(35.014)
Variação cambial e monetária	-	845	(15.004)	(142.873)	(157.032)
Transferências	(404)	404	(7.337)	7.337	-
Pagamentos / amortizações	(220.000)	-	-	-	(220.000)
Amortização custos de transação	402	-	7	-	409
Marcação a mercado	-	(3.041)	(1.210)	(33.828)	(38.079)
Saldo em 31 de março de 2026	489.326	3.092.133	698.054	2.179.428	6.458.941

16.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
SCOTIABANK 4131 III	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido (*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado (**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.



Enel Distribuição São Paulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (*) Dívida financeira líquida: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (**) *LAJIDA (EBITDA)* ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

17. Debêntures

Os saldos de debêntures são registrados pelo valor justo por meio do resultado – vide nota explicativa nº 28.1.1.

17.1 Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.03.2026										31.12.2025									
	Circulante					Não circulante					Circulante					Não circulante				
	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante	Principal	Encargos	Marcação a mercado	Custos a amortizar	Total	Total circulante + não circulante			
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	1.151.842	16.484	(5.230)	(480)	1.162.616	-	-	-	-	-	1.162.616	1.133.247	5.321	(27.116)	(1.398)	1.110.054	-	1.110.054		
Debêntures - 25ª Emissão	-	18.120	-	-	18.120	951.085	-	-	(104.228)	832.519	850.639	-	8.246	-	-	8.246	935.731	-	935.731	
Debêntures - 26ª Emissão	-	44.431	-	-	44.431	575.000	-	-	-	575.000	619.078	-	21.639	-	-	21.639	575.000	-	596.717	
Debêntures - 27ª Emissão	-	25.732	-	-	25.732	941.997	-	(53.089)	(16.607)	872.301	898.033	-	11.695	-	-	11.695	927.516	-	909.728	
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	-	54.135	-	-	54.135	975.000	-	-	(2.275)	972.725	1.026.860	-	17.547	-	-	17.547	975.000	-	1.004.307	
Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	-	-	-	-	-	386.425	26.810	8.459	(5.334)	416.360	416.360	-	-	-	-	380.167	18.605	404.972		
Debêntures - 29ª Emissão	-	1.614	-	-	1.614	510.724	-	4.286	(15.038)	499.972	501.586	-	8.576	-	-	502.479	-	510.065		
Total	1.151.842	160.816	(5.230)	(480)	1.306.848	4.340.231	26.810	(144.572)	(53.945)	4.168.524	5.475.172	1.133.247	73.524	(27.116)	(1.398)	1.177.767	4.295.913	5.475.172		

17.1.1 Os contratos relacionados à 24ª emissão 2ª série, 25ª emissão, 27ª emissão, 28ª emissão e 29ª emissão são mensurados a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 28.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

17.2 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:**(a) Debêntures obtidas em períodos anteriores e vigentes no trimestre findo em 31 de março de 2026:**

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade
24ª Emissão (2ª Série) não conversível	800.000	28/06/2019	15/05/2026	IPCA + 4,01%	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
25ª Emissão não conversível	800.000	30/04/2021	15/04/2031	IPCA + 4,26%	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
26ª Emissão não conversível	575.000	04/10/2021	04/10/2028	CDI + 1,64%	Nos vencimentos	Anual	Reforço de capital de giro
27ª Emissão não conversível	800.000	12/05/2022	15/04/2032	IPCA + 6,14%	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
28ª Emissão (1ª Série) não conversível	975.000	29/05/2025	15/05/2028	CDI + 1,10%	<i>Bullet</i>	Semestral	Reforço de capital de giro
28ª Emissão (2ª Série) não conversível	375.000	29/05/2025	15/06/2029	IPCA + 8,30%	<i>Bullet</i>	<i>Bullet</i>	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
29ª Emissão não conversível	500.000	07/10/2025	15/09/2035	IPCA + 7,4961%	Nos vencimentos	Semestral	Expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

17.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	31.03.2026	%	31.12.2025	%
CDI	1.645.938	30,06%	1.586.262	29,96%
IPCA	3.829.234	69,94%	3.708.843	70,04%
Total	5.475.172	100,00%	5.295.105	100,00%

17.4 Em 31 de março de 2026, as parcelas relativas ao principal das debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030	Total não circulante
Debêntures	287.500	1.262.500	738.690	630.996	1.302.782	4.222.468
Custo a amortizar	(9.818)	(11.916)	(9.733)	(8.547)	(13.930)	(53.944)
Total	277.682	1.250.584	728.957	622.449	1.288.852	4.168.524

17.5 Os indexadores utilizados para atualização das debêntures tiveram a seguinte variação:

Indexador	Nota	31.03.2026 %
CDI	(a)	14,65%
IPCA	(a)	3,81%

(a) Índice acumulado no trimestre findo em 31 de março de 2026.

17.6 Movimentações das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	394.619	3.221.717	3.616.336
Encargos provisionados	65.310	-	65.310
Atualização monetária	-	65.963	65.963
Transferências	(2.300)	2.300	-
Marcação a mercado	-	57.199	57.199
Amortização custo de transação	2.612	-	2.612
Saldo em 31 de março de 2025	460.241	3.347.179	3.807.420
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.177.757	4.117.348	5.295.105
Encargos provisionados	103.653	8.205	111.858
Encargos pagos	(16.161)	-	(16.161)
Atualização monetária	56.675	6.238	62.913
Transferências	(40.571)	40.571	-
Marcação a mercado	21.886	(3.838)	18.048
Amortização custo de transação	3.409	-	3.409
Saldo em 31 de março de 2026	1.306.648	4.168.524	5.475.172

17.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants):

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros dos contratos em vigor, a saber:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Contrato	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de apuração dos índices
24ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
25ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
26ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
27ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
28ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral
29ª Emissão	Dívida financeira líquida / LAJIDA ajustado (máximo)	3,50	Trimestral

- **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido ^(*) em relação ao LAJIDA (EBITDA) ajustado ^(**) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

^(*) Dívida financeira líquida: Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

^(**) LAJIDA (EBITDA) ajustado – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.

O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima.

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que foram julgados em maio de 2021. O STF confirmou que prevaleceu o entendimento de que deve ser retirado da base das referidas contribuições o ICMS destacado. Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos para modular os efeitos do julgado a partir de 15 de março de 2017, exceto para contribuintes que ingressaram com ações judiciais antes desta data. A decisão transitou em julgado em 9 de setembro de 2021.

A Companhia possuía dois processos acerca do tema. No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

Com base na decisão de 13 de maio de 2021 do STF, no tema de repercussão geral e sua melhor estimativa, a Companhia ajustou ativo e passivo considerando o ICMS destacado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A União Federal ajuizou ação rescisória em face do segundo processo, por entender que parte do período estaria alcançada pela modulação dos efeitos da decisão do tema 69 da repercussão geral (período anterior a março de 2017). Em maio de 2022 a Companhia apresentou defesa no sentido de que o segundo processo apenas reforçou o direito reconhecido no primeiro processo. Em outubro de 2023 foi proferida decisão monocrática que julgou procedente a ação, ao argumento de que a Companhia teria impetrado o mandado de segurança após o marco da modulação temporal dos efeitos definido pelo STF, relativamente ao período anterior a 15 de março de 2017.

Em face da referida decisão foram opostos embargos de declaração em virtude das omissões contidas na decisão recorrida, especialmente no que se refere ao fato de que a Companhia já possuía coisa julgada anterior em seu favor formada no primeiro processo. Em abril de 2024 foi proferida decisão que determinou o sobrestamento do processo até o julgamento do Tema nº 1.245 pelo Supremo Tribunal Federal. De todo modo, importante observar que, como antes mencionado, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais.

Em 12 de dezembro de 2023, considerando a interpretação dada pelo Parecer Normativo n.º 11/2014 da COSIT/RFB, a Companhia impetrou mandado de segurança a fim de assegurar, após decisão definitiva, o seu direito líquido e certo de compensar todo o crédito de PIS e de COFINS reconhecido pela decisão definitiva no primeiro processo sem limitação de tempo. Em junho de 2024 foi proferida sentença julgando integralmente procedente a ação. A Fazenda apresentou apelação, a qual, em abril de 2025, foi negado provimento. A Fazenda interpôs Recurso Especial ao STJ, o qual foi provido através de decisão do ministro relator. A Companhia apresentou recurso ao colegiado do STJ.

Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada Medida Provisória 1202/23, regulamentada pela Portaria Normativa do MF n.14 de 5 de janeiro de 2024, alterando a legislação que trata das compensações tributárias, criando limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado e prevendo que as compensações poderão ser realizadas inclusive após 5 anos. A referida medida provisória foi convertida na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024.

A Companhia seguirá adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais, e apresentou os cálculos do crédito tributário referente ao primeiro processo, em atendimento à intimação fiscal da Receita Federal, e manifestação de inconformidade diante da não aceitação das autoridades fiscais.

Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, inclusive as supracitadas (MP 1202/23, Portaria Normativa MF 14/24 e Lei 14.873/24). Até 31 de março de 2026, o total compensado pela Companhia foi de R\$ 5.718.015 (R\$ 5.644.922 até 31 de dezembro de 2025).

Tratamento do regulador

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado e, entre 11 de fevereiro de 2021 e 29 de março de 2021, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 005/2021 visando obter subsídios para o aprimoramento da proposta de devolução dos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Foi publicada a Lei 14.385/2022 em 27 de junho de 2022, alterando a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar a devolução aos consumidores de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como os decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Em 24 de julho de 2025, foi publicado o Despacho ANEEL 2.203/2025, que estabelece a metodologia para a devolução aos consumidores de energia dos créditos tributários decorrentes de ações judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O despacho não apresenta inovações em relação ao que já vinha sendo aplicado nos processos tarifários entre 2022 e 2025.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia. Os processos tarifários de 2022 a 2025 já contemplaram a devolução parcial de tais valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Até 31 de março de 2026, o total já devolvido aos consumidores foi de R\$ 5.655.948 (R\$ 5.597.746 no em 31 de dezembro de 2025).

Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324

Em julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) concluído em 14 de agosto de 2025, da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7324, foi reconhecida a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022. O respectivo acórdão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

O STF fixou que a devolução está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, contados da efetiva restituição do indébito à distribuidora ou da homologação definitiva da compensação por ela realizada. Quanto aos valores já devolvidos pelos consumidores, a Companhia avalia que esse tema ainda pode ser discutido no futuro já que ele também não foi debatido de forma aprofundada no julgamento da ADI nº 7.324.

A referida decisão está sujeita a eventuais esclarecimentos ou modulações a serem definidos pelo STF no julgamento dos embargos de declaração opostos em dezembro de 2025 pela ABRADEE e pela ABRACEE.

No reajuste tarifário de 2025, a ANEEL considerou o saldo remanescente de crédito de PIS e COFINS a repassar ao consumidor, referente ao primeiro processo. Dessa forma a Companhia concluirá a devolução do crédito aos consumidores, até junho de 2026. Assim, em 31 de março de 2026, baseada na opinião de assessores externos, a Companhia avalia que não há nenhum impacto contábil, uma vez que nenhum ativo referente a valores já devolvidos aos consumidores, foi contabilizado.

A Administração da Companhia mantém acompanhamento contínuo das movimentações judiciais relacionadas ao tema, bem como dos respectivos desdobramentos jurídicos e regulatórios, de modo a avaliar e refletir tempestivamente eventuais impactos relevantes sobre as informações financeiras intermediárias.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	31.03.2026	31.12.2025
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar</u>		
Ativo circulante	292.374	292.374
Ativo não circulante	2.336.521	2.358.260
Total do ativo	2.628.895	2.650.634
<u>PIS/COFINS - consumidores a restituir</u>		
Passivo circulante	165.968	224.170
Passivo não circulante	2.494.153	2.442.799
Total do passivo	2.660.121	2.666.969
<u>Receita financeira</u>		
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	51.354	214.270
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(51.354)	(214.270)
Impacto líquido	-	-

A seguir é apresentada a movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.728.738	2.917.045
Atualização	49.737	49.737
Compensação	(73.094)	-
Devolução aos consumidores	-	(180.180)
Saldo em 31 de março de 2025	2.705.381	2.786.602
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.650.634	2.666.969
Atualização	51.354	51.354
Compensação	(73.093)	-
Devolução aos consumidores	-	(58.202)
Saldo em 31 de março de 2026	2.628.895	2.660.121

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

19. Obrigações com benefícios pós-emprego

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	31.03.2026	31.12.2025
Previdência privada		
Obrigação registrada com previdência privada	1.000.572	1.054.550
	1.000.572	1.054.550
FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)		
Valor presente das obrigações atuariais	70.960	68.591
	70.960	68.591
Total	1.071.532	1.123.141
Circulante	4.464	4.463
Não circulante	1.067.068	1.118.678

19.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A Vivest é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A Vivest administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD

Em 13 de abril de 2020 (vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo") para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC ("PREVIC"), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP/Eletropaulo. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP/Eletropaulo (benefício definido) para o plano CD II (contribuição definida).

Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a retirada de patrocínio do PSAP/Eletropaulo, conforme previsto na Lei Complementar nº 109/01 e devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. Em 29 de março de 2022, a Vivest submeteu, para avaliação da PREVIC, o Termo de Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo, de acordo com a legislação vigente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

O PSAP/Eletropaulo continuaria operando normalmente até a autorização do processo de retirada de patrocínio pela PREVIC, quando as contribuições (destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit) e os pagamentos de benefícios seriam suspensos. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos teriam direito a receber os valores individuais calculados pela Vivest (Entidade Fechada de Previdência Complementar responsável pela administração do plano) ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), conforme previsto na legislação. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, seriam conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável.

Em 27 de dezembro de 2023, no entanto, a PREVIC indeferiu o pedido de retirada de patrocínio da Companhia. Em 5 de janeiro de 2024, foi interposto recurso administrativo contra essa decisão, o qual foi negado pela Diretoria Colegiada da PREVIC em 26 de março de 2024. Ato contínuo, a Companhia ajuizou ação contra o referido indeferimento, a qual, em 31 de março de 2026, permanece em tramitação.

19.1.1 Contratos com a Vivest

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Vivest a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) mínimo e sua Interação, no montante total do passivo considera o saldo do contrato de dívida atuarial que a empresa assinou junto da Vivest para o equacionamento de déficits dos planos em conformidade com a legislação. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	31.03.2026	31.12.2025
Classificação da dívida IIa	398.137	390.030
Classificação da dívida IIb	41.963	38.550
Contrato de ajustes de reserva matemática	350.843	2.371.318
	790.943	2.799.898
Diferenças entre premissas	209.629	(1.745.348)
Total	1.000.572	1.054.550

19.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente, e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**19.3 Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:**

	Nota	31.03.2026	31.03.2025
Saldo inicial		1.123.141	4.401.452
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial		305	1.062
Juros líquidos conforme laudo atuarial	25	32.047	130.796
Pagamento de contribuições		(83.961)	(191.958)
Pagamento extraordinário de contribuições		-	(1.453.000)
Saldo final		1.071.532	2.888.352

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

19.3.1 Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano:

	Plano BD	Plano FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.288.836	112.616	4.401.452
Custo do serviço corrente	-	1.062	1.062
Custo dos juros líquidos	130.698	98	130.796
Contribuições reais do empregador	(1.644.958)	-	(1.644.958)
Saldo em 31 de março de 2025	5.006.032	116.952	2.888.352
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.054.550	68.591	1.123.141
Custo do serviço corrente	-	305	305
Custo dos juros líquidos	29.983	2.064	32.047
Contribuições reais do empregador	(83.961)	-	(83.961)
Saldo em 31 de março de 2026	1.000.572	70.960	1.071.532

19.4 Despesas reconhecidas no resultado do período:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Capitalização para infraestrutura em construção	387	286
Outras contribuições - contribuição definida	(2.202)	(1.572)
Despesas com entidade de previdência privada	(1.815)	(1.286)
Custo do serviço corrente bruto conforme laudo atuarial - FGTS	(305)	(1.062)
Custo do serviço corrente líquido	(305)	(1.062)
Juros sobre a obrigação atuarial	(349.441)	(406.043)
Rendimento esperado dos ativos no ano	317.394	275.247
Juros líquidos sobre o passivo	(32.047)	(130.796)
Total reconhecido no resultado	(34.167)	(133.144)

Notas Explicativas

31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

20. Provisões para processos judiciais e outros riscos

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Os processos não detalhados nas presentes informações financeiras intermediárias, não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

20.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

							Depósitos vinculados (*)		
	Nota	31.12.2025	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2026	31.03.2026	31.12.2025
Trabalhistas	20.1.1	300.858	14.635	(5.506)	15.376	(30.183)	295.180	72.388	67.406
Cíveis	20.1.2	456.207	22.282	(6.868)	15.583	(36.460)	450.744	23.770	25.350
Fiscais	20.1.4	30.993	2.001	(8.560)	3.278	(2)	27.710	222	-
Ambientais		6.256	457	-	88	(457)	6.344	-	901
Regulatório	20.1.3	183.452	-	(955)	(12.959)	-	169.538	-	-
Outras provisões		533	-	-	11	-	544	-	-
Total		978.299	39.375	(21.889)	21.377	(67.102)	950.060	96.380	93.657
Circulante		164.513					144.129		
Não circulante		813.786					805.931		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

	31.12.2024	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.03.2025	Depósitos Vinculados	
							31.03.2025	31.12.2024
Trabalhistas	321.433	16.837	(2.416)	9.452	(19.670)	325.636	86.453	88.896
Cíveis	408.402	14.246	(7.369)	10.196	(15.353)	410.122	14.944	14.741
Fiscais	24.921	4.334	(10)	(155)	(4.209)	24.881	860	198
Ambientais	5.942	429	-	106	(429)	6.048	-	-
Regulatório	161.367	-	-	2.640	-	164.007	-	-
Outras provisões/riscos	4.313	-	-	227	-	4.540	-	-
Total	926.378	35.846	(9.795)	22.466	(39.661)	935.234	102.257	103.835
Circulante	169.853					225.387		
Não circulante	756.525					709.847		

(*) O saldo de depósitos judiciais registrado no ativo, na rubrica “Depósitos vinculados”, totaliza R\$ 782.354 em 31 de março de 2026, dos quais R\$ 96.380 referem-se a processos classificados como de perda provável (R\$ 764.868 e R\$ 93.657, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos. As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

20.1.1 Processos trabalhistas

A Companhia mantém provisão para processos compostos por ações de natureza trabalhista (empregados próprios e terceirizados), previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum. As ações envolvem pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria, entre outros.

20.1.2 Processos cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

20.1.3 Processos regulatórios

A Companhia é parte em processos de natureza regulatória, em fase judicial, decorrentes de autos de infração emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, relacionados à aplicação de normas e critérios regulatórios do setor elétrico. De forma agregada, tais autos envolvem discussões sobre indicadores de continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica, cumprimento de metas regulatórias, critérios de apuração e aplicação de penalidades, bem como outros aspectos inerentes à prestação do serviço público e ao atendimento aos consumidores.

Auto de Infração - AI nº 12/2022: Em 22 de julho de 2022, a Companhia recebeu AI sobre qualidade da Duração Equivalente de Interrupção (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção (FEC) de 2021, com Não Conformidade (NC.1) por não prestar um serviço adequado, no que concerne a qualidade do fornecimento de energia elétrica, com a aplicação de multa no valor de R\$ 95.872. Em 6 de fevereiro de 2024, ANEEL decidiu avaliar o recurso e negar o provimento da Companhia, no sentido de manter a aplicação da multa no montante original de R\$ 95.872. Em 7 de março de 2024 a companhia ajuizou ação com pedido de liminar, o qual na mesma data foi deferido para determinar que a ANEEL se abstenha de realizar quaisquer atos de cobrança, suspendendo a inscrição da concessionária no Sistema de Inadimplentes mantido pela ANEEL, no Cadastro Informativo dos créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN) e, cumulativamente, na dívida ativa, até o julgamento da ação judicial. Em 03 de fevereiro de 2026 sobreveio decisão julgando improcedente os pedidos da Companhia para manter o auto de infração na sua integralidade, mas manteve os efeitos da decisão que deferiu a liminar até o trânsito em julgado ou decisão em sentido contrário. Dessa forma, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, o montante provisionado, devidamente atualizado em 31 de março de 2026 é de R\$ 88.561. O montante atualizado classificado como risco possível de R\$ 69.457.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

20.1.4 Processos fiscais

- (a) **Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.
- (b) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos municípios. Após perícia parte do processo foi favorável à Companhia e parte desfavorável, com relação a qual foi constituída provisão.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Trabalhistas	20.2.1	723.881	695.763
Cíveis	20.2.2	1.852.264	1.707.377
Fiscais	20.2.3	5.428.424	5.318.097
Regulatórias	20.2.4	2.174.774	2.239.875
Total		10.179.343	9.961.112

20.2.1 Processos trabalhistas

- (a) **Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:** Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com recurso da ENEL pendente de julgamento no STJ.
- (b) **SAT:** Ação anulatória ingressada pela Companhia, em 22 de outubro de 2018, decorrente de processo administrativo lavrado pela Receita Federal do Brasil pela não homologação das compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (“SAT”), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (“GIIL-RAT”), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (“LTCAT”). Em 12 de novembro de 2018 a Companhia teve decisão liminar parcialmente favorável para emissão de Certidão Positiva com Efeito de Negativa (“CPEN”) em favor da Companhia. Sentença de mérito desfavorável para Companhia, com recurso de apelação da ENEL pendente de julgamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Notas Explicativas

31 de março de 2026

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

20.2.2 Processos cíveis

- (a) **Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais:** O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. Companhia apresentou recurso em julho de 2012 ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão. Em 22 de fevereiro de 2021 o recurso foi rejeitado, razão pela qual o processo retornará para primeira instância para realização da perícia. Autos retornados para origem e aguardando início de perícia. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
- (b) **Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal (juros de capital próprio):** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. O Ministério Público Federal apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 03 de abril de 2024, foi dado parcial provimento ao recurso do Ministério Público Federal, para condenar a ANEEL a considerar, nos processos de revisão da tarifa de energia elétrica, o benefício fiscal de juros sobre capital próprio. Em abril de 2024 a Companhia apresentou embargos de declaração contra a decisão, os quais foram rejeitados em 28 de agosto de 2024. Em 19 de setembro de 2024, a Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em 15 de abril de 2025, a ANEEL apresentou recurso contra a rejeição do recurso extraordinário e do recurso especial. Em 29 de abril de 2025, a Companhia apresentou uma petição, no caso, concordando com os recursos apresentados pela ANEEL.
- (c) **Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias:** Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília. Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019. Em 07 de novembro de 2025, o STJ não conheceu o recurso especial da Companhia, tendo interposto em 01 de dezembro de 2025, agravo interno em recurso especial. Em 05 de março de 2026, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) indeferiu o recurso interposto pela Companhia, e em 12 de março de 2026, a Companhia opôs embargos de declaração contra esta decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Notas Explicativas

31 de março de 2026
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(d) **Ação de cobrança CTEEP:** Em 16 de março de 2021, a Companhia ajuizou ação de cobrança contra CTEEP pelo valor histórico de R\$1.500.000, que atualmente perfaz R\$2.100.000, cuja origem é uma dívida perante Eletrobras (contraída anteriormente à privatização) e que foi objeto de acordo pela Companhia em 2018, ressalvado seu direito de cobrança perante o efetivo devedor (CTEEP). No entendimento da Companhia e de seus assessores legais e pareceristas contratados, por força da cisão da Companhia ocorrida em 1998, e previamente à sua privatização, a dívida em questão foi transferida para a Empresa Paulista de Transmissão – EPTE (antecessora da CTEEP), nos termos do protocolo de cisão de 22 de dezembro de 1997, sendo assim da CTEEP a responsabilidade pelo débito. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, cuja sentença, até o momento, foi mantida em segunda instância, em sede de recursos de apelação, fixadas as verbas de sucumbência em 13% sobre o valor atualizado da ação, o que corresponde a R\$ 473.021 em 31 de março de 2026. Em 11 de outubro de 2023, a Companhia apresentou embargos de declaração. Em 12 de janeiro de 2024, os embargos de declaração foram rejeitados e a decisão foi publicada em 30 de janeiro de 2024. Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia interpôs recurso especial e extraordinário. Em 17 de maio de 2024 foi proferida decisão suspendendo a tramitação dos recursos da Companhia até decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o tema de Repercussão Geral 1255 (possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes). Em 11 de março de 2025, o Plenário do STF considerou que a questão da repercussão geral sobre os honorários advocatícios se restringiria à fixação dos honorários devidos pelo Tesouro Público, o que não é o caso neste processo. Em 1º de abril de 2025, o Recurso Extraordinário da Companhia foi admitido e o Recurso Especial foi inadmitido. Em 29 de abril de 2025, a Companhia interpôs agravo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), reiterando nossos argumentos e a necessidade de análise do Recurso Especial. Em 26 de junho de 2025, a CTEEP apresentou contrarrazões ao agravo da Companhia. A possibilidade de êxito da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação, correspondendo a importância atualizada de R\$ 473.021.

(e) **Ações indenizatórias – eventos climáticos:**

(e.1) Em decorrência dos eventos climáticos do dia 03 de novembro de 2023, encontram-se ativas em 31 de março de 2026, 341 ações individuais, 5 ações coletivas propostas por representantes Municipais, Sindicais, Partido Político, Ministério Público e Defensoria Pública. Essas ações buscam medidas cautelares para obrigar a empresa a fornecer informações e/ou documentos e, em última instância, a manutenção dessas medidas, bem como indenização por danos morais e materiais individuais e coletivos, que serão determinados na fase processual correspondente, ou seja, quando forem emitidas as decisões e/ou os laudos periciais. Três ações coletivas foram indeferidas com sentenças definitivas a favor da Companhia. Dessa forma, em 31 de março de 2026, o valor total pedido nas 341 ações individuais, é de R\$ 19.093, dos quais R\$ 3.177 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

(e.2) Em decorrência do evento climático de 11 de outubro de 2024, encontram-se ativas em 31 de março de 2026 655 ações individuais, 09 ações coletivas nas quais os autores são promotores de justiça, representantes do município, associações, partidos políticos, o Governo Federal, o Estado de São Paulo e um cidadão e 1 ação anulatória de multa aplicada por órgão de defesa do consumidor. Essas ações buscam liminares para medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica prestado pela Companhia, exigindo a divulgação de informações e/ou documentos e solicitando intervenção no contrato de concessão. Quanto ao mérito, os autores solicitaram que as liminares fossem mantidas, que a Companhia fosse condenada a pagar valores por danos morais e materiais individuais e coletivos a serem determinados na fase processual apropriada e que o contrato de concessão fosse declarado rescindido e/ou penalidades aplicadas à Companhia. Três ações coletivas foram indeferidas com sentenças definitivas a favor da Companhia. Dessa forma, em 31 de março de 2026, o valor total pedido nas 655 ações individuais é de R\$ 18.124, dos quais R\$ 4.968 foram contabilizados, devido ao risco de perda provável. Quanto às ações coletivas, ainda não é possível estimar os valores de risco pois estão sujeitas a perícias e decisões para determinação de valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Notas Explicativas

31 de março de 2026
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

- (e.3) Como resultado do evento climático de 10 de dezembro de 2025, encontram-se ativas em 31 de março de 2026 564 ações individuais e 4 ações coletivas, movidas pelo Ministério Público e representantes de (3) municípios. Os autores solicitaram e obtiveram, em primeira instância, liminares determinando que a Companhia adotasse medidas relacionadas à qualidade do serviço de fornecimento de energia para reconectar os clientes e fornecesse informações e/ou documentos, sob pena de multas diárias ou horárias em caso de descumprimento. Quanto ao mérito dos casos, os autores solicitaram que as liminares fossem confirmadas, que a Companhia fosse condenada a pagar valores por danos materiais sofridos pelos municípios, a serem determinados no momento processual apropriado, bem como a cumprir determinadas obrigações de fazer. Portanto, em 31 de março de 2026, o valor total pedido nas 564 ações individuais é de R\$ 12.114, sem risco de perda provável. Em relação às ações coletivas, ainda não é possível estimar seus valores, pois estão sujeitas avaliações de peritos e decisões para determinar seu valor.
- (f) **Ação Civil Pública – Município de São Paulo (Renovação da Concessão):** Em 06 de agosto de 2025, a Prefeitura de São Paulo apresentou uma ação contra a Companhia, a ANEEL e a União Federal pleiteando – também em sede de pedido liminar - a suspensão do processo de renovação da concessão da Companhia, bem como a necessidade de observância de critérios específicos e análises adicionais para a prorrogação do contrato, sob alegação de má qualidade na prestação dos serviços. Em 9 de outubro de 2025, o juiz concedeu uma medida liminar, atualmente vigente, que suspende o processo administrativo de prorrogação antecipada do contrato de concessão da Companhia (até que seja proferida uma decisão definitiva sobre o Termo de Intimação da ANEEL nº 0049/2024-SFT) e, após, determina que a ANEEL e a União avaliem os critérios e análises adicionais sobre a renovação da Companhia. Foram interpostos recursos contra a liminar pela Companhia, União Federal e ANEEL, em 31 de outubro de 2025, 05 de novembro de 2025 e 24 de novembro de 2025, respectivamente, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor envolvido na ação é indeterminado.

20.2.3 Processos fiscais

A Companhia é parte em processos de natureza fiscal, nas esferas administrativa e judicial, decorrentes da aplicação e interpretação da legislação tributária federal, estadual e municipal. As contingências fiscais estão agrupadas, de forma agregada, por natureza do tributo, conforme descrito a seguir:

- (a) **Tributos federais – IRPJ e CSLL:** As contingências envolvendo o IRPJ e a CSLL referem-se, principalmente, a discussões sobre aproveitamento e compensação de saldos negativos e bases fiscais, dedutibilidade de despesas, incluindo a amortização de ágio decorrente de reorganizações societárias, bem como questionamentos relacionados a incentivos e regimes específicos. Entre esses temas, destacam-se, pelo potencial impacto financeiro, as discussões relacionadas à amortização fiscal do ágio e ao aproveitamento de saldos negativos e bases de cálculo, atualmente em diferentes estágios nas esferas administrativa e judicial.
- (b) **Contribuições federais – PIS e COFINS:** As contingências relativas ao PIS e à COFINS abrangem, de forma agregada, discussões sobre compensações tributárias, glosa de créditos, incidência e base de cálculo das contribuições, bem como aplicação de multas isoladas. Dentre esses temas, são financeiramente mais relevantes as discussões envolvendo compensações com créditos reconhecidos judicialmente e autos de infração relacionados à glosa de créditos.
- (c) **Tributos estaduais – ICMS:** As contingências relacionadas ao ICMS referem-se, principalmente, a autos de infração que questionam estornos de débitos e créditos vinculados ao ativo imobilizado, associados às atividades de distribuição de energia elétrica. Esses temas representam parcela relevante das contingências fiscais da Companhia, estando as discussões em curso nas esferas administrativa e judicial, com exigibilidade suspensa mediante garantias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS



Notas Explicativas

31 de março de 2026
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

- (d) **Tributos municipais e contribuições setoriais:** As contingências de natureza municipal e setorial envolvem, de forma agregada, discussões relativas a ISS, IPTU, contribuição para o custeio da iluminação pública (COSIP), bem como outros encargos e tributos específicos incidentes sobre as atividades da Companhia, incluindo controvérsias de natureza histórica do setor elétrico.

Em relação a parcela relevante das contingências fiscais, a exigibilidade dos créditos tributários encontra-se suspensa por meio de depósitos judiciais, seguros garantia ou fianças. Com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, as perdas associadas a essas demandas são classificadas conforme o respectivo grau de risco.

20.2.4 Processos regulatórios

- (a) **Devolução tarifária – base blindada:** Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em 10 de abril de 2024 foi proferida sentença julgando os pedidos improcedentes em primeira instância. Contra a decisão a Companhia apresentou recurso de apelação e em 14 de junho de 2024 apresentou pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação da Companhia para suspender a execução da decisão proferida, tendo sido proferida decisão mantendo os efeitos da decisão definitiva proferida pela 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de agravo de instrumento, até o julgamento do recurso de apelação da Companhia. Em 16 de setembro de 2024, foi proferida decisão determinando a redistribuição do pedido de efeito suspensivo de Apelação interposto pela Companhia, e mantida a vigência da liminar até que seja reapreciada pelo novo relator. A possibilidade de perda da Companhia na ação foi classificada como possível pelo escritório que patrocina a ação, correspondendo para 31 de março de 2026 o valor de R\$ 1.381.740.
- (b) **Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR):** Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018. O valor da multa atualizado para 31 de março de 2026 é de R\$ 243.795.
- (c) **Auto de Infração nº 02/2024 - Eventos climáticos:** O processo administrativo trata de fiscalização da ANEEL para verificar a atuação da Companhia frente ao evento climático ocorrido no dia 3 de novembro de 2023, quanto à diligência e esforços envidados para o reestabelecimento do fornecimento de energia às unidades consumidoras da área de concessão da Companhia. Em 22 de dezembro de 2023, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 066/2023-SFE (“TN”), acompanhado do Relatório de Fiscalização, indicando 1 não conformidade relacionada à suposta inadequação da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica pela Companhia. Em 24 de janeiro de 2024, a Companhia apresentou manifestação em face do TN, requerendo o cancelamento da não conformidade identificada e correspondente arquivamento dos autos. Entretanto, em 9 de fevereiro de 2024, por entender que a não conformidade havia se confirmado, a área de fiscalização da ANEEL emitiu o Auto de Infração (“AI”) nº 02/2024, em que opina pela aplicação de multa à Companhia no valor de R\$ 165.808.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Em 21 de fevereiro de 2024, a Companhia ingressou com recurso na ANEEL, cumprindo o prazo estabelecido pelo regulador contra a aplicação do referido AI. Em 9 de abril de 2024 a ANEEL manteve a autuação aplicada. Em razão da penalidade aplicada, em 25 de abril de 2024 a Companhia ajuizou ação anulatória com pedido de liminar, a qual foi deferida em 26 de abril de 2024 para determinar que a ANEEL suspenda a exigibilidade da multa aplicada, abstendo-se de adotar medidas coercitivas com vistas à cobrança do débito. Por conseguinte, se abstenha de inscrever a Companhia no CADIN, bem como possibilite a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, salvo se existir outros débitos exigíveis que não aquele objeto da presente ação judicial, até o julgamento da ação judicial. Contra a decisão que concedeu o pedido liminar a ANEEL interpôs agravo de instrumento, o qual aguardamos julgamento. Em 10 de julho de 2024, a Companhia apresentou sua resposta ao agravo de instrumento da ANEEL e no mesmo dia os autos foram encaminhados ao juiz para decisão. Em 31 de março de 2026, o montante atualizado de R\$ 214.489 foi classificado como risco possível.

20.3 Ativo Contingente – Processo fiscal

- (a) **IRPJ e CSLL na repetição de indébitos tributários:** A Companhia discute judicialmente desde 2012 a não incidência de IRPJ e de CSLL sobre juros Selic na repetição de indébitos tributários e na compensação de tributos (Tema 962 do STF). Após decisões do Tribunal de 2ª instância parcialmente favoráveis, a Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário, requerendo que o acórdão do Tribunal seja declarado nulo por completo ou, subsidiariamente, seja reformado para que seja reconhecido e concedido o direito a recompor seus prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL. Em setembro de 2025 foi negado provimento ao Recurso Especial da Companhia e em outubro de 2025 foi interposto agravo interno que aguarda julgamento. Em 31 de março de 2026, a melhor estimativa da Companhia de valores em discussão é de aproximadamente R\$ 1.145.934 de tributo diferido ativo referente à reapuração de prejuízos fiscais de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL.

21. Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia é de R\$ 4.532.525, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 299.075.254 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

	31.03.2026		31.12.2025	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
ENEL Brasil S.A.	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%
Total	299.075.254	100,00%	299.075.254	100,00%

21.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

21.3 Benefício fiscal proveniente de incorporação

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 11.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**

31 de março de 2026

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

	31.03.2026	31.12.2025
Reserva especial gerada por incorporações	638.127	638.127
Outras reservas de capital	547	547
Total	638.674	638.674

21.4 Reserva para reforço de capital de giro

Poderão ser destinados até 75% do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar a cifra do capital social.

21.5 Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes ajustes de avaliação patrimonial pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que a partir do exercício de 2024, como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em lucros/prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

A composição desses saldos é como segue:

	31.03.2026	31.12.2025
Ajuste de avaliação patrimonial	629.724	650.648
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(214.106)	(221.221)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido	415.618	429.427
Outros resultados abrangentes - plano de pensão	1.377.689	1.377.689
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)	59.946	59.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(488.796)	(488.796)
Ganho atuarial, líquido	948.839	948.839
Outros resultados abrangentes - derivativos	(8.538)	(9.663)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.901	3.284
Instrumentos financeiros, líquido	(5.637)	(6.379)
Realização para lucros acumulados	(948.839)	(948.839)
Total	409.981	423.048

22 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Lucro líquido do período	254.399	367.153
Número de ações	299.075.254	299.075.254
Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)	0,8506	1,2276

Notas Explicativas

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

23. Receita líquida

Nota	01.01.2026 a 31.03.2026			01.01.2025 a 31.03.2025		
	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$	Número de unidades consumidoras(*)	MWh(*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	7.652.980	4.638.878	3.036.258	7.550.787	4.799.499	2.978.141
Industrial	24.774	242.274	54.585	24.097	310.623	95.462
Comercial	442.409	1.883.822	1.191.511	430.902	2.011.196	1.182.072
Rural	526	1.949	3.821	542	2.217	3.377
Poder público	15.959	264.727	112.773	16.109	292.868	133.439
Iluminação pública	2.495	107.507	39.793	2.493	107.652	32.990
Serviço público	1.147	23.894	5.889	1.235	45.985	2.059
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(3.577.294)	-	-	(3.229.183)
Total faturado	8.140.290	7.163.052	867.336	8.026.165	7.570.040	1.198.357
Outras receitas originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado	-	-	1.710.433	-	-	1.282.439
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	3.577.294	-	-	3.229.183
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	7.694	4.147.907	1.018.891	6.566	4.059.684	879.959
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD - consumidores cativos e livres	-	-	(28.826)	-	-	(18.724)
Total de receitas originadas de contratos com clientes	8.147.984	11.310.959	7.145.128	8.032.731	11.629.724	6.571.214
Outras receitas						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	193.620	-	-	174.437
Subvenção baixa renda	-	-	103.098	-	-	92.349
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	456.254	-	-	199.718
Atualização do ativo financeiro da concessão	12.2	-	203.779	-	-	182.699
Receita de construção	-	-	713.712	-	-	473.580
Aluguel de poste	-	-	75.885	-	-	71.146
Outras receitas	-	-	9.282	-	-	10.005
Outras receitas - partes relacionadas	27	-	223	-	-	152
Total de outras receitas	-	-	1.755.853	-	-	1.204.086
Receita operacional bruta	8.147.984	11.310.959	8.900.981	8.032.731	11.629.724	7.775.300
Deduções da receita						
Eficiência energética - P&D, FNDCT e EPE	-	-	(45.961)	-	-	(42.019)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.383.359)	-	-	(989.743)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	-	-	-	1.586
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	7.912	-	-	(3.860)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TSEE	-	-	(7.285)	-	-	(6.982)
ICMS	-	-	(1.216.705)	-	-	(1.130.930)
COFINS	-	-	(511.169)	-	-	(446.803)
PIS	-	-	(110.811)	-	-	(96.948)
ISS	-	-	(95)	-	-	(85)
Total deduções da receita	-	-	(3.267.473)	-	-	(2.715.784)
Total	8.147.984	11.310.959	5.633.508	8.032.731	11.629.724	5.059.516

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

24. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

						01.01.2026 a 31.03.2026
	Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal		(165.894)	(7.267)	-	-	(173.161)
Material		(21.485)	3.226	-	-	(18.259)
Serviços - terceiros		(324.432)	(52.034)	-	-	(376.466)
Serviços - partes relacionadas	27	(804)	(1.743)	-	-	(2.547)
Entidade de previdência privada		(1.653)	(358)	-	-	(2.011)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(2.253.108)	-	-	-	(2.253.108)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(85.446)	-	-	-	(85.446)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(736.088)	-	-	-	(736.088)
Depreciação e amortização		(190.263)	(95.144)	-	-	(285.407)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		-	-	(58.538)	-	(58.538)
Perda de recebíveis de clientes		-	-	(121.020)	-	(121.020)
Custo de construção		(713.712)	-	-	-	(713.712)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		-	(14.656)	-	-	(14.656)
Receita de multas por impontualidade de clientes		-	-	-	34.617	34.617
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	(98.649)	-	-	53.064	(45.585)
Total		(4.591.534)	(167.976)	(179.558)	87.681	(4.851.387)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

01.01.2025 a 31.03.2025					
Nota	Custo	Despesas gerais e administrativas	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Outras receitas (despesas) operacionais	Total
Pessoal	(161.850)	(27.843)	-	-	(189.693)
Material	(19.043)	2.440	-	-	(16.603)
Serviços - terceiros	(289.569)	(28.427)	-	-	(317.996)
Serviços - partes relacionadas	27	-	(1.153)	-	(1.153)
Entidade de previdência privada	(1.087)	(291)	-	-	(1.378)
Energia elétrica comprada para revenda	24.1.1	(2.071.902)	-	-	(2.071.902)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas	24.1.1	(27.258)	-	-	(27.258)
Encargos do uso do sistema de transmissão	24.1.2	(674.557)	-	-	(674.557)
Depreciação e amortização	(221.609)	(71.742)	-	-	(293.351)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(79.786)	-	(79.786)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	(81.850)	-	(81.850)
Custo de construção	(473.580)	-	-	-	(473.580)
Provisões para processos judiciais e outros riscos	-	(23.980)	-	-	(23.980)
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	29.991	29.991
Outras receitas (despesas) operacionais	24.2	29.063	-	(98.760)	(69.697)
Total	(3.911.392)	(150.996)	(161.636)	(68.769)	(4.292.793)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

24.1 Custo do serviço de energia elétrica

24.1.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR		(1.619.166)	(1.358.328)
Contratos de CCEAR - partes relacionadas	27	(85.446)	(27.258)
Cotas de garantia física		(213.496)	(230.769)
Risco hidrológico		(25.415)	29.323
Itaipu Binacional		(339.762)	(379.883)
Angra 1 e 2		(71.057)	(107.370)
Geração Distribuída - GD	24.1.1.1	(75.134)	(70.198)
(-) Crédito de PIS e COFINS		208.049	181.882
		(2.221.427)	(1.962.601)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		(117.127)	(136.559)
Total		(2.338.554)	(2.099.160)

24.1.1.1 A Geração Distribuída – GD, permite ao consumidor gerar energia e utilizar essa geração como crédito no seu consumo. Embora as regras de devolução ao consumidor pela GD não estejam consolidadas, a Companhia reconheceu provisão, com base em sua melhor estimativa no valor de R\$ 75.134 e 70.198, nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, respectivamente.

24.1.2 Encargos do uso do sistema de transmissão

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Uso da rede elétrica	(561.547)	(562.373)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS / EER	(143.309)	(79.156)
Transporte de energia - Furnas / Itaipu	(62.380)	(50.912)
Operador Nacional do Sistema - ONS	(13.178)	(12.807)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD	(5.007)	(8.576)
Conexão à rede básica - CTEEP	(24.315)	(24.991)
(-) Crédito de PIS e COFINS	73.648	64.258
Total	(736.088)	(674.557)

24.2 Outras receitas e despesas operacionais

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Perdas líquidas na alienação de bens e direitos	1.536	(21.362)
Seguros	(302)	(13.313)
Tributos	(10.658)	(10.111)
Tarifa bancária	(7.058)	(8.924)
Publicidade	(32)	(71)
Ganhos (perdas) na desativação de bens e direitos	3.877	(11.988)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(9.877)	(7.602)
Baixa do ativo financeiro da concessão	(2.458)	(8.680)
Taxa de administração do plano - FUNCESP	(751)	(2.097)
Penalidades - devoluções de fornecedores	(9.823)	(2.877)
Penalidades - DEC/FEC	(3.540)	(2.468)
Outros	(6.499)	19.796
Total	(45.585)	(69.697)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026
 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

25. Resultado financeiro

	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras		8.000	17.039
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	25.1	10.570	6.674
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		44.638	8.723
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		31.804	121.470
Juros - derivativos		2.125	24.437
Juros e variações monetárias - outros		59.195	59.636
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		76.230	25.348
Atualização monetária dos depósitos judiciais		16.648	14.449
Atualização de créditos tributários	25.2	4.197	21.078
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		2.543	30
Outras receitas financeiras		26.398	15.881
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.135)	(5.427)
		277.213	309.338
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas - empréstimos e debêntures		(259.570)	(149.934)
Variação monetária - debêntures		(62.913)	(65.963)
Variação monetária de processos judiciais e outros		(21.377)	(22.466)
Ajuste ao valor de mercado - empréstimos e debêntures		(24.607)	(109.920)
Ajuste ao valor de mercado - derivativos		(43.294)	(11.080)
Instrumento financeiro derivativo - <i>hedge/swap</i> - juros		(73.044)	(71.261)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual		15.804	3.591
Cartas de fiança e seguros em garantia		(18.948)	(13.497)
Comissão de fiança - partes relacionadas	27	(2.907)	(42)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(10.285)	(8.853)
Atualização monetária - energia livre		(3.579)	(2.739)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais		(40.075)	(51.299)
Atualização acordo Eletrobrás		(426)	(326)
Juros sobre obrigações de arrendamento		(15.465)	(5.885)
Juros e variações monetárias - outros		(56.668)	(54.215)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós emprego	19.4	(32.047)	(130.796)
Outras despesas financeiras		(24.781)	(3.715)
		(674.182)	(698.400)
Variações cambiais líquidas			
Variações cambiais de dívidas		157.877	156.170
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos		(157.901)	(156.190)
Outras variações cambiais		2.297	1.203
		2.273	1.183
Total		(394.696)	(387.879)

25.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

25.2 Contempla o saldo de R\$ 3.982 da atualização dos créditos tributários relacionados ao tema do indébito tributário (Tema 962), conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

26. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

26.1 Imposto e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

26.1.1 A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	01.01.2026 a 31.03.2026		01.01.2025 a 31.03.2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos				
Correntes	(55.351)	(19.929)	117.809	-
Diferidos	(42.461)	(15.285)	(95.220)	(34.280)
Total	(97.812)	(35.214)	22.589	(34.280)
Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	387.425	387.425	378.844	378.844
Adições:				
Gratificação a administradores	52	52	19	19
Outras despesas indedutíveis	2.185	2.185	552	552
Doações	309	309	57	57
Perdas indedutíveis no contas a receber	430	430	432	432
Multas indedutíveis	740	740	904	904
Salário maternidade e paternidade	129	129	75	75
Total das adições	3.845	3.845	2.039	2.039
Base de cálculo	391.270	391.270	380.883	380.883
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(97.812)	(35.214)	(95.215)	(34.279)
Compensação de base de cálculo	-	-	(5)	(1)
Créditos fiscais de anos anteriores	-	-	117.809	-
Total	(97.812)	(35.214)	22.589	(34.280)
Alíquota efetiva	25,25%	9,09%	5,96%	9,05%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

26.2 Imposto e contribuição social diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão, considerando sua renovação, vide nota 1.2. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

26.2.1 Os saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.597.719	1.560.520	37.199	41.123	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	12.508	11.705	803	(221)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.438.841	1.471.106	(32.265)	406.663	-	-
Provisão para processos judiciais e outros riscos	320.846	331.541	(10.695)	3.003	-	-
Benefício pós-emprego	240.314	261.357	(21.043)	(513.919)	-	-
Provisão para materiais e serviços	130.430	104.217	26.213	(5.371)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	15.806	17.562	(1.756)	(1.756)	-	-
Provisão para fundo de transição	26.494	4.748	21.746	(5.026)	-	-
Pagamento FGTS - PIA (multa 40%)	-	23.321	(23.321)	7.521	-	-
Swap	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes - <i>cash flow hedge</i> (derivativo)	2.902	3.285	-	-	(383)	(4.071)
Outras provisões	29.835	21.756	8.079	7.259	-	-
	3.815.695	3.811.118	4.960	(60.724)	(383)	(4.071)
Tributos diferidos passivos:						
Ajuste de avaliação patrimonial/mais valia	(214.106)	(221.220)	7.114	8.182	-	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(1.128.285)	(1.059.000)	(69.285)	(62.117)	-	-
Swap	(175.764)	(227.014)	51.250	46.155	-	-
CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9)	(1.306.689)	(1.279.839)	(26.850)	(34.391)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(98.981)	(98.981)	-	(4.583)	-	-
Outros	(70.388)	(63.368)	(7.020)	(4.107)	-	-
	(2.994.213)	(2.949.422)	(44.791)	(50.861)	-	-
Total	821.482	861.696	(39.831)	(111.585)	(383)	(4.071)
Realização do benefício fiscal das incorporações	-	-	(17.915)	(17.915)	-	-
Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos			(57.746)	(129.500)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

27. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia da ANEEL, de acordo com o Módulo V da Resolução Normativa nº 948/2021.

A seguir são apresentados os saldos a receber e a pagar, e as receitas e despesas das transações, com efeito líquido por parte relacionada, envolvendo a controladora e demais empresas com controle comum:

27.1 Controladora (Enel Brasil):

			31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Natureza da operação	Vigência	Nota	Passivo	Passivo	Receitas (despesas)	Despesas
Dividendos a pagar	Dezembro de 2026		(239.234)	(239.234)	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	Março de 2029		(21.599)	(20.243)	(1.356)	(1.123)
Compartilhamento de seguros	Dezembro de 2026		(33.582)	(33.582)	-	-
Compartilhamento de recursos humanos	Fevereiro de 2024		(33.056)	(46.875)	13.819	(5.424)
Mútuo	Vide nota explicativa	16	(2.169.745)	(2.199.722)	(89.323)	(101.047)
Prestação de serviço técnicos e gestão	Março de 2030		(430.730)	(398.520)	(32.210)	(19.367)
Contratos de Prestação de Serviços Técnicos de TI	Junho de 2030		(244.252)	(209.883)	(919)	-
Contrato de prestação de serviços técnicos administrativos, financeiros e de suporte contábil	Fevereiro de 2030		(10.804)	(8.572)	(2.233)	-
Total			(3.183.002)	(3.156.631)	(112.222)	(126.961)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

27.1 Empresas com controle comum:

			31.03.2026	31.12.2025	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Natureza da operação	Vigência	Nota	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<u>Benefício pós-emprego</u>						
VIVEST	Abril de 2031	19	(1.000.572)	(1.054.550)	(32.047)	(130.796)
			(1.000.572)	(1.054.550)	(32.047)	(130.796)
<u>Suprimento de energia - CCEAR</u>						
EGP Cabeça de Boi S.A.	Até o final da concessão		(159)	(146)	(354)	(341)
Enel Trading S.A.	Até o final da concessão		(45.620)	(5.062)	(73.044)	(15.312)
EGP Salto Apiacás S.A.	Até o final da concessão		(263)	(242)	(584)	(562)
EGP Fazenda S.A.	Até o final da concessão		(107)	(98)	(237)	(228)
EGP Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Até o final da concessão		(332)	(317)	(746)	(713)
EGP Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Até o final da concessão		(308)	(294)	(693)	(661)
			(46.789)	(6.159)	(75.658)	(17.817)
<u>Suprimento de energia - CCGF</u>						
EGP Mourão S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL		(95)	(95)	(279)	(269)
EGP Parapanema S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL		(339)	(339)	(987)	(952)
EGP Volta Grande S.A.	Resolução Homologatória nº 3.068 da ANEEL		(2.895)	(2.902)	(8.522)	(8.219)
			(3.329)	(3.336)	(9.788)	(9.440)
<u>Prestação de serviços de desenvolvimento</u>						
Enel X Brasil S.A.	Maio de 2028		612	(25.586)	223	152
			612	(25.586)	223	152
<u>Comissão de fiança</u>						
Enel SpA	Setembro de 2037	25	(15.198)	(13.169)	(2.907)	(42)
			(15.198)	(13.169)	(2.907)	(42)
<u>Compartilhamento de recursos humanos</u>						
Ampla Energia e Serviços S.A.	Fevereiro de 2024		(2.928)	(2.928)	-	-
EGP Cachoeira Dourada S.A.	Fevereiro de 2024		689	689	-	-
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Fevereiro de 2024		3.471	3.471	-	-
EGP Volta Grande S.A.	Fevereiro de 2024		620	620	-	-
			1.852	1.852	-	-
<u>Compartilhamento de infraestrutura</u>						
Ampla Energia e Serviços S.A.	Março de 2029		2.991	2.315	676	398
Enel X Brasil S.A.	Março de 2029		774	11	124	100
EGP Cachoeira Dourada S.A.	Março de 2029		196	165	31	25
Companhia Energética do Ceará - COELCE	Março de 2029		3.625	3.041	584	469

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

EGP Volta Grande S.A.	Março de 2029		181	151	31	25
Enel Trading S.A.	Março de 2029		69	69	-	5
			7.836	5.752	1.446	1.022
Reembolso expatriados						
Enel Chile S.A.	Março de 2028		4.679	4.679	-	300
Enel Grids S.r.l.	Março de 2028		(3.206)	(3.166)	(39)	(16.161)
Enel SpA	Março de 2028		(12)	201	(212)	(1.569)
			1.461	1.714	(251)	(17.430)
Mútuo						
Apiacas Energia	Setembro de 2026	16	(15.321)	(14.803)	(518)	-
EGP Cumaru 03 S.A.	Setembro de 2026	16	(22.981)	(22.205)	(777)	-
EGP Cumaru 05 S.A.	Setembro de 2026	16	(12.038)	(11.631)	(407)	-
EGP Ventos de Santa Ângela 2 S.A.	Setembro de 2026	16	(19.699)	(19.033)	(666)	-
EGP Ventos de Santa Ângela 4 S.A.	Setembro de 2026	16	(3.283)	(3.172)	(111)	-
EGP Ventos de Santa Esperança 13 S.A.	Setembro de 2026	16	(2.189)	(2.115)	(74)	-
EGP Ventos de Santa Esperança 17 S.A.	Setembro de 2026	16	(5.472)	(5.287)	(185)	-
EGP Ventos de Santa Esperança 25 S.A.	Setembro de 2026	16	(5.472)	(5.287)	(185)	-
EGP Ventos de São Roque 13 S.A.	Setembro de 2026	16	(14.227)	(13.746)	(481)	-
Enel Soluções Energéticas Ltda.	Setembro de 2026	16	(6.566)	(6.344)	(222)	-
Usina Eólica Pedra Pintada D Ltda.	Setembro de 2026	16	(2.189)	(2.115)	(74)	-
			(109.437)	(105.738)	(3.700)	-
Prestação de serviços técnicos						
Gridspertise Latam S.A.	Dezembro de 2026		(136.946)	(113.425)	-	-
			(136.946)	(113.425)	-	-
Compra e venda de material em estoque						
Companhia Energética do Ceará - COELCE	N/A		-	10.989	-	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	N/A		-	6.358	-	-
			-	17.347	-	-
Total			(1.300.510)	(1.295.298)	(122.682)	(174.351)

Suprimento de energia – CCEAR

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Mútuo

As informações sobre os contratos de mútuos com a Enel Brasil encontram-se detalhadas nos quadros da nota explicativa nº 16.

27.3 Remuneração da alta administração

A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 está demonstrada a seguir:

	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Benefício de curto prazo (salários, encargos, benefícios, bônus)	643	548
Total	643	548

28. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda sua área de concessão. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios.

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

28.1 Instrumentos financeiros

28.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

			31.03.2026		31.12.2025	
	Categoria	Nível (a)	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	279.224	279.224	440.940	440.940
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	3.465	3.465	1.974	1.974
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	4.419.536	4.419.536	4.496.606	4.496.606
Créditos a receber - subvenção e outros	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	158.865	158.865	187.034	187.034
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	782.354	782.354	764.868	764.868
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	Custo amortizado	2	2.909.552	2.909.552	2.572.390	2.572.390
Ativo financeiro indenizável (concessão)	Valor justo por meio do resultado	2	11.565.669	11.565.669	11.037.645	11.037.645
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	567.115	567.115	567.072	567.072
Total do ativo			21.056.547	21.056.547	20.068.529	20.068.529
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	3.633.214	3.633.214	3.950.304	3.950.304
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	3.498.112	3.525.399	2.728.655	2.827.559
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	2	2.960.829	2.960.829	3.006.482	3.006.482
Debêntures	Custo amortizado	2	1.645.939	1.648.567	1.586.262	1.589.186
Debêntures	Valor justo por meio do resultado	2	3.829.233	3.880.550	3.708.843	3.762.352
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	432.165	432.165	465.144	465.144
Consumidores - desconto CDE	Custo amortizado	2	211.895	211.895	423.790	423.790
Passivo financeiro setorial	Custo amortizado	2	210.923	210.923	271.285	271.285
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	23.069	23.069	17.725	17.725
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	269.464	269.464	105.750	105.750
Total do passivo			16.714.843	16.796.075	16.264.240	16.419.577

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 28.1.2 Hierarquia do valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pré-fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

Os contratos em aberto em 31 de março de 2026 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Data de Vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco - 24ª Emissão	16/06/2019	15/05/2026	Fair Value Hedge	IPCA + 4,0134	CDI + 0,72	800.000
Santander - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,1385	CDI + 0,82	600.000
XP - 29ª Emissão	07/10/2025	17/09/2035	Fair Value Hedge	IPCA + 7,4961	CDI - 0,55	500.000
Itaú - 25ª Emissão	30/04/2021	15/04/2031	Fair Value Hedge	IPCA + 4,26	CDI + 0,93	720.000
Itaú - 27ª Emissão	12/05/2022	15/04/2032	Fair Value Hedge	IPCA + 6,1385	CDI + 0,82	200.000
Itaú - 28ª Emissão	29/05/2025	15/06/2029	Fair Value Hedge	IPCA + 8,3	CDI + 0,91	375.000
Credit Agricole	28/11/2025	26/11/2027	Fair Value Hedge	EUR + 3,31	CDI + 0,3	850.000
Scotiabank III	27/08/2021	27/08/2026	Cash Flow Hedge	USD + 2,605	CDI + 1,63	300.000
BTG - BEI V	13/05/2024	13/05/2039	Fair Value Hedge	USD + 5,38	CDI + 0,09	92.070
BTG - BEI VI	13/05/2024	13/05/2039	Fair Value Hedge	USD + 5,282	CDI - 0,03	368.280
Itaú - BEI I	01/09/2022	01/09/2037	Fair Value Hedge	USD + 3,713	CDI - 0,03	134.654
Itaú - BEI II	01/09/2022	01/09/2037	Fair Value Hedge	USD + 3,56	CDI - 0,22	538.616
Itaú - BNDES FINEM	03/12/2025	15/10/2035	Fair Value Hedge	IPCA + 8,88	CDI + 1,24	180.000
Itaú - BNDES FINAME	04/12/2025	16/11/2035	Fair Value Hedge	IPCA + 9,32	CDI + 1,66	240.000
Citibank - BEI III	20/04/2023	20/04/2038	Fair Value Hedge	USD + 4,456	CDI - 0,05	68.740
Citibank - BEI IV	20/04/2023	20/04/2038	Fair Value Hedge	USD + 4,329	CDI - 0,22	274.960
Citibank - BEI VII	13/08/2025	13/08/2040	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 0,988	CDI - 0,34	10.895
Citibank - BEI VIII	13/08/2025	13/08/2040	Cash Flow Hedge	USD SOFR + 1,116	CDI - 0,18	43.578
BNP VI	12/03/2026	12/03/2027	Fair Value Hedge	EUR + 3,752	CDI + 0,57	300.000
BNP VII	31/03/2026	02/04/2027	Fair Value Hedge	EUR + 4,87	CDI + 1,45	1.000.000
Total						7.596.793

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A movimentação é como segue:

Derivativos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	519.392
Juros provisionados	(112.787)
Variação monetária	65.963
Variação cambial	(156.190)
Marcação a mercado no resultado	110.390
Marcação a mercado no patrimônio líquido	11.973
Pagamento de juros	59.800
Pagamento de principal	4.504
Saldo em 31 de março de 2025	503.045
Saldo em 31 de dezembro de 2025	443.597
Juros provisionados	(133.832)
Variação monetária	62.913
Variação cambial	(157.901)
Marcação a mercado no resultado	(11.490)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	1.125
Pagamento de juros	70.170
Saldo em 31 de março de 2026	274.582

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de março de 2026 estão dispostos a seguir:

Contraparte	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abrangentes	Resultado financeiro
Bradesco - 24ª Emissão	318.737	325.067	-	(6.331)
Itaú - 25ª Emissão	73.737	199.350	-	(125.613)
Scotiabank III	(19.160)	(11.868)	(7.293)	-
Santander - 27ª Emissão	25.107	84.568	-	(59.461)
Itaú - 27ª Emissão	8.733	28.189	-	(19.456)
Itaú - BEI I	(9.615)	292	-	(9.907)
Itaú - BEI II	(38.534)	1.185	-	(39.719)
Citibank - BEI III	(1.388)	1.709	-	(3.097)
Citibank - BEI IV	(5.478)	6.885	-	(12.363)
BTG - BEI V	(1.058)	(760)	-	(298)
BTG - BEI VI	(4.335)	(3.006)	-	(1.329)
Itaú - 28ª Emissão	(15.330)	11.425	-	(26.755)
Citibank - BEI VII	(3.130)	(2.134)	(996)	-
Citibank - BEI VIII	(781)	(534)	(247)	-
XP - 29ª Emissão	26.865	9.453	-	17.412
Credit Agricole II	(71.377)	(62.144)	-	(9.233)
Itaú - BNDES FINEM	(846)	151	-	(997)
Itaú - BNDES FINAME	(1.350)	201	-	(1.552)
BNP VI	(3.240)	(446)	-	(2.794)
BNP VII	(2.975)	-	-	(2.975)
Total	274.582	587.583	(8.536)	(304.468)

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda com taxas flutuantes e de taxas flutuantes para fixa (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxas flutuantes e taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de março de 2026.

(i) Hedge de fluxo de caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação, se aplicável.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge* a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência, liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Sumário da posição dos contratos

Os contratos com instrumento financeiro derivativo em aberto em 31 de março de 2026 estão demonstrados acima.

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial. Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Dívida	Taxa de juros contratual a.a.	31.03.2026	Categoria
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	IPCA + 4,0134%	1.162.616	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,0134%	(1.161.753)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,72%	843.018	Fair value hedge
		843.881	
Debêntures - 25ª Emissão	IPCA + 4,26%	850.638	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 4,26%	(864.976)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,93%	791.239	Fair value hedge
		776.901	
Debêntures - 27ª Emissão	IPCA + 6,1385%	898.033	
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(228.660)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	219.928	Fair value hedge
Debêntures - ponta ativa	IPCA + 6,1385%	(657.428)	Fair value hedge
Debêntures - ponta passiva	CDI + 0,82%	632.321	Fair value hedge
		864.194	
Debêntures - 28ª Emissão	IPCA + 8,30%	416.360	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,30%	(421.694)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,91%	437.024	Fair value hedge
		431.690	
Debêntures - 29ª Emissão	IPCA + 7,4961%	501.586	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 7,4961%	(482.785)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,55%	455.920	Fair value hedge
		474.721	
Scotiabank III 4131	USD + 2,61%	292.200	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,61%	(286.390)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,63%	305.551	Cash flow hedge
		311.361	
BEI I - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,76% a.a.	116.102	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,76% a.a.	(116.102)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,10%	125.717	Fair value hedge
		125.717	
BEI II - Derivativo Itaú (swap)	USD + 3,61% a.a.	460.260	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 3,61% a.a.	(460.591)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	499.125	Fair value hedge
		498.794	
BEI III - Derivativo Citibank (swap)	USD + 4,51% a.a.	71.434	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,51% a.a.	(62.912)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0%	64.300	Fair value hedge
		72.822	
BEI IV - Derivativo BTG (swap)	USD + 4,38% a.a.	283.745	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 4,38% a.a.	(249.892)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,17%	255.370	Fair value hedge
		289.223	
BEI V - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,38% a.a.	96.069	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,38% a.a.	(82.405)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,09%	83.463	Fair value hedge
		97.127	
BEI VI - Derivativo BTG (swap)	USD + 5,28% a.a.	382.040	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 5,28% a.a.	(327.704)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,03%	332.039	Fair value hedge
		386.375	
BEI VII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 0,988% a.a.	42.150	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 0,988% a.a.	(35.196)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,34%	38.326	Cash flow hedge
		45.280	
BEI VIII - Derivativo Citibank (swap)	USD SOFR + 1,116% a.a.	10.539	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD SOFR + 1,116% a.a.	(8.881)	Cash flow hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI - 0,18%	9.663	Cash flow hedge
		11.321	
Credit Agricole 4131	USD + 2,978%	822.374	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,978%	(813.794)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,19%	885.171	Fair value hedge
		893.751	
BNDES FINEM	IPCA + 8,8847%	188.591	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 8,8847%	(188.591)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,24%	189.436	Fair value hedge
		189.436	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Enel Distribuição São Paulo

BNDES FINAME	IPCA + 9,3155%	239.643	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	IPCA + 9,3155%	(255.047)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,66%	256.398	Fair value hedge
		240.994	
BNP VI	EUR + 3,752%	300.568	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 3,752%	(297.970)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,57%	301.210	Fair value hedge
		303.808	
BNP VII	EUR + 4,87%	-	
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	EUR + 4,87%	(1.002.637)	Fair value hedge
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,45%	1.005.612	Fair value hedge
		2.975	

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor justo se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de março de 2026, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

27.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- Nível 2: dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- Nível 3: dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

27.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia adota as diretrizes do Sistema de Controle Interno e de Gestão de Riscos (SCIGR), definidas pela Holding Enel SpA, que estabelecem as normas para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e sistemas. Essas diretrizes são aplicadas em todos os níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos enfrentados continuamente pelos negócios.

A supervisão desse sistema é realizada pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que conta com um comitê de controles e riscos. Este comitê apoia o conselho na avaliação dos controles internos e do sistema de gestão de riscos, além de auxiliar na aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para a Enel Brasil e suas subsidiárias, existe uma política específica de controle e gestão de riscos, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração. Essa política segue os requisitos locais de gestão de riscos, garantindo aderência às práticas e regulamentações pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos organizacionais que tratam da gestão de riscos de forma abrangente. Esses procedimentos complementam as políticas específicas estabelecidas para riscos em diferentes funções corporativas ou linhas de negócio do grupo. Entre elas, destacam-se: a política de gestão de garantias, a política de controle de risco de commodity, a política de controle de risco de crédito e contraparte, a política de controle de risco financeiro, a política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), e a política de riscos e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, entre outras. Essas políticas incluem limites e indicadores que são monitorados regularmente.

A Companhia também conta com um Comitê de Riscos Local no Brasil, com o objetivo de garantir o envolvimento da alta gestão nas questões de risco significativas. O comitê oferece uma visão integrada da exposição a riscos atuais e futuros, além de assegurar a coordenação entre a unidade de Controle de Riscos (Risk Control Brazil) e as áreas responsáveis pelos processos de negócio relacionados aos riscos. Essa estrutura promove uma cultura em que o risco é considerado em todas as decisões e em todos os níveis da organização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Por fim, a Companhia utiliza uma taxonomia homogênea de riscos, conhecida como 'catálogo de riscos', também definida pela Enel SpA. Este catálogo contempla seis macrocategorias de risco: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, compliance e operacional, além de 38 subcategorias de risco. Essa estrutura permite uma abordagem uniforme na identificação e gestão dos riscos que podem afetar os objetivos da Companhia.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O SCIGR é composto por três linhas de defesa, com o objetivo de garantir uma gestão eficaz e eficiente. Nessa estrutura, as áreas de negócios formam a primeira linha de defesa, as áreas de Controles Internos e de Controle de Riscos atuam como segunda linha, e, finalmente, a Auditoria Interna representa a terceira linha de defesa. Cada linha tem um papel distinto na governança da organização, sendo responsável por informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos. A alta administração é informada pelas primeiras e segundas linhas, enquanto o Conselho de Administração (diretores) recebe as informações das segunda e terceira linhas.

A área de Controle de Riscos segue a norma internacional ISO 31000:2018 (G31000) e adota suas diretrizes para a gestão de riscos. Seu principal objetivo é identificar preventivamente riscos (endógenos e exógenos), analisá-los, avaliá-los e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização desses riscos. Além disso, promove o tratamento adequado por meio do suporte às áreas de negócio na definição de ações de mitigação e planos de ação, juntos com seus respectivos proprietários do risco (risk owners), garantindo as boas práticas de governança corporativa e a continuidade do negócio.

Embora o processo de gestão de riscos seja descentralizado, com cada gestor sendo responsável pelos riscos em seus respectivos processos de negócio, a área de Controle de Riscos desempenha um papel essencial no mapeamento e consolidação de riscos. Ela é responsável por integrar as informações de riscos de todas as unidades de negócio, alinhando-se aos princípios de governança de riscos do Grupo Enel e assegurando a manutenção adequada do processo. Essa abordagem facilita a visualização clara e a priorização dos riscos, apoiando a tomada de decisões estratégicas e a implementação de ações de gestão de riscos mais eficazes.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e (iv) ativo financeiro da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de março de 2026 é:

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	202.331	366.355
Títulos e valores mobiliários	b.1.1	3.465	1.974
Contas a receber de clientes	b.1.2	4.419.536	4.496.606
Depósitos vinculados	b.1.1	782.354	764.868
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.762.034	1.267.001
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	b.1.3	2.909.552	2.572.390
Ativo financeiro indenizável (concessão)	b.1.3	11.565.669	11.037.645
Instrumentos financeiros derivativos	b.1.4	274.582	443.597
Total		21.919.523	20.950.436

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

(b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Em 31 de março de 2026, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com a seguinte classificação de risco realizada pela Agência *Standard & Poor's* (escala nacional):

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2026	31.12.2025
AAA	205.796	368.329
Total	205.796	368.329

Instrumentos financeiros derivativos	31.03.2026	31.12.2025
AAA	274.582	443.597
Total	274.582	443.597

(b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Auditável). Adicionalmente, disponibiliza o portal de negociação e aplicativo por celular para realização de negociações, além dos feirões físicos e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

Além disto a Companhia tem buscado novos meios de pagamentos de forma a facilitar o pagamento das faturas pelos clientes, como o Cartão de Crédito e Carteiras Digitais, bem como realiza campanhas periódicas de incentivo ao cadastro na fatura digital e débito automático.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

(b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por Companhia.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	Nota	31.03.2026	31.12.2025
Empréstimos e financiamentos	16	6.458.941	5.735.137
Debêntures	17	5.475.172	5.295.105
Instrumentos financeiros derivativos	28	(274.582)	(443.597)
Dívida		11.659.531	10.586.645
Caixa e equivalentes de caixa	5	(279.224)	(440.940)
Títulos e valores mobiliários	6	(3.465)	(1.974)
Dívida líquida (a)		11.376.842	10.143.731
Patrimônio líquido (b)	21	7.563.127	7.307.986
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])		60,07%	58,12%

Os índices de endividamento em 31 de março de 2026 e 31 dezembro de 2025, calculados pela razão entre a dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida, estão demonstrados no quadro acima.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a preservar máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de *hedge* para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A área de Controle de Riscos do Grupo estabelece nível mínimo de caixa para asseguar dos recursos financeiros, conforme procedimentos regidos pela política de controle de risco financeiro. Há monitoramento contínuo do fluxo de caixa. As informações são reportadas semanalmente, permitindo atualização constante sobre o desempenho do fluxo de caixa e as ações corretivas necessárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia manteve limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 31 de março de 2026 era de R\$ 500.000. Adicionalmente, a Companhia possui autorização da Aneel para a realização de mútuo com partes relacionadas (locais e dos controladores indiretos), conforme Despacho Nº 1.989/2025, no valor de até R\$ 5.250.000.

Do total de dívida no passivo circulante, parte refere-se a créditos com a controladora Enel Brasil no montante de R\$ 207.845, que possuem exigibilidade flexível e com vencimentos podendo ser renegociados, caso seja necessário.

A Companhia conta também com o apoio financeiro da *Enel Finance International (EFI)*, ao qual pode disponibilizar recursos para financiar investimentos e capital de giro utilizando o limite autorizado pela Aneel para a realização de mútuos financeiros.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo, requerendo a aprovação da ANEEL, caso necessário, conforme a regulamentação vigente.

A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 31 de março de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas S.p.A. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2.000.000.

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+(bra)', com perspectiva negativa.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros de fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Nota	Menos de um mês	De um a três meses	De três a doze meses	De um a cinco anos	Mais de cinco anos
Fornecedores	14	2.924.622	20.496	521.902	103.768	62.426
Empréstimos e financiamentos	16	35.832	216.016	1.105.326	5.579.354	1.705.179
Debêntures	17	93.431	1.246.270	205.658	3.986.249	1.749.464
Instrumentos financeiros derivativos	28	80.547	(251.960)	281.487	771.345	40.974
Total		3.134.432	1.230.822	2.114.373	10.440.716	3.558.043

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía 99,93% (96,87% em 31 de dezembro de 2025) da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA e TR).

Equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	31.03.2026	%	31.12.2025	%
Selic	3.668	1,78%	368.079	99,93%
CDI	202.128	98,22%	250	0,07%
Total	205.796	100,00%	368.329	100,00%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Ativo indenizável	31.03.2026	%	31.12.2025	%
IPCA	11.565.669	100,00%	11.037.645	100,00%
Total	11.565.669	100,00%	11.037.645	100,00%
Empréstimos, financiamentos e derivativos	31.03.2026	%	31.12.2025	%
CDI	11.405.881	97,82%	10.200.127	96,35%
IPCA	63.732	0,55%	184.550	1,74%
USD SOFR	8.610	0,07%	5.436	0,05%
Taxa fixa	-	0,00%	15.898	0,15%
TR	181.308	1,56%	180.634	1,71%
Total	11.659.531	100,00%	10.586.645	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumento financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permitam.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos de ativos financeiros e dívidas da Companhia em 31 de março de 2026 estabelecida por meio da projeção das receitas (despesas) financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração/aumento de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos financeiros	31.03.2026	Projeção receitas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Selic		7,33%	10,99%	14,65%	18,31%	21,98%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	3.668	269	403	537	672	806
CDI		7,33%	10,99%	14,65%	18,31%	21,98%
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	202.128	14.816	22.214	29.612	37.010	44.428
IPCA		1,91%	2,86%	3,81%	4,76%	5,72%
Ativo financeiro indenizável (concessão)	11.565.669	220.904	330.778	440.652	550.526	661.556
Total	11.771.465	235.989	353.395	470.801	588.208	706.790

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido nas notas explicativas nº 16 e 17.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Dívidas	31.03.2026	Projeção receitas/despesas financeiras - um ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI						
Debêntures - 26ª Emissão	(619.078)	(52.852)	(73.268)	(93.091)	(112.356)	(131.094)
Debêntures - 28ª Emissão (1ª série)	(1.026.860)	(82.290)	(116.194)	(149.114)	(181.106)	(212.224)
Mútuo - Enel BR V	(270.322)	(20.671)	(29.575)	(38.219)	(46.620)	(54.791)
Mútuo - Enel BR VI	(40.315)	(3.083)	(4.411)	(5.700)	(6.953)	(8.171)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Enel Distribuição São Paulo

Mútuo - Enel BR VII	(33.340)	(2.629)	(3.728)	(4.794)	(5.830)	(6.838)
Mútuo - Enel BR VIII	(286.204)	(22.571)	(31.999)	(41.153)	(50.050)	(58.703)
Mútuo - Enel BR IX	(138.625)	(10.933)	(15.499)	(19.933)	(24.242)	(28.433)
Mútuo - Enel BR X	(387.386)	(30.821)	(43.583)	(55.974)	(68.016)	(79.729)
Mútuo - Enel BR XI	(255.768)	(20.324)	(28.750)	(36.931)	(44.881)	(52.615)
Mútuo - Enel BR XII	(1.230)	(92)	(132)	(172)	(210)	(247)
Mútuo - Enel BR XIII	(245.835)	(18.332)	(26.427)	(34.287)	(41.926)	(49.356)
Mútuo - Enel BR XIV	(48.855)	(3.692)	(5.301)	(6.863)	(8.381)	(9.858)
Mútuo - Enel BR XV	(24.156)	(1.828)	(2.623)	(3.396)	(4.146)	(4.877)
Mútuo - Enel BR XVI	(76.605)	(2.805)	(4.080)	(5.317)	(6.519)	(7.688)
Mútuo - Enel BR XVII	(131.240)	(4.806)	(6.990)	(9.109)	(11.169)	(13.171)
Mútuo - Enel BR XVIII	(65.757)	(5.009)	(7.174)	(9.277)	(11.321)	(13.308)
Mútuo - Enel BR XIX	(164.107)	(12.500)	(17.905)	(23.153)	(28.253)	(33.213)
Mútuo - Enel BR XX	(234.888)	(17.821)	(25.557)	(33.068)	(40.367)	(47.467)
Mútuo - Enel BR XXI	(85.067)	(6.446)	(9.247)	(11.967)	(14.611)	(17.182)
Mútuo - Enel BR XXII	(105.721)	(8.010)	(11.492)	(14.873)	(18.158)	(21.354)
Mútuo - Enel BR XXIII	(98.361)	(7.453)	(10.692)	(13.837)	(16.894)	(19.867)
Mútuo - Apiacas Energia	(15.321)	(561)	(816)	(1.063)	(1.304)	(1.538)
Mútuo - EGP Cumaru 03	(22.981)	(842)	(1.224)	(1.595)	(1.956)	(2.306)
Mútuo - EGP Cumaru 05	(12.038)	(441)	(641)	(836)	(1.024)	(1.208)
Mútuo - EGP V.S. ANGELA 2	(19.699)	(721)	(1.049)	(1.367)	(1.676)	(1.977)
Mútuo - EGP V.S. ANGELA 4	(3.283)	1.153	515	50	(319)	(625)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 13	(2.189)	(80)	(117)	(152)	(186)	(220)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 17	(5.472)	1.921	859	83	(532)	(1.042)
Mútuo - EGP V.S. Esperança 25	(5.472)	(200)	(291)	(380)	(466)	(549)
Mútuo - EGP V.S. Roque 13	(14.227)	(521)	(758)	(987)	(1.211)	(1.428)
Mútuo - Enel Soluções Energéticas	(6.566)	(240)	(350)	(456)	(559)	(659)
Mútuo - Usina Eólica Pedra Pintada D	(2.189)	(80)	(117)	(152)	(186)	(220)
MUFG II	(168.697)	(3.236)	(4.652)	(6.025)	(7.359)	(8.656)
IPCA						
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(1.162.616)	(11.458)	(13.342)	(15.208)	(17.059)	(18.894)
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Ativa	1.161.755	11.445	13.326	15.191	17.039	18.872
Derivativo Bradesco (swap) - Ponta Passiva	(843.018)	(10.926)	(15.656)	(20.245)	(24.703)	(29.036)
Debêntures - 25ª Emissão	(850.639)	(57.611)	(68.160)	(78.591)	(88.907)	(99.111)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	864.976	57.611	68.160	78.591	88.907	99.111
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(791.239)	(61.927)	(87.991)	(113.297)	(137.890)	(161.812)
Debêntures - 27ª Emissão	(898.033)	(77.354)	(88.526)	(99.573)	(110.497)	(121.303)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	228.660	19.339	22.131	24.893	27.624	30.326
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(219.927)	(16.972)	(24.215)	(31.249)	(38.084)	(44.732)
Derivativo Santander (swap) - Ponta Ativa	657.428	55.601	63.631	71.571	79.424	87.190
Derivativo Santander (swap) - Ponta Passiva	(632.321)	(48.795)	(69.622)	(89.844)	(109.496)	(128.611)
Debêntures - 28ª Emissão (2ª série)	(416.360)	(44.233)	(49.392)	(54.494)	(59.539)	(64.529)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	421.694	44.233	49.392	54.494	59.539	64.529
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(437.024)	(34.117)	(48.512)	(62.489)	(76.073)	(89.285)
Debêntures - 29ª Emissão	(501.586)	(50.309)	(56.625)	(62.872)	(69.049)	(75.159)
Derivativo XP (swap) - Ponta Ativa	482.785	47.013	52.916	58.753	64.526	70.236
Derivativo XP (swap) - Ponta Passiva	(455.920)	(28.908)	(43.908)	(58.472)	(72.625)	(86.392)
BNDES FINEM	(188.590)	(20.806)	(23.115)	(25.397)	(27.655)	(29.887)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	188.590	20.798	23.107	25.389	27.646	29.879
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(189.436)	(15.411)	(21.653)	(27.713)	(33.603)	(39.331)
BNDES FINAME	(239.643)	(29.155)	(32.278)	(35.366)	(38.419)	(41.440)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	255.048	29.165	32.288	35.376	38.430	41.451
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(256.398)	(21.928)	(30.379)	(38.584)	(46.558)	(54.314)
TR						
BNDES Inovação	(181.310)	(6.683)	(7.606)	(8.529)	(9.453)	(10.376)
Taxa fixa						
Scotiabank III 4131	(292.200)	84.787	37.492	2.953	(24.413)	(47.154)
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Ativa	286.390	(83.101)	(36.747)	(2.895)	23.928	46.216
Derivativo Scotiabank (swap) - Ponta Passiva	(305.550)	(10.973)	(15.225)	(19.352)	(23.361)	(27.260)
European Investment Bank I	(116.102)	73.993	28.656	(4.452)	(30.686)	(52.485)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	116.102	(73.993)	(28.656)	4.452	30.686	52.485
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(125.717)	(8.631)	(12.768)	(16.786)	(20.690)	(24.488)
European Investment Bank II	(460.260)	294.184	114.349	(16.981)	(121.040)	(207.510)
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Ativa	460.591	(294.184)	(114.349)	16.981	121.040	207.510
Derivativo Itaú (swap) - Ponta Passiva	(499.125)	(33.310)	(49.736)	(65.684)	(81.183)	(96.259)
European Investment Bank III	(71.434)	45.043	17.132	(3.251)	(19.401)	(32.822)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	62.912	(39.669)	(15.088)	2.863	17.087	28.906
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Passiva	(64.300)	(4.401)	(6.518)	(8.572)	(10.569)	(12.512)
European Investment Bank IV	(283.745)	179.242	68.388	(12.568)	(76.712)	(130.014)
Derivativo Citibank (swap) - Ponta Ativa	249.892	(157.857)	(60.229)	11.068	67.560	114.502

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Notas Explicativas
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
Enel Distribuição São Paulo

Derivativo Citibank (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(255.370)	(17.043)	(25.447)	(33.606)	(41.536)	(49.249)
European Investment Bank V	(96.069)	59.774	22.210	(5.222)	(26.958)	(45.019)
Derivativo BTG (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	82.405	(51.273)	(19.051)	4.479	23.123	38.616
Derivativo BTG (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(83.463)	(5.830)	(8.578)	(11.245)	(13.838)	(16.359)
European Investment Bank VI	(382.040)	238.043	88.673	(20.409)	(106.840)	(178.662)
Derivativo BTG (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	327.704	(204.187)	(76.061)	17.507	91.644	153.251
Derivativo BTG (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(332.039)	(22.795)	(33.723)	(44.335)	(54.647)	(64.677)
Credit Agricole 4131 II	(822.374)	524.856	203.752	(30.745)	(216.546)	(370.943)
Derivativo <i>Credit Agricole</i> (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	813.794	(519.381)	(201.627)	30.424	214.287	367.073
Derivativo <i>Credit Agricole</i> (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(885.171)	(63.702)	(92.844)	(121.140)	(148.639)	(175.386)
BNP VI	(300.568)	190.615	73.212	(12.524)	(80.457)	(136.908)
Derivativo BNP VI (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	297.970	(188.966)	(72.579)	12.416	79.761	135.724
Derivativo BNP VI (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(301.210)	(22.491)	(32.410)	(42.041)	(51.401)	(60.504)
Derivativo BNP VII (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	1.002.637	(625.668)	(233.689)	52.567	279.379	467.854
Derivativo BNP VII (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(1.005.612)	(83.908)	(117.047)	(149.223)	(180.493)	(210.909)
SOFR						
European Investment Bank VII	(42.150)	(1.220)	(1.612)	(2.005)	(2.398)	(2.790)
Derivativo Citibank (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	35.196	1.220	1.612	2.005	2.398	2.790
Derivativo Citibank (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(38.326)	(2.511)	(3.773)	(4.997)	(6.187)	(7.344)
European Investment Bank VIII	(10.539)	(319)	(417)	(515)	(613)	(712)
Derivativo Citibank (<i>swap</i>) - Ponta Ativa	8.881	319	417	515	613	712
Derivativo Citibank (<i>swap</i>) - Ponta Passiva	(9.663)	(649)	(967)	(1.276)	(1.576)	(1.867)
Total	(11.659.531)	(1.414.190)	(1.442.545)	(1.552.367)	(1.703.940)	(1.879.426)

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

(b.4.2) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para a Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a estas moedas. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas à moeda estrangeira possuem contratos de *swap*. A seguir é apresentada a exposição (em reais) da Companhia em 31 de março de 2026:

Passivos em moeda estrangeira	31.03.2026
Empréstimos e financiamentos	2.877.482
Exposição patrimonial	2.877.482
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(3.744.474)
Total	(866.992)

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	Moeda estrangeira	31.03.2026
Fornecedores (Itaipu)	22.613	118.028
Passivo líquido exposto	22.613	118.028

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Notas Explicativas
31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

(b.4.3) Risco de preço de regulação**Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 1.003/2022), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse deles às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública.

Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

(c) Outros riscos**(c.1) Risco de regulação**

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2021 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**31 de março de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.009, de 22 de março de 2022, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

29 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos como segue:

	2027	2028	2029	2030	Após 2030
Compra de energia	23.085.141	7.573.905	7.350.681	5.431.819	81.915.477

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no trimestre findo em 31 de março de 2026 que foram homologados pela ANEEL.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

31 de março de 2026

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

30 Seguros

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Riscos	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2025	31/10/2026	22.420.395	6.215.598
Responsabilidade civil geral	31/10/2025	31/10/2026	N/A	269.258
Responsabilidade civil administradores	31/10/2025	31/10/2026	N/A	79.710
Riscos ambientais	31/10/2025	31/10/2026	N/A	108.565

Estão cobertos as subestações, escritórios administrativos, lojas, almoxarifados, parques, subparques, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios.

31 Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

Não impacta caixa	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Compensações de PIS e COFINS (ICMS)	73.093	73.094
Total	73.093	73.094

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Pagamento de juros	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Apresentados nas atividades operacionais	(51.175)	(27.923)
Apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	15.804	3.591
Total	(35.371)	(24.332)

31.2 Conciliação das atividades de financiamento

Segundo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das informações financeiras intermediárias avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**Notas Explicativas**
 31 de março de 2026
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição São Paulo

Efeito caixa	Nota	01.01.2026 a 31.03.2026	01.01.2025 a 31.03.2025
Atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	16	1.030.472	2.156.800
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	16	(220.000)	(295.496)
Pagamento de arrendamento (principal)		(32.666)	(16.151)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos (principal)	28	-	(4.504)
Total		777.806	1.840.649

32 Eventos subsequentes**32.1 Empréstimo em moeda estrangeira + contrato swap**

Para atender a necessidade de capital de giro, a Companhia contratou empréstimo em euro no montante de € 166.389 (R\$ 1.000.000) com o banco BNP Paribas S.A., com desembolso em 02 de abril de 2026. A operação possui uma taxa fixa de 4,87% a.a. e vencimento em 02 de abril de 2027.

Para mitigar o risco de variação cambial deste empréstimo, uma operação de *swap* foi contratada trocando os valores e taxa pactuados em euro por valores em reais com um custo de CDI + 1,45% a.a.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a. objeto da projeção

Em novembro de 2024, o Grupo Enel apresentou a atualização do plano estruturado de ações divulgado originalmente em abril do mesmo ano, que visa reforçar a resiliência da sua rede elétrica para enfrentar os crescentes desafios climáticos da sua área de concessão, além de garantir a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes dos 24 municípios onde atua, incluindo a capital. As medidas, que começaram a ser implementadas ao longo de 2024, têm o objetivo de satisfazer as necessidades de fornecimento de energia dos consumidores.

O plano, que aponta a uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões entre 2025 e 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios, representando um crescimento de 68% versus o plano anterior, que totalizava R\$ 6,2 bilhões de investimentos previstos para o período de 2024 a 2026. Um ponto relevante do plano compartilhado inclui a contratação de até 1.200 colaboradores de forma a assegurar uma resposta de melhor qualidade às solicitações dos clientes.

Dentre as iniciativas apresentadas anteriormente, além do reforço significativo das equipes de profissionais próprios que atuam em campo, foi destacada a intensificação das manutenções preventivas, o aumento do número de podas preventivas e modernização da rede elétrica.

Principais ações:

- **Aumento de pessoal próprio:** contratação de até 1.200 colaboradores próprios para reforço das operações em campo e redução do tempo médio de atendimento aos clientes;
- **Investimento em infraestrutura:** ações de manutenções preventivas e corretivas intensificadas com o objetivo de reduzir os desligamentos não programados na rede, com a substituições de equipamentos e modernização de trechos da rede de média e baixa tensão, com a instalação de redes compactas mais resistentes, além da instalação de mais equipamentos de automação;
- **Novos protocolos de atuação em caso de contingência:** ampliação em mais de quatro vezes as equipes em campo, dependendo da criticidade dos alertas meteorológicos e canais de atendimento redimensionados para cada situação, podendo ter a capacidade dobrada nas contingências severas;
- **Podas de árvores:** proposta para renovar o convênio de podas com a Prefeitura e de dobrar o número de podas preventivas realizadas por ano, com a execução de cerca de 600 mil podas/ano na área de concessão;

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Início em 2025 até o final de 2027 com validade até a materialização do total de investimentos, substituição ou atualização por nova projeção.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Premissas baseadas no plano estratégico da Holding e controladora indireta (Enel SpA e Enel Américas respectivamente), que incluem os investimentos por região previstos para o triênio 2025-2027.

Do ponto de vista da Companhia, tais premissas podem ser influenciadas principalmente pelo desenvolvimento da operação, incluindo a supervisão e execução dos contratos de serviços.

Dentre as variáveis que escapam do controle da Administração, destacam-se: (i) fatores macroeconômicos, tais como câmbio, taxa de juros e inflação; (ii) eventuais mudanças regulatórias locais; (iii) condições de mercado, incluindo preço de insumos, serviços e matérias-primas, prestadores de serviços, fornecedores e demais riscos do item 4.1 do Formulário de Referência da Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

O plano de investimentos divulgado pela Companhia, que aponta uma melhoria contínua do fornecimento de energia, prevê um investimento de cerca de R\$ 10,4 bilhões no período de 2025 a 2027 na área de concessão, que engloba a capital e 23 municípios.

e. Acompanhamento das projeções

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)					
	1T26	1T25	Var. %	4T25	Var. % (1)
Manutenção	129.683	138.590	-6,4%	234.500	-44,7%
Crescimento	393.390	221.160	77,9%	484.604	-18,8%
Novas Conexões	162.801	114.208	42,5%	228.652	-28,8%
Financiado pela Companhia	685.873	473.958	44,7%	947.756	-27,6%
Financiado pelo Cliente	4.402	10.504	-58,1%	22.689	-80,6%
Total	690.275	484.463	42,5%	970.445	-28,9%

(1) Variação entre 1T26 e 4T25;

A Companhia investiu no 1T26 o total de R\$ 690,3 milhões na área de concessão, voltados principalmente para atividades de crescimento e manutenção.

Para manutenção, foram investidos R\$ 129,7 milhões, dos quais R\$ 77,6 milhões foram direcionados para as atividades relacionadas a emergência. Na parte de crescimento foram investidos R\$ 393,4 milhões, com R\$ 177,4 milhões direcionados para o programa Smart Meter).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais - ITR
Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Ênfase

Aspectos relacionados a renovação do contrato de concessão, conforme previsto no Decreto nº 12/068/2024

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às informações financeiras intermediárias, que descreve que a Companhia foi informada que a Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 7 de abril de 2026, deliberou pela instauração de um procedimento administrativo para avaliar possível recomendação ao Poder Concedente da caducidade do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em São Paulo, bem como a suspensão da análise de renovação do contrato de concessão, conforme previsto no Decreto nº 12/068/2024, até sua respectiva conclusão. Conforme descrito na referida nota, esse processo encontra-se em estágio inicial e sua conclusão depende de desdobramentos futuros e avaliação final por parte da autoridade competente, assegurando à Companhia o direito à ampla defesa e contraditório na forma da legislação aplicável. Esse evento indica a existência de incertezas regulatórias e jurídicas relacionadas à renovação da concessão. As informações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando a continuidade normal das operações e não incluem quaisquer ajustes que poderiam advir da eventual perda da concessão. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a conclusão do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Diretores:

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Vago
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia") inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 17º ao 23º andar, conjunto 1 ao 4, Torre B, Bairro Vila Gertrudes, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a conclusão do Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, Forzis Mazars Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com a Informações Financeiras Intermediárias - ITR da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Diretores:

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor Presidente

Francesco Tutoli
Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino
Diretor de Pessoas e Organização

Gianluca Caccialupi
Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Vago
Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna
Diretora de Serviços

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Comunicação

Guilherme Gomes Lencastre
Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco
Diretora de Regulação

Luiz Flavio Xavier de Sá
Diretor de Mercado

Vago
Diretoria de Compras

Ana Claudia Gonçalves Rebello
Diretora Jurídico

Vago
Diretoria de Engenharia e Construção